

OS DESAFIOS DOS GOVERNOS SOCIALISTAS

Experiências estaduais de governos bem sucedidos

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSB
Socialismo e Liberdade

Fundação João Mangabeira



OS DESAFIOS DOS GOVERNOS SOCIALISTAS

Experiências estaduais de governos bem sucedidos

Fundação João Mangabeira

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: *Carlos Siqueira*
Diretor-Financeiro: *Renato Xavier Thiebaut*
Diretor de Assessoria: *Marcos Rezende Villaça Nunes*
Diretor de Cursos: *José Carlos Saboia*
Diretora-Administrativa: *Carmen Soriano Puig*

CONSELHO CURADOR

Membros natos

Eduardo Henrique Accioly Campos
Carlos Siqueira

Membros eleitos pelo Diretório Nacional do PSB

Luiza Erundina de Sousa
Roberto Amaral
Serafim Fernandes Corrêa
Kátia Born Ribeiro
Mari Elisabeth Trindade Machado
Antônio César Russi Callegari

Membros eleitos pelo Conselho Curador

Jaime Wallwitz Cardoso
Dalvino Trocolli Franca
James Lewis Gorman Jr.
Alexandre Aguiar Cardoso
Sérgio Machado Resende
Adilson Gomes da Silva
Álvaro Cabral
Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz
Silvânio Medeiros

Suplentes

Paulo Blanco Barroso
Elaine Breintebach
Paulo Braccarense
Joe Carlo Vianna Valle
Manoel Antônio Vieira Alexandre

CONSELHO FISCAL

Cacilda de Oliveira Chequer
Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha
Antônio Marlos Ferreira Duarte

Suplentes

Marcos José Mota Cerqueira
Dalton Rosa Freitas

Sumário

Abertura do Seminário - **Os Desafios dos Governos Socialistas** 5

Introdução - Carlos Siqueira 7

Pronunciamentos de Inauguração do Seminário:
Gov. Eduardo Campos 11
Gov. Camilo Capiberibe 15
Gov. Renato Casagrande 17
Gov. Wilson Martins 19
Gov. Ricardo Coutinho 23
Gov. Cid Gomes 27

Painel modelo de gestão **31**
Gov. Eduardo Campos 33

Modelo de gestão **35**
Geraldo Júlio 35

Painel desenvolvimento econômico e inclusão social **43**
Antônio Alexandre 45
Antônio Balhmann 49

Painel educação e desenvolvimento **57**
Ariosto Holanda 59
Danilo Cabral 65

Painel saúde pública **75**
João Lyra Neto 77
Arruda Bastos 85

Painel política para mulheres e para a juventude **91**
Pedro Mendes 93
Ismênio Bezerra 97
Cristina Buarque 101
Mônica Barroso 107

Painel política de defesa social **113**
José Luiz Ratton 115
José Nival Freire da Silva 125
Coronel Joel Brasil 129

Painel política de transparência e participação **135**
Ricardo Dantas 137
Capiberibe 141
Aloísio Carvalho 147
Roberto Amaral 151

Encaminhamentos do Seminário **155**
Observatório de Políticas Públicas e Colegiado de Secretários Estaduais 157

Abertura do Seminário - Os Desafios dos Governos Socialistas













Carlos Siqueira

Presidente da Fundação João Mangabeira e
Primeiro Secretário Nacional do PSB

A realização do *Seminário Experiências Bem Sucedidas das Administrações Públicas Estaduais conduzidas pelo PSB* foi possível, em primeiro lugar, em função de um acúmulo histórico, decorrente da ação dos socialistas, ao longo de décadas, na defesa da construção de um Estado soberano, democrático e intolerante com as injustiças.

Esse mesmo patrimônio alimentou, a sua vez, uma verdadeira corrente popular, que distingui o PSB no último pleito eleitoral, com a eleição de seis Governadores. Nosso êxito, até este momento, tem territórios determinados; Estados que se deve governar, mas nosso projeto político, o projeto socialista, é para a nação, para os brasileiros cuja cidadania não se esgota aqui ou acolá; gente cujos direitos não podem, em hipótese alguma, se verem ameaçados pelos pragmatismos políticos que só podem interessar aos poderosos. Nosso sucesso, portanto, apenas aumenta o grau de nossa responsabilidade comum.

Quanto mais nos acercamos da meta de realizar um projeto contra hegemônico, quanto mais provável se torna um modo diferente de governar, tanto maior deve ser o esforço, a dedicação, o entusiasmo, o compromisso cívico. É assim que se chegou ao Seminário, cujo registro textual, agora introduzimos: cientes de que pesa sobre nós responsabilidades que ninguém, nenhum outro partido, pode corresponder a contento. Nós, que nunca abdicamos da causa de um socialismo que seja ao mesmo tempo democrático, plural; que não mercadejamos pequenas vantagens, vislumbramos aqui e agora, possibilidades históricas, em que as causas populares encontram um lugar central.

A constatação de que há efetivamente um encontro entre a prática política do PSB e

as demandas populares, animou a realização do evento, cujo objetivo geral do Seminário foi apresentar e debater as Experiências Bem Sucedidas das administrações públicas estaduais em curso, conduzidas pelo PSB.

Procurou-se, complementarmente, ao longo do Seminário, identificar os elementos que poderão estimular a cooperação e animar a articulação e apoio aos futuros governantes socialistas, que assumiram seus mandatos em 1° de janeiro de 2011.

Resultou do Seminário, ainda, a expectativa de se construir de modo colaborativo e participativo, um ambiente propício à apresentação dos principais desafios, problemas e oportunidades de desenvolvimento, identificadas ao longo da elaboração dos Programas de Governos, que conduziram às campanhas vitoriosas, das quais emergimos em outubro e novembro últimos.

Com base neste acervo, que o PSB vem construindo como patrimônio comum, afigura-se também a intenção de edificar um espaço permanente de intercambio de informações e estratégias de governança pública. Este espaço se constituirá, a sua vez, em elemento de enorme importância na construção de uma estrutura partidária progressivamente mais significativa do ponto de vista político e articulada ideologicamente, ou seja, composta a partir de concepções efetivamente socialistas, as quais nos orientarão diante das circunstâncias, oportunidades e conveniências, que são inerentes ao jogo político.

No que se refere ao mapa político próprio ao PSB, ainda que a maioria de nossas vitórias relativamente a governos estaduais estejam concentrados numa grande região desse imenso país, temos muitas particularidades que diferenciam os seis Estados em que o Partido exercerá o poder executivo. Essas diferenças constituem também uma oportunidade para cooperação entre os governos socialistas.

A cooperação intergovernamental e intrapartidária devem ser reforçadas e estimuladas, porque o reconhecimento do PSB nessa eleição ocorreu, em grande medida, pelo sucesso na coordenação e gestão de políticas públicas – o que se demonstra fartamente ao longo deste documento, em que se detalham as práticas de Pernambuco e Ceará, na implantação de diferentes políticas setoriais.

As experiências exitosas dos nossos governos socialistas demonstram que foram suportadas em um modelo de gestão pública que valoriza a ação política, na ação do Estado. É expressa, deste modo, uma marca de gestão, que não é aquela da gerência neoliberal, pautada por critérios próprios à vida privada, mas da ação estatal fundamentada em uma concepção política e histórica específica, que tem compromisso com o povo.

Um dos desafios centrais do governo socialista consiste, em consequência, na criação das condições para produzir a geração do desenvolvimento econômico, orientado pela lógica da inclusão social e do combate às desigualdades de todas as ordens, ou seja, locais, regionais, sociais, econômicas, culturais, de gênero.

Aos desafios que se apresentam aos governos socialistas não se contrapõem palavras de ordem, ou teorias puras e abstratas de gestão. Ofereceremos aos nossos concidadãos não expectativas, mas um modo de gerir que permita realizar seus anseios. Indico, nesse sentido, o que tem se demonstrado como essencial à abordagem do PSB, na condução das políticas de Estado:

- Governança, orientada pelo planejamento participativo da sociedade e dos agentes políticos, econômicos e sociais;
- Definição de metas claras e transparentes;
- Desenvolvimento de metodologias de acompanhamento, monitoramento das metas definidas, e
- Avaliação de resultados.

Precisamos demonstrar praticamente, com ações, que nossa "eficiência" é, contudo, diferente em qualidade da eficiência liberal, pois investe e se revesta da lógica da universalização do acesso, da garantia de direitos, àqueles que habitualmente o Estado brasileiro tem voltado suas costas. O direito que a letra da lei promete, que a Constituição prenuncia, só se viabiliza quando suportada por ações de governo, que articulem políticas que conjuguem o desenvolvimento econômico, com o enfrentamento das dívidas sociais históricas do Estado brasileiro para com seu povo.

Esta renovação do Estado, sua publicização, efetiva, libertando-o do formato vigente até hoje, ou seja, aquele em que a coisa pública serve descaradamente, sem reservas, às conveniências privadas, somente nós, socialistas, podemos realizar. E o podemos porque nossa prática, fora do poder, fora da máquina estatal, como Partido, já é e vem sendo diferente.

O Seminário, cujos registros se apresenta abaixo, procurou ser um elemento e um meio para que estas metas, que são afins da emancipação popular em nosso País, se materializem da forma mais objetiva possível, ou seja, produzindo práticas de governo que livrem o povo da tutela que, ainda hoje, a ele se impõe. Esperamos que o material que se segue se demonstre útil em nossa empreitada comum.



Eduardo Campos

Governador de Pernambuco e
Presidente Nacional do PSB

Saudação a todos companheiros e companheiros que participam conosco nesse Seminário de dois dias. Nossos companheiros Governadores, Senadores, deputados e deputadas estaduais e federais, prefeitos; administradores e colaboradores do partido, nas administrações.

Gostaria de dar as boas vindas a todos e dizer que estamos muito felizes de vermos esse plenário cheio, com pessoas que militam no dia a dia, e constroem o partido nos quatro cantos do país. Tenham consciência do momento especial que o partido está vivendo e portanto vamos precisar da militância especial de cada um, com a preocupação de cada um nesse processo de crescimento do PSB.

Que nós ganhamos espaço na vida política brasileira, saímos como o partido que mais cresceu nas eleições de 2010, isso também nos enche de responsabilidade. A sociedade e a juventude que esteviveram durante muito tempo afastada da política, portadores de valores que o PSB tem de saber interpretar, valores que tem sido reclamados na vida pública -isso ficou muito evidenciado na última eleição, portanto, é hora de cuidar desse crescimento e da responsabilidade que o povo nos deu, mas com muita unidade partidária

Precisamos ter claro que muitos se alegraram com o crescimento do PSB, mas muitos outros ficaram tristes e esses vão querer, óbvio, colocar toda sorte de dificuldades no nosso caminho. E a primeira dificuldade é pensar nos limites, a primeira questão a que temos que ficar atentos é reforçar esse ambiente democrático, de respeito, de unidade, de compromisso com o Brasil, e com o povo, que marca a história de nosso partido.

Essa experiência que estamos compartilhando aqui hoje, não é simplesmente um fato pós eleição ou um episódio, não é? Mas responde a uma estratégia definida pelos órgãos partidários ainda em 2009, quando fizemos o planejamento estratégico do crescimento do PSB. Muitos dos que estão aqui participaram desse processo: os dirigentes dos estados, nacionais, das nossas bancadas e companheiros que tem mandatos no executivo passaram juntos com a consultoria que nos apoiou, em parte do segundo semestre de 2009 consolidando esse planejamento. Isso fez com que participássemos das eleições dentro dessa visão, que nós já levamos nos programas de governo que apresentamos à sociedade. Os candidatos que estão aqui, eleitos, mas os candidatos que disputaram também, com as idéias desse debate, dessa busca de aprofundar nossa relação com a sociedade brasileira.

Então esse é o primeiro de uma série de encontros que o partido e a Fundação irão cuidar de fazer, para apoiarmos o enorme desafio que têm aqueles que se elegeram, que carregam a responsabilidade de representar o PSB, a partir de 01 de janeiro.

Que nossos Governadores realizaram em seus estados, o que foi feito de bom na educação, segurança pública e defesa social, desenvolvimento e inclusão social, na questão ambiental, na saúde, na modernização do serviço público, na transparência, na gestão, inovação de processos produtivos dentro do setor público, na valorização do serviço público? Tudo isso vamos estar vivendo no dia de hoje e ao longo de todo dia de amanhã, oportunidades em que vários companheiros que trabalham e atuam nas equipes dos nossos governos estarão debatendo tais temas.

Mas o importante é que aqui estão nossos deputados, deputados estaduais, nossa bancada, nossa bancada no Senado, para consolidarmos o que está em debate no Partido; desenvolver um grupo de comunicação que vá traduzindo essas marcas que estão sendo construídas efetivamente na vida do povo brasileiro, onde o PSB governa, para ser uma marca para o Brasil, ao passo que o Brasil as vai conhecendo e identificando como marcas do PSB. Esse é um processo que exige disciplina e capacidade de fazer coletivamente, trabalho efetivamente de todos.

Também não é algo que se faça do dia para noite, não podemos tirar o pé no chão e achar que já crescemos mais do que crescemos, temos que ter pé no chão para saber que demos um passo e mudamos de patamar, temos desafios pela frente, e se quisermos crescer em responsabilidade temos que fazer mais, e mais. É o que estamos fazendo aqui, ouvir, discutir, debater e encontrar consensos, no sentido do PSB se diferenciar de outras práticas políticas que efetivamente vemos no dia-a-dia e sobretudo nas páginas da nossa imprensa. Precisamos ter muito clara essa visão e por isso quero saudar todos.

Tenho certeza de que vamos sair daqui com algo muito importante para que as equipes dos governos que se instalam a partir de 01 de janeiro, bem como para aqueles que já estão gerindo prefeituras. Que todos possam trabalhar no sentido do planejamento do ano de 2011, até porque quem já viveu a experiência de governo, eu, Cid, Wilson, Iberê, o Renato

que está aqui, Ricardo e Camilo, sabemos da importância de entrar de forma organizada na gestão. Quão estratégico é o valor do planejamento.

A estratégica de envolver a população no que vamos fazer, e a capacidade de ouvir e buscar a demanda qualificada no seio da população, com envolvimento popular na decisão e do rumo estratégico do governo. O quanto isso é importante, até porque se não fizermos isso quatro anos passam muito rápido e não ficará a marca da presença de um governo, que os nossos devem guardar.

Ao tempo que sabemos que 2011 será um ano muito especial, que tem do ponto de vista externo ainda situações complexas a serem enfrentadas; uma crise na União Européia que se agrava a cada dia, podendo afetar o dinamismo da economia com efeitos sobre o Brasil. Temos problemas fiscais no Brasil que precisam ser enfrentados para sustentar um ciclo de crescimento econômico. Não vamos ter um ano de 2011 tão simples como parecia aos olhos de alguns, ao longo do debate político de 2010. É preciso saber da importância do ano que vamos viver para trocarmos essa experiência, entrando de maneira arrumada na gestão e podermos fazer mais com menos, e em menos tempo, quebrando preconceitos e sobretudo, como é próprio do PSB, ver o Estado a partir da perspectiva do povo, do excluído, e não ver o estado a partir da visão simplesmente corporativa de quem já está dentro do Estado.

Essa é uma diferença que marcou as gestões do PSB e marca a presença no debate público brasileiro. Portanto bom debate para todos e vamos franquear a palavra.



Camilo Capiberibe

Governador do Amapá

Boa tarde, senhoras e senhores, gostaria de cumprimentar a mesa em nome de nosso Primeiro Secretário Nacional Carlos Siqueira, os Governadores do nosso partido, Ricardo Coutinho, Eduardo Campos nosso presidente nacional, que foi premiado pela população em função da sua gestão, que é um exemplo sem dúvida para todos nós.

Cid Gomes, Wilson Martins, Iberê, e nossos Governadores presentes na pessoa da Senadora Lídece da Matta, eleita pela Bahia, e nossos deputados federais também na pessoa do deputado federal Beto Albuquerque.

Dizer para mim, como Governador eleito, que inicia um mandato, que um evento como esse é fundamental, trazendo minha equipe, com muitas dificuldades, para participar, e queria que a equipe do Amapá ficasse de pé, porque fizemos um esforço para trazer a equipe.

Nas diversas áreas que esse Seminário abordará e sem dúvida nenhuma nos dá um senso da responsabilidade, ainda mais sabendo que talvez o cenário do país em 2011 não seja o cenário que imaginávamos durante a campanha. Principalmente em um estado pequeno da Amazônia, o estado do Amapá, extremamente dependente, dependente de transferências federais, da oscilação do nosso produto, da mineração no mercado internacional, que vem ganhando muito impulso nos últimos anos em função do crescimento da economia e que pode ser muito afetado em função do desaquecimento global. Isso nos preocupa. Temos um cenário que todos no Brasil conhecem, o estado do Amapá viveu momentos terríveis durante a eleição tendo suas principais lideranças sendo presas durante o processo eleitoral, Governador, enfim, a cúpula praticamente dos poderes.

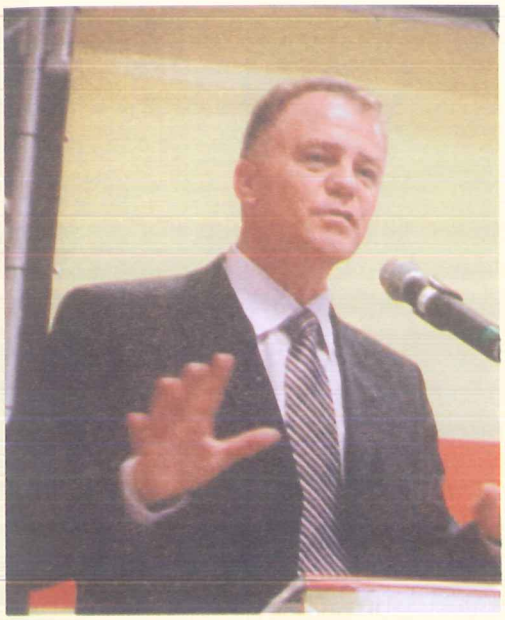
Nosso Estado vive uma situação de completa desorganização administrativa, de abandono de qualquer conceito de eficiência, particularmente destaco a responsabilidade fiscal. Teremos um grande desafio de fazer muito com quase nada, é o cenário que enfrentaremos em 2011 e certamente uma idéia que é cara para nós: gostaríamos de ter um Estado forte, fortalecido em 2011, podendo chegar em todos os lugares, e na verdade teremos que enfrentar um ano de cortes, de apertar o cinto. Essa é a situação que vivemos no Amapá lembrando que vivemos no extremo norte do país e que somos Estado da Amazônia e temos 73% de nossa área protegida, boa parte dela de jurisdição federal, o *Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.*

Quero falar de alguns desafios rapidamente. Destacar nossa satisfação de estar aqui, poder participar, dizer que para tantos desafios que vamos enfrentar temos uma receita que é amapaense, da transparência, radicalizando na transparência, nas ações governamentais, no acompanhamento, além evidentemente das finanças, na Internet, as receitas e despesas, colocando também o extrato bancário, para que a população saiba quanto recurso tem na conta do governo. Já que teremos que tomar medidas tão difíceis de drásticas, é importante que a sociedade entenda por quê. A transparência será nossa grande aliada nessa condição. E também no acompanhamento das medidas que o Governador Eduardo Campos, Cid Gomes e Wilson Martins, já exercem.

Queremos que a população acompanhe programa por programa na execução de nossas políticas públicas. Tenho certeza que essa fiscalização e esse acompanhamento, esse monitoramento popular da ação do Estado, vai garantir que possamos angariar o apoio popular para o que tem que ser feito em nossso Estado.

Contamos também com a força e expressão que nosso partido ganhou nas eleições de 2010, porque o PSB é hoje, e as pessoas inclusive sempre perguntam "qual é a sua expectativa em relação ao governo federal, uma vez que o PSB se fortaleceu"? Temos uma expectativa muito grande porque a infraestrutura de estradas, portuária, aeroportuária, precisa ser construída e isso será feito, não tenho dúvida nenhuma, apesar de todas as dificuldades que o Brasil vive, e com o apoio do governo federal, para superarmos esses traumas de 2010, vividos em função das operações, e da visão negativa que hoje boa parte do Brasil tem do Amapá e de nossas instituições.

Então quero saudar homens e mulheres socialistas que vieram participar desse Seminário e dizer da minha felicidade de participar e da minha disposição de sempre participar, vir, ouvir e aprender, e dividir nossas experiências durante esses quatro anos. Muito obrigado e grande Seminário para todos. Vençamos juntos esses desafios !



Renato Casagrande

Governador do Espírito Santo

Boa tarde. Presidente Eduardo Campos Governador de Pernambuco, Senadores, Governadores, Deputados e Deputadas, Senadora, membros da Executiva nacional, dirigentes partidários, membro das diversas comissões que estão cumprindo a transição em cada governo.

Cumprimento a todos e também saudando de forma muito sucinta para ouvirmos essas palestras, mas também aproveitando a oportunidade que temos de homenagear todo nosso partido pelos resultados que tivemos nessa eleição. Todos disseram, mas não custa repetir as coisas boas, quando temos resultados positivos temos que destacar e jogar luz.

Não é a primeira vez que o PSB tem resultados positivos. Desde a organização do PSB foram raras as eleições em que não crescemos, em uma só não crescemos. Há uma identidade com aquilo que o PSB apresenta para a sociedade, com o que a sociedade deseja. Nessa última eleição crescemos mais, na bancada federal, no senado da república. Pela primeira vez chegamos na eleição com 6 Governadores, sendo o partido que mais elegeu Governadores na base da presidente Dilma. Então temos cada vez mais responsabilidades, não que mudaria se tivéssemos elegido um número menor de Governadores, mas é porque há também expectativa da sociedade em relação ao nosso trabalho e é hora de consolidarmos nossa posição como partido de esquerda, que vai sempre trabalhar para a camada da sociedade mais vulnerável, consolidando sua posição política no campo da esquerda, como partido que tem claramente um compromisso com os resultados.

O resultado das nossas ações, no parlamento, no executivo. Não podemos ser um partido de esquerda que fica dando voltas e girando em torno da nossa própria discussão, mas temos que ter resultados e o resultado de Eduardo Campos, Cid Gomes, citando dois exemplos, são aqueles de quem produziu efetivamente algo de relevante no Governo. Obra efetiva de mudar a realidade das pessoas, porque governar é a chance que temos de melhorar a vida das pessoas, governar, e isso é diretamente mais visível no poder executivo, mas no nosso trabalho no parlamento também. Meu trabalho no Senado deu base para eu ser Governador no Estado, então cada mandato que conduzmos com eficiência, poderemos multiplicar os projetos que teremos pela frente. Então temos responsabilidades com a população, com os resultados, mas mais do que isso o que dá sustentação para nós é o nosso partido. O que nos alegra e sustenta, se daqui a pouco elegermos mais ou menos Governadores, mas o que mantém a possibilidade de influirmos na sociedade, é o partido político, nosso partido tem que estar firme, forte, temos que ir para o governo e não esquecer o partido, temos que ter gente cuidando do governo e gente cuidando do partido.

Temos uma tarefa muito grande pela frente que só vai ser possível com a ajuda e apoio de todo mundo que está aqui, e de muito mais gente. Minha alegria de estar aqui, já estou me orientando com nossos Governadores que estão no mandato para que eu possa levar para o Espírito Santo, aproveitando o que tem de bom lá, da gestão atual porque lá é uma continuidade, mas levando a inovação daquilo que tem sido feito em Pernambuco e Ceará, para melhorar ainda mais o Espírito Santo, o que não é fácil gente, porque aquilo lá já é tão bom que é difícil melhorar, mas quero melhorar ainda mais o nosso Estado. Muito obrigado.



Wilson Martins

Governador do Piauí

Boa tarde a todos. Quero com muita alegria, cumprimentando nosso Presidente e Governador Eduardo Campos, Senadores, Ministros, nesse encontro do partido. Rapidamente, trouxemos uma delegação de 22 companheiros do PSB do Piauí, deputados federais, estaduais, representantes da juventude, e viemos aprender mais um pouco aqui com nosso partido.

Na satisfação de ter participado de uma eleição onde foi fundamental a participação em nível nacional, recebemos solidariedade de todos os cantos, mas também a presença do Renato Casagrande, do nosso presidente Eduardo Campos várias vezes durante a campanha, do Cid, que estão mais próximos.

Marcio França, enfim, gente do Brasil inteiro que foram fundamentais para a consolidação da nossa candidatura e eleição para Governador do Estado do Piauí.

O Piauí tem uma união muito grande com o Estado do Maranhão, em todo seu limite oeste, através do rio Parnaíba, o segundo maior rio do nordeste, e ao leste a Serra da Ideapava com a Serra Grande no Ceará, na chapada do Araripe, com nossos companheiros de Pernambuco e de Dois Irmãos no Estado da Bahia, com Tocantins, de forma que é um Estado do tamanho de São Paulo, muito rico em potencialidades, mas que ainda tem a menor renda per capta, o PIB per capta do Brasil. Avançamos muito, somos hoje o 23º Estado do Brasil em renda per capta geral.

Perdemos o bonde das oportunidades, o *boom* do desenvolvimento que começou com Getúlio Vargas e passou por Juscelino Kubitschek, depois o endividamento que fez a ditadura militar com esse Estado, e ficaram apenas traços de BRs, estradas, uma ferrovia que durou 40 anos para ser construída, a SUDENE que financiou tantos projetos, e nenhum deles hoje funciona mais, com dinheiro público que foi aplicado para interesse de pessoas. Tivemos de trabalhar junto com o Partido dos Trabalhadores-PT durante 8 anos. Fui Vice-governador do último mandato, mais ou menos como que trocando o pneu com o carro andando, gastando todas nossas energias, lutando para montar uma infraestrutura. A infraestrutura de geração de energia, a última obra de investimento do governo federal é uma barragem, uma hidrelétrica construída no rio Parnaíba, inaugurada há 46 anos, e agora surgiu a Transnordestina, que tem 400 km de território no Piauí, que se junta com o estado do Ceará indo para Pecem, e com o Estado de Pernambuco no porto de Suape.

Então estamos assim atrasados e temos nossa receita corrente líquida de aproximadamente 4 bilhões de reais e nos sobra para investimentos com recursos próprios do tesouro estadual apenas 5%. Depois que você paga 46% dos servidores públicos, quando você tira os 20% das despesas correntes, para custeio, e repassa para os outros poderes, de forma que é um verdadeiro caos. Assumimos como Vice-governador do Estado, com muitos acertos do Governador, mas muitos equívocos também, e por isso tivemos que tomar medidas duras.

Vejam como ganhamos essa eleição. Os acertos foram importantes no que avançamos na área da saúde, educação, infraestrutura, e os investimentos meu caro presidente foram no ano passado, e esse ano, está mostrando, que serão em torno de 700 milhões de reais, sendo que 175 mihlões do tesouro e o restante de contratos com o BNDES e convênios com o governo federal. É um Estado muito complicado e eu quero até aprender com vocês aqui hoje, porque o grande problema que temos é o pagamento da dívida que representa hoje 0,60% da receita corrente líquida. Diminuiu em quantidade o tamanho da dívida, mas estamos pagando 400 milhões de dívida/ano, 10% de tudo que arrecadamos da receita corrente líquida. E a Selic pode voltar sobre o GPDI, quer dizer, é uma luta, é uma briga, e estou vendo que Estados grandes como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, já estão começando a reclamar, que não têm condições de pagar a dívida aos moldes do que está sendo negociado com o tesouro. De forma que o problema é gravíssimo, e o outro, se alguém pudesse me dar uma dica, temos um déficit da previdência, um rombo mensal de 30 milhões de reais. Só ai temos aproximadamente 80 milhões de reais do que arrecadamos, e não temos muito o que fazer.

O Eduardo me contou uma história, que havia demitido um cidadão e estava no shopping indo assistir um filme, o cidadão se aproximou "O senhor vai ter que resolver meu problema, o senhor me colocou para fora do Estado, perdi meu emprego e o senhor tem que devolver meu emprego, meus filhos dependem desse emprego para comer". Temos uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho, e eu vinha tentando há 8 meses

com o ex-governador assinar um Termo de Ajuste, foi protelado, e temos 15.000 servidores aproximadamente em situação irregular que teremos que demitir. Não tem outra saída, além de aproximadamente 10.000 servidores que são contratados terceirizados. Tenho impressão que vamos ser amaldiçoados nesse próximo janeiro que se aproxima, e não tem outro jeito para fazer, nós estamos com dificuldade para fechar as contas, comunicamos isso ao nosso presidente, porque pegamos o bonde andando, porque se houve fluxo de caixa, acho que essa dificuldade é só minha... e assim, mesmo assim estamos animados, estamos animados e vamos trabalhar muito e vamos tomar as medidas duras que tiverem que ser tomadas. Faremos o que o Camilo acabou de dizer, colocar na Internet, na transparência, nós podemos fazer porque o que temos é isso.

Apesar destas dificuldades, somos um estado riquíssimo, e acho que temos uma grande potencialidade no turismo. Quero convidar todos vocês: o turismo do Piauí tem 66 km de praias, que são as mais belas do nordeste, mas tem uma coisa, são as mulheres e os rapazes mais bonitos também, e a melhor culinária, e outra coisa, é o único delta em mar aberto das Américas, o delta do Parnaíba, e tem outro turismo, o da Serra das Capivaras, há 50.000 anos de existência do homem, na Serra das Capivaras, há um museu do homem americano, vocês vão se sentir como se estivessem nos Estados Unidos ou na Europa, é um dos museus mais belos que existe no mundo, é preciso conhecer o turismo de artes rupestres, do homem americano, do primeiro homem americano.

Temos também, meu caro Presidente, a única fronteira agrícola disponível do Brasil, sendo que apenas 10% deles estão ocupados e começamos uma tarefa de regularização fundiária. Somos o maior produtor de soja em produtividade média, em torno de 60 sacos por hectare plantado, e da mesma forma também o algodão, 326 arrobas de algodão por hectare plantado. Então, a perspectiva desses cerrados por onde passa a transnordestina para atrair grandes investimentos privados, a exemplo da Bunge que se instalou lá, Vale do Rio Doce na mineração, níquel na região de São Raimundo e São João, e agora o 3º maior distrito ferrífero do Brasil, Paulistana e Simões, instalado próximo na região de Petrolina, no extremo com Pernambuco, também ao lado da transnordestina.

Por isso estou animado, com tanta riqueza podemos transformar o Piauí, contando ainda com o apoio no contexto nacional; um partido forte, organizado, que nos ajude nesse sentido. Confio muito no nosso presidente Eduardo Campos, que é um orgulho para todos nós. Sou mais velho que o Eduardo, mas temos aprendido muito com ele e ele é um orgulho para nós todos. Um dia desses ele saiu nas páginas amarelas da Veja, e tenho um amigo que está nos Estados Unidos e me enviou um e-mail, não conseguiu retorno, e telefonou me acordando de madrugada "Tu vistes a entrevista do Eduardo Campos nas páginas amarelas?", "Tu me acorda de madrugada para perguntar isso?". É isso, tem um perfil importante, a eleição de nossos seis Governadores, é representativo. Fundamental, também, foi a participação do nosso partido tanto no 1º, quanto no 2º turno, a bravura como enfrentamos o embate eleitoral. Estamos muito agradecidos, parabéns a todos nós por mais um encontro.



Ricardo Coutinho

Governador da Paraíba

Boa tarde companheiros e companheiras. Tentarei naturalmente ser rápido, porque temos um acordo, mas ele houve um efeito dominó e todos nós tivemos que dar uma palavrinha rápida, mas na essência saudar os companheiros e dizer três coisas que acho muito importante. Primeiro ganhamos seis eleições para Governador e isso é histórico.

Nós governamos cidades de médio porte e temos uma perspectiva enorme de consolidação desse crescimento, mas acho que precisamos aprofundar, por que estamos crescendo e por que queremos crescer mais ainda. Porque não podemos crescer simplesmente juntando um candidato que ganha ali e outro lá, como é nossa história, naturalmente não podemos crescer só em torno disso. Precisamos cada vez mais de um conteúdo programático e dialogar com o povo brasileiro.

Temos uma necessidade muito grande de referências programáticas e políticas, que estejam dentro de um projeto político. Para nós esse projeto político é fundamental nesse momento e ele nunca vai ser acabado naturalmente. Como um bom projeto vai estar sempre em construção, mas as experiências municipais e estaduais que temos devem ser multiplicadas e amplificadas dentro de um grande projeto, o que eu repito é fundamental. E acho que esse projeto precisa ter um aprofundamento e radicalização da democracia participativa.

Estou chegando para governar um Estado que não tem nenhuma trajetória participativa. Na Prefeitura de João Pessoa avançamos bem, mas no Estado é diferente:vamos experimentar alguma coisa entre o município, que fica com o poder local, e o Estado mais distante. As reivindicações da população se confundem muito com o município, porque

é esta instância que trata do dia a dia. Mas naturalmente vamos construir uma lógica de participação da população sobre as grandes diretrizes para o Estado, e uma participação permanente. Ela não pode servir apenas para um PPA e depois vai todo mundo para casa, é preciso que isso vá dar lá no orçamento, que se empodere a população

Não tenho dúvidas que se conseguirmos construir experiências nessa área vamos ser olhados como o grande partido da democracia participativa e socialista nesse país. Isso é um trabalho danado, porque é muito subjetivo, depende de cada experiência e da história acumulada de cada população, mas acho que precisamos seguir esse caminho e juntar os pensamentos, que são muito difusos, buscar um caminho que seja único e que seja a bandeira de nosso partido.

O grande problema dos Estados chama-se *economia*. Eu estava vendo meu companheiro Wilson falando e fiquei até com pena, porque achava que eu é que choraria mais, é a estratégia dele, chorar para baixo porque ai ninguém chega para pedir nada. Mas o grande problema do nordeste é o desenvolvimento, na perspectiva do Estado ser o provedor. Na Paraíba 46% da massa salarial está vinculada aos poderes públicos. É muita coisa. Como é possível desenvolver na lógica da iniciativa privada, das pequenas cooperativas? Não há saída, não dá para continuar imaginando que o poder público vá continuar nessa grande mamadeira, não existe perspectiva para isso.

Por exemplo, nós estamos com 55% da receita comprometida com a folha de pagamento, e quando junta o Estado chega a 66% . Como todos ultrapassam, observa-se uma grande cumplicidade - o Tribunal de Contas não fala, porque está ultrapassando; o poder judiciário não fala, porque está ultrapassando; e o Ministério Público também, e todos vão levando e o Estado sem perspectiva de futuro. Esse parece que esse foi o grande recado do que povo da Paraíba deu para nós do PSB e dos partidos aliados para poder dizer "Amigo, ou olha para frente ou consegue ter coragem para adequar esse processo e criar esperanças novas, ou então também vai ficar para trás". Eu entendi o recado e vou construir um processo para poder olhar para adiante, construindo o futuro diferenciado, modernizando a máquina administrativa e tendo coragem para tomar as medidas que sejam necessárias para poder viabilizar o Estado. Talvez daqui a um ano se possa começar a apontar para um futuro diferente, mas passa pela questão da economia, do desenvolvimento do setor que precisa substituir em grande parte o Estado, que está lá presente, como se fosse eterno. E esse é o grande dilema.

O terceiro aspecto, para encerrar mesmo minha fala, é uma preocupação muito grande. Nós temos serviços públicos que atendem de maneira muito ruim no Brasil. É preciso dar um grande salto adiante. Isso tem reflexos na formação qualificada da mão-de-obra, tem impacto na economia. Está tudo interligado. Na base tem a questão da educação. Acho que nossa grande contribuição, e nossos governos estão fazendo isso, eu acompanho, o Brasil está começando a despertar para aquilo que está acontecendo no Ceará, em Pernambuco, que são experiências importantes e precisam, sinceramente, de uma reafirmação do partido,

como porta-voz do partido, precisam de visibilidade maior, ou seja o próprio partido precisa pegar as coisas que estão acontecendo, boas, e dizer que é um produto nosso. Precisamos construir uma espécie de referência partidária, como outros partidos já fizeram, assegurar maior visibilidade a coisas importantes que foram feitas ao longo desses anos pelas nossas administrações.

O povo brasileiro não merece chegar em uma fila para tirar uma certidão, e precisar de alguém que dê um jeitinho para pegar a certidão, ou então chegar na educação e ter até a ampliação do acesso, porque há ampliação no Brasil, mas a qualidade deixa muito a desejar. Sinceramente não adianta na minha percepção ampliar e as pessoas não terem qualidade suficiente para poder encarar o mundo tão competitivo como esse e dizer "Agora é a minha vez", e não tem nada dessa vez porque falta qualidade.

Acho que são essas três questões: serviços públicos, salto da economia nos setores diferenciados e articulação. Porque o PSB governa quatro Estados do nordeste, mas vale para os seis Estados também, nós temos que conseguir essa articulação em 2011, que é um ano duro, de restrição de receitas. Tenho impressão que se conseguirmos fazer essa articulação socialista, dialogando com o governo federal e diversos setores, acho, Camilo, que teremos uma facilidade maior, e se não fizermos isso vamos sofrer, e sofrer muito. Eu particularmente preciso dessa articulação, porque a situação do Estado, que não vou compartilhar com vocês, é muito difícil. É preciso que tenhamos essa cobertura, porque um partido que elege em um pleito como esses sseis Governadores, esse partido tem que ser mais do que nunca respeitado e acho que nosso presidente sabe disso, ele comanda dessa forma, o partido se porta dessa forma. Creio que temos muito futuro, mas precisamos ter a coragem e a vontade, duas coisas que naturalmente não haverão de faltar dentro da nossa militância. Muito obrigado.



Cid Gomes

Governador do Ceará

Quero cumprimentar o partido, presidente Eduardo, o presidente da Fundação Carlos Siqueira pela iniciativa, pois acho fundamental e necessário trocarmos experiências. Lembro das oportunidade que tive navida pública, e acreio que de toda essa tarefa, o mais desafiador para mim foi ser Prefeito da minha cidade, Sobral, sem experiência executiva alguma.

Vinha de experiência parlamentar, que foi muito útil, o parlamento é uma grande escola, ajuda muito antes de chegar no executivo, mas lá Wilson, tive que fazer algo muito parecido com o que você está fazendo agora, lembro bem dos números porque me marcaram.

Quando assumi a Prefeitura de Sobral tinha 4200 funcionários e o primeiro ato da administração foi tornar sem efeito todas as nomeações de funcionários, posteriores à Constituição de 1988, que não tivessem sido feitas por concurso, o que nos levou a demitir no primeiro dia de governo 2300 funcionários - mais da metade dos funcionários da prefeitura de Sobral. Associado a isso uma ação, uma decisão firme de trancar absolutamente o caixa da Prefeitura, e me lembro muito bem que um dia chegou o Secretário de Administração e finanças e disse "Prefeito tem que abrir alguma coisa", e eu disse que durante seis meses era só para pagar funcionários, e ele disse que estava faltando papel higiênico na prefeitura, e eu disse para trazer de casa. É uma caricatura mas é referência do momento difícil que passei.

A voz comum na cidade, e essas coisas têm muito mais caricaturas ainda quando estão no município, era de que eu não me elegeria nem mais como vereador em Sobral. Entre os adversários naturalmente. Dos que eram amigos, estavam completamente sem argumentos para contestar a afirmativa. O fato é que esse ajuste, esse rigor que é fundamental, deve ser

feito no primeiro momento, é a palavra que dou ao Camilo, e você Wilson já está fazendo, e certamente nosso querido Ricardo Coutinho já tem experiência. Mas também é uma palavra ao amigo Casagrande, mesmo sucedendo um aliado, era essa a situação, tive que fazer, tive que fazer um ajuste tremendo, e só existe essa oportunidade, no começo do governo: se não for feito na primeira hora perde-se o bonde e nunca mais encontra.

Não adianta depois de dois anos querer encontrar uma desculpa, o Estado e o poder público não cumpriram seu papel. As pessoas no primeiro momento até tem boa vontade de de esperar, ter paciência com um novo governo e se o ajuste é feito com coerência, sem abrir mão das linhas corretas, as pessoas compreendem, e tanto compreenderam que me reelegi lá, ampliando minha votação, e depois fui candidato à Governador e tive 82% dos votos em Sobral. Isso mostra que certamente as pessoas compreendem e estão dispostas a fazer sacrifícios quando enxergam realmente uma disposição.

As áreas naturalmente sobre as quais atuamos são essas mesmas as que o partido tem afinidade, fundamentalmente educação, melhorando, investindo no processo de alfabetização das nossas crianças, e hoje praticamente temos todas crianças em salas de aulas, mas o levantamento feito no Ceará, isso não deve ser muito diferente de boa parte dos Estados brasileiros, mais da metade dos alunos com 2,3 anos de escola não sabiam ler e escrever. Portanto, a alfabetização como ferramenta básica da educação, é um desafio que tem de ser superado. Na nossa linha de atuação o ensino médio naturalmente é de responsabilidade exclusiva dos Estados e venho de uma experiência em Pernambuco, associando o ensino médio ao ensino profissionalizante.Isso tem criado boas expectativas, que tem muito a ver com essa preocupação da formação para o mercado de trabalho.

Na saúde, minha meta é que o Ceará tenha até o final do ano que vem a melhor estrutura pública de saúde de todos os Estados brasileiros. É uma meta ousada e que naturalmente tem apoio do governo federal, com as unidades de pronto atendimento. Vamos precisar envidar esforços no sentido de que o custeio seja melhor equacionado, porque o que é repassado tem sido insuficiente, e digo ao Eduardo, que já tem algumas funcionando, e as minhas primeiras vão ficar prontas agora, enfim, fazer um esforço grande nessa área da economia.

É fundamental que o nordeste, o norte, e podemos dizer que o Espírito Santo, que está na área da SUDENE, na área do semi-árido, com muita justiça, o norte do Espírito Santo é uma região com graves desafios, enfim, temos isso em comum: as desigualdades devem ser um ponto prioritário da nossa agenda, o Brasil jamais será um país justo enquanto persistirem as desigualdades sociais que existem, mas fundamentalmente agravadas pelas desigualdades regionais. Não se fará isso sem uma decisão firme do governo federal, sem elaboração de um projeto que pense o norte, o nordeste, o norte de MG, o norte do Espírito Santo, com um olhar diferenciado, com políticas tributárias diferenciadas, com política industrial enxergando a carência de matéria prima e fundamentalmente a carência de mercado consumidor, e se não houver compensação certamente não teremos desenvolvimento industrial. Trata-se de uma

região que já tem dificuldades no setor primário, na agricultura e não conseguirá gerar dias melhores para sua população sem o incremento da indústria.

Cumprimento e desejo a todos os companheiros que assumem os governos e que terão em vocês os auxiliares e colaboradores, muito êxito, que o PSB possa de uma forma muito clara mostrar sua diferença para o Brasil e se tornar cada vez mais a alternativa progressista desse país. Muito obrigado.

Carlos Siqueira

Todas as exposições, inclusive a deste painel, serão transformados em um livro. As experiências que serão relatadas a partir desse momento serão publicadas. Vamos iniciar o primeiro painel após o painel dos governadores. Antes de passar a palavra para o Geraldo Júlio Secretário de Desenvolvimento e planejamento de Pernambuco, queremos passar a palavra para o governador Eduardo Campos introduzir o tema.

Painel modelo de gestão





Eduardo Campos

Governador de Pernambuco e
Presidente Nacional do PSB

Em rápidas palavras, os temas do nosso Seminário foram escolhidos em comum acordo por uma comissão que tiramos na reunião de avaliação, logo depois do primeiro turno, com a participação da direção da FJM e a opinião das equipes dos Governadores também.

O tema que o Geraldo vai tratar agora, da experiência do planejamento em Pernambuco, reflete uma decisão fundamental de nosso governo, no sentido de reforçar o planejamento da gestão, assegurando que ele não seja feito no gabinete, descolado do movimento social e da vida real, e da nossa militância. Procuramos garantir que tais atores tenham presença, que se explicitem suas demandas, até mesmo porque eles são procurados durante o debate político, e que precisam ser mobilizados depois, estando presentes, ajudando a fazer essa máquina a se movimentar na direção dos que mais precisam, porque costumo dizer que a máquina pública em regra no Brasil foi feita em função das elites, e para enxergar os excluídos é preciso que a população participe do ato da gestão.

É preciso, também, que nosso campo político evite ser reativo à construção e utilização de ferramentas que são importantíssimas para dar qualidade ao gasto público. Na verdade nós socialistas, nós progressistas, que temos um sentimento de compromisso com o povo, devemos zelar mais e mais pela qualidade do gasto, para que os recursos públicos possam servir para melhorar a qualidade da escola, moradia, segurança e saúde. É preciso acompanhar o gasto, a capacidade da realização, e aí acabar com algo que era a rotina do serviço público. A cada ano no primeiro semestre, a cada ano a setorial do planejamento

pede para cada uma das áreas do Estado indicar o planejamento para o próximo ano, e eles mandam. Em meados do segundo semestre fecha-se o orçamento no martelo, criando uma receita para caber aquela despesa. A peça orçamentária vai à Assembléia, faz-se o debate, vota-se no final do ano e quando vai começar o ano, logo depois de janeiro, em janeiro as coisas são mais devagar, e em fevereiro se reúne o governo, diante da seguinte questão: "Qual é o plano de ação do Governo para este ano?"

Esse modelo está esgotado, não funciona. É a negação do planejamento, que não têm vida, não tem participação, não tem controle, não tem metas, não é acompanhado, não se corrige, e não se alimenta dentro de um ciclo. O Geraldo vai ter a oportunidade de discorrer sobre uma experiência que deve e pode ser aperfeiçoada pela experiência que outros companheiros tiveram, por sugestões; um modelo que tenta responder a isso. Trata-se de um modelo da área de planejamento, que começou com o movimento do Brasil competitivo, e que já se processa na institucionalidade do Estado, porque nós fizemos concurso público para gestores nas três áreas, o que vai gerar uma mudança estrutural na máquina. Esse profissional de carreira tem metade de seu salário respondendo às metas da setorial, um funcionário de carreira que passou pelo concurso mais duro, do tipo receita federal, tribunal de contas e tal, tem metade do seu salário em função da meta da saúde. Este agente não vai admitir qualquer acordo para colocar alguém na saúde pública do Estado, de qualquer Governador eleito, porque ele está ali com massa crítica, e vai querer alguém que zele pelo recurso, que possa produzir resultados nas ações básicas de saúde, nas políticas públicas da saúde, enfim em todas as áreas.

Nós encontramos o Estado em uma crise que não era explicitada, pior muitas vezes que uma crise que é profunda, mas é do conhecimento público. É fundamental aos Governadores que estão assumindo nessa situação lançar luz sobre os problemas, nessa primeira hora, colocando a verdade na mesa, como elas são, e então todos sabem a situação. Havia um desequilíbrio das contas públicas mas embutido. Para todos os efeitos as coisas estavam bem, do ponto de vista da mídia, e tal, mas os relatórios do Tribunal de Contas demonstram um desequilíbrio de R$ 200 milhões, mas com a fama de que as coisas estavam em dia. E essa ferramenta e esse desenvolvimento foi super importante. Já havia uma ferramenta, utilizada teoricamente há mais de 15 anos por grandes corporações, somada à experiência de envolver o povo no processo de decisão, e isso nos foi extremamente útil, e será útil nesse segundo mandato.



Geraldo Júlio

Secretário de Planejamento e Gestão
Pernambuco

O objetivo deste documento consiste em demonstrar a trajetória do Governo de Pernambuco na formulação de um modelo de gestão que permitisse materializar os princípios programáticos do PSB, particularmente no que se refere à proteção dos segmentos mais vulneráveis de nossa população. Trata-se, portanto, de evidenciar as estratégias e meios que fizeram com que, em Pernambuco, o Estado se colocasse efetivamente a serviço do povo, apresentando-se como vetor e ator de promoção de inclusão social e combate às deferentes formas pelas quais a exclusão se realiza.

Antecedentes

Em Pernambuco o Governo Eduardo Campos encontrou um quadro que não é muito diferente do que se vê em vários Estados e Municípios, quando o Prefeito ou Governador tomam posse. Havia um déficit de 210 milhões de reais em janeiro de 2007, que correspondia a uma folha de pagamento. A violência seguia sendo um problema de enorme envergadura; o IDEB dos anos finais do ensino fundamental encontrava-se em uma zona que se pode considerar dramática. Na saúde havia um déficit de 5 milhões de consultas. No saneamento, para os atendidos pela companhia estadual de água, tínhamos 6 milhões de consumidores com racionamento severo de água. O governo que nos antecedeu entregou Pernambuco assim, e defendeu a aplicação do modelo neoliberal dentro do governo de maneira clara, expressa e decidida, e esse modelo aplicado durante oito anos deixou o Estado nessa situação que se indicou acima.

A entrega que foi feita do modelo neoliberal para a esquerda em 2003, foi muito parecido com isso. Em um quadro como era necessário ter algumas referências, premissas e princípios, dos quais o Governo não poderia se afastar. Um quadro como esse não exige uma atenção especial, só com a saúde, só com a educação, estradas; não se podia fazer em Pernambuco um governo voltado para só uma frente, uma só área, precisávamos fazer um governo que alcançasse tudo o que estava prejudicando e atrapalhando, fazendo com que a qualidade de vida das pessoas, principalmente das mais necessitadas sofresse degradação.

Impunha-se, portanto, que se definisse uma estratégia, e que ela fosse muito clara e transparente. Estratégia clara é a que todo mundo entende, que não requer muito tempo para ser explicada, que de preferência se consegue mostrar em uma página. A estratégia deveria, ainda, ser transparente, demonstrável para todos, dentro e fora do governo; conhecida de todos. É importante que dentro e fora do governo ela seja conhecida, para que todos possam se alinhar, seja pelo interesse do setor público, seja dos privados, que podem se engajar na estratégia para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Mas o Governador colocou com muita ênfase a necessidade de ir além da estratégia; superar a lógica do planejamento estratégico feito em novembro-dezembro, dentro de um hotel durante dois dias, que se transforma em um caderninho, cujo destino final é a gaveta, até o ano seguinte, quando se reinicia o ciclo de planejamento. Pernambuco não queria reproduzir este modelo, precisava de um planejamento que fosse efetivamente apropriado pelas diferentes ordens de atores e que os orientasse em suas ações.

Para assegurar tal intento procurou-se configurar uma governança ampla, profissionalizada e com padrão em todas áreas do governo. A população precisa de estrada, transporte público, saúde, educação, saneamento, que o Governo tenha suas contas em dia, servidores públicos valorizados, e de um conjunto de prioridades e não se pode ter um padrão de gestão excelente em saúde e um sofrível na educação, um padrão eficiente no turismo e um padrão sofrível no saneamento - deve existir um único padrão de gestão. O padrão de gestão tem que estar instalado para gerenciar a entrega de construção de uma obra e instalado para fazer uma gestão focar resultados dentro de uma escola.

É fundamental ter muito foco na atuação diária e para tanto desenvolver instrumentos adequados a tal fim. Para poder ter estratégia conseguindo foco na atuação diária e ter uma governança padrão em todas as áreas, desenvolveu-se um modelo de gestão verdadeiramente profissional, compatível com o fato de que o governo se constituí na maior instituição instalada em seu território, a que tem a maior receita, o maior número de funcionários (130.000), e com a maior quantidade de produtos e serviços a entregar.

É interessante traçar este paralelo porque em uma empresa privada, de qualquer fim, todos conhecem o seu insumo e o que sai do outro lado da linha de produção, seja uma fábrica de computadores, de água mineral, o que for, todos sabem, o portfólio, quantos produtos são gerados. E o Governo do Estado? Quantos fornecedores, insumos, métodos

produtivos, e quantas entregas tem a fazer? Deve-se entregar equilíbrio fiscal, a valorização do servidor, eficiência, saneamento, mobilidade, habitação, transporte público, estradas, portos, economia, crescimento econômico, emprego, ciência e tecnologia, formação, educação, saúde, segurança. Estas entregas devem ocorrer todos os dias e seu gestor final é um só. O presidente desse negócio ou é o Prefeito, o Governador, ou é ou Presidente da república. Um só o responsável por tudo. Sem dúvida nenhuma é a maior instituição que temos instalada em cada território determinado, mas principalmente é a mais complexa em termos de administração: o desafio que está sobre o colo de um Governador consiste em administrar a instituição mais complexa existente em seu território. Para fazer isso impõe-se conceber um método, não basta boa vontade, esforço e trabalho.

Valores e conceitos

O modelo que se configurou para a realidade de Pernambuco foi nominado como ***Gestão democrática e regionalizada***. Gestão democrática porque tem que ser mais do que participativa, gestão democrática é participativa mas é efetiva, ela corresponde à participação da comunidade. Regionalizada porque o Brasil é muito desigual regionalmente e Pernambuco não é muito diferente da grande maioria dos Estados. Temos 10% do território com 70% da economia e 60% da população. Regionalizada, portanto, porque requer-se compreender todas as necessidades das regiões, e mais que isso, verificar se o Governo está realizando as ações em todas regiões - porque é muito mais fácil fazer as coisas na região metropolitana do que nas regiões mais pobres e necessitadas. Estamos acostumados a ver o setor público funcionar para quem não precisa do serviço público. O grande desafio é fazer o serviço público funcionar para quem mais precisa, os mais vulneráveis. Portanto, trata-se de um modelo orientado pelos vetores democracia, regionalização e foco em resultados, visando essencialmente atender às necessidades de inclusão social dos segmentos populacionais para os quais, o modelo neoliberal, que existia anteriormente ao Governo Eduardo Campos, virou as costas, abandonando-os a sua própria sorte.

Detalhamento do modelo

O ponto de partida foi o aproveitamento integral de todo o processo de construção do programa de governo, tudo foi compilado em dados, todas as falas degravadas, originando um banco de dados que foi utilizado para a elaboração do plano plurianual. Foram recuperados, igualmente, os diagnósticos profissionalizados feitos nas Secretarias. Era necessário coletar os dados que estavam desorganizados nas Secretarias. Na administração pública a cultura de organizar as informações ainda não está instalada e o esforço de organizar essas informações é muito grande.

Em 01/08/2007 o plano plurianual foi encaminhado à Assembléia. Chegava a 700 páginas e um documento de tais proporções não pode ser entregue aos 130.000 servidores do estado, para que eles entenderem onde se pretende chegar. Decidiu-se, então, converter esta imensidão de informações em única representação, que resultou na construção de um

mapa da estratégia, em que constam a visão de futuro, o desenvolvimento social equilibrado, e a melhoria das condições de vida do povo pernambucano, e o desenvolvimento social equilibrado.

Há dois focos prioritários, que orientam todas as áreas: atender sempre os extratos mais vulneráveis da população e cuidar de maneira permanente da interiorização do desenvolvimento, para combater a desigualdade regional. Seguindo esses focos prioritários, há 10 objetivos estratégicos, e os 15 bilhões que se aplicou em 2010 olham para eles. A primeira prioridade consiste em equilibrar despesas e receitas, porque é preciso praticar o equilíbrio fiscal, o governo precisa de suas contas balanceadas. Não se trata de gerar lucro como na iniciativa privada, mas de ter contas equilibradas, porque isso faz bem à sociedade. Não basta, contudo, ter contas equilibradas, sendo fundamental materializar um governo realizador, valorizando o servidor, que é capaz de implementar as políticas públicas.

Na infraestrutura também há dois objetivos estratégicos: universalizar água e o esgotamento sanitário, melhorar a habitação, e o objetivo estratégico voltado para a infraestrutura e desenvolvimento. Todos os projetos de infraestrutura apontam para a infraestrutura social, ou urbana ou para a infraestrutura voltada ao desenvolvimento da economia, geração de emprego.

A questão da economia e formação da capacidade intelectual do Estado. é um outro ponto a se considerar: estruturar e modernizar a base científica e tecnológica, priorizar a proteção ambiental, implantar empreendimentos estruturadores e fortalecer cadeias e arranjos produtivos. Atrair empresas, grandes empreendimentos, e cuidar dessa cadeia, para gerar trabalho e renda em todas regiões do Estado. Cuidar da capacidade intelectual, porque quando uma economia passa pela mudança de sua matriz, é preciso formar pessoas, formar massa crítica, para que se consiga aproveitar esse desenvolvimento.

Existem, ainda, outros quatro objetivos estratégicos: educação, saúde, segurança e cidadania e empregabilidade. Cada um desses objetivos estratégicos implica um conjunto de projetos pactuados com o Governador, e monitorado mensalmente por ele mesmo. Essa é a estratégia, é clara, está sendo demonstrada em todas as salas do Governo do Estado, na sala do Secretário, Gerentes, dos gestores, há um ***banner*** do mapa de estratégias e prioridades, mostrando onde o Governo de Pernambuco pretende colocar o Estado, e para onde os recursos públicos estão indo, ou seja, para o desenvolvimento social equilibrado e a melhoria das condições de vida do povo pernambucano.

Para tornar essa lógica efetivamente transparente, o Governador realizou no Centro de convenções, em um auditório de 2500 lugares, três encontros de trabalho, coordenado pessoalmente por ele, com os 2500 líderes do Governo, onde se apresentou a estratégia de Governo e a forma de governar.

Outro ponto importantíssimo no modelo de gestão implantado em Pernambuco

foi a governança com padrão único, que se iniciou com a incorporação da função gestão, pela secretaria de planejamento. Contratou-se, ainda, profissionais, que foram devidamente treinados e capacitados, criando-se um padrão de gestão que se disseminou pelas demais pastas, com apoio da Secretaria de planejamento e gestão. Atualmente todos fazem diagnósticos utilizando as mesmas técnicas, fazem planos utilizando as mesmas técnicas, e monitoram as execuções utilizando os mesmos instrumentos e meios.

Para que isso acontecesse a Secretaria de Planejamento e Gestão foi estruturada em uma área que presta esse apoio interno aos demais Secretários e às Secretarias. Fazendo isso transformou-se o exercício da liderança do Governador em um processo muito mais eficiente, porque quando o processo chega até ele, há proposta, projeto, com monitoramento, sempre no mesmo padrão, independentemente do perfil do Secretário, da situação em que a Secretaria se encontre. Quando a área específica se entrevista com o Governador, seja para pactuar, monitorar o plano, tudo chega no mesmo padrão, e esse padrão tenta otimizar o máximo possível a utilização do tempo do Governador, para que os projetos andem.

O padrão permite rápida visualização do que está sendo proposto, ou do que está sendo monitorado, e se tiver problemas é imediatamente demonstrado, tem que haver uma proposta de correção do problema, pactua-se a solução e se encaminha a decisão naquela reunião com o Governador. Tudo fica registrado em ata e na reunião seguinte a ata é recuperada para ver se conseguimos ou não resolver aquele problema. Nada disso é feito com o objetivo de constranger ninguém, mas de resolver problemas e fazer os projetos andarem; melhorar a qualidade dos serviços, fazendo com que as coisas aconteçam como planejado. Com isso o que passa pela prioridade de todas as Secretarias é exatamente o que foi pactuado no planejamento estratégico, porque o que todo mundo presta contas ao Governador é o que está no planejamento estratégico, segundo indicado no mapa da estratégia. Não adianta ficar se ocupando com questões diárias, faz-se necessário atentar para os projetos prioritários porque é deles que se vai prestar contas ao Governador, e é dele que se vai prestar contas à sociedade.

Governança com padrão único

Esse instrumento - o mapa de estratégias - permite foco sobre a atuação diária, voltada para estratégia, para o prioritário; sendo gerido por uma governança em padrão único. O acompanhamento dos projetos se faz em uma sala de situação, onde existem três grandes monitores, em que se retrata a situação completa de cada projeto. Em um dos monitores são apresentadas as atas dos encaminhamentos permanentes, algo muito simples, como o que foi encaminhado, quem é o responsável e qual é o prazo. Na tela do centro são rodadas as apresentações, e na terceira tela as fotografias e os mapas da regionalização.

A territorialização das ações é um critério fundamental e no monitor em que aparece o registro fotográfico de cada ação, na sequência é apresentada a territorialização. Se ocorre o acompanhamento da reforma de 200 escolas, visualiza-se um mapa de Pernambuco,

identificando em que município as escolas estão sendo reformadas. Para as estradas a mesma coisa, é possível ver se estão beneficiando a todas regiões.

O Governador coordena pessoalmente as reuniões, que ocorrem às terças-feiras. Se ele não está no Estado, ou não pode ir, a reunião é adiada para o dia seguinte, porque elas acontecem somente e exclusivamente sob a coordenação do Governador, seja uma reunião feita para a pactuação das metas, seja para o monitoramento e andamento dessas metas. O Governador sempre está presente, fazendo o monitoramento de todas essas áreas (em 2010 tivemos 500 projetos monitorados diretamente pelo Governador).

Essa prática também gera integração, porque todas Secretarias participam do objetivo estratégico; elas estão juntas fazendo a pactuação ou o monitoramento. Um dos casos interessantes que aconteceu foi de uma obra que conseguimos realizar, realizadas por três Secretarias diferentes, com três fontes de recursos diferentes: pela Secretaria de turismo, com dinheiro do PRODETUR; Secretaria dos transportes, com dinheiro do Ministério dos Transportes e pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico, com a empresa Suape. Três estradas que se interligam, atendendo a uma demanda muito grande, e se não houvesse essa integração, em que se olha para o objetivo estratégico infraestrutura, certamente o resultado não teria a mesma qualidade. Quando ocorreu a percepção de que as três faziam conexão, pactuou-se a intervenção com o Governador e a obra foi construída, sendo a entrega foi extremamente importante para a economia do Estado e para geração de empregos.

Consolidação do modelo de gestão

As características gerais do modelo de gestão apresentado até aqui - ou seja, haver reuniões periódicas, monitoramento, indicadores, resultados, medindo tudo profissionalmente - foram disciplinadas por meio da Lei Complementar 141, de 03/09/2009, que instituiu de maneira permanente em Pernambuco esse modelo integrado de gestão, com controle social, sistema de planejamento e gestão, controle interno.

O sistema de controle social com conselhos regionais, portal da transparência, controladoria, ouvidoria que tem ***status*** de Secretaria de Estado, tudo funcionando (o portal da transparência em Pernambuco foi reconhecido como um dos melhores do país). O sistema de planejamento e gestão que já se detalhou, o sistema de gestão administrativa, de controle interno, que gera padrões para compras, administração de pessoal, material, frota, contratação. Essas áreas fora reforçadas por meio da contratação de efetivos, por concurso: carreiras de planejamento e gestão, gestão administrativa, de controle interno. O pessoal contratado, a sua vez, percebe remuneração variável, em função do desempenho da Secretaria em que está lotado. A remuneração variável será paga, portanto, em função da mortalidade infantil, da taxa de homicídios, da cobertura rodoviária do estado, da redução do rodízio da água, ou do aumento dos indicadores de saneamento.

É um pessoal de carreira, com crescimento e promoções vinculadas a resultados,

com um programa de formação padrão e continuada. Quando se ministra um de curso de melhoria de gestão de contrato, ele servirá para todas as Secretarias, havendo interesse assegurado porque, quanto melhor a Secretaria funcionar, maior será a remuneração de cada qual, medida sempre por indicador finalístico e nunca em avaliação pessoal de desempenho.

Consolidamos também o núcleo de gestão, que tem papel de monitorar permanentemente os resultados do Governo através de indicadores. Compõem este núcleo seis Secretarias: Planejamento e Gestão, Fazenda, Administração, Controladoria, Procuradoria e Casa Civil. Temos na Lei Complementar 141 a exigência da publicação do relatório de gestão social. A lei de responsabilidade fiscal exige que a cada quadrimestre seja publicado o relatório com os resultados fiscais, e no mesmo dia se publica o relatório da gestão social, que diz o que aconteceu com a taxa de homicídios, a mortalidade infantil, com saneamento, e em várias áreas do governo, economia, emprego, políticas sociais. Os relatórios são disponibilizados para a sociedade, permitindo controle social efetivo e eficiente, que dão respaldo ao gestor público para tomar as decisões que exigem coragem, que são voltadas para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Meritocracia, é um instrumento de gestão também extremamente importante, porque gera uma competição do bem, muito importante. A vantagem competitiva é a ferramenta mais importante para fazer as pessoas aderirem ao modelo de gestão, uma gestão medida por resultados. Quando seu vizinho começa apresentar resultados, só apresenta resultados verdes, é premiado na promoção, no 14º salário, gratificação, na próxima medição você busca o resultado dele. Ninguém gosta de ver o vizinho funcionando e você não funcionando, quando ele funciona você quer saber o que ele fez, como conseguiu o resultado, para fazer igual. É a vantagem competitiva, gerando essa competição do bem, tem que estar presente em todos os dias o máximo possível na administração pública. Criamos o 14º salário.

Na educação, vocês vão ter oportunidade de ver na apresentação, na segurança pública, que é medido através da redução de taxa de homicídios de maneira clara e objetiva sobre território de responsabilidade daqueles servidores públicos, na saúde, onde a medição de resultados é um pouco mais complexa. Na educação é feita através do IDEB e do IDEPE, porque o IDEB só é feito há cada dois anos, demora um pouco, e temos o IDEPE todo ano. Esse é um aprendizado, se aumentar aqueles professores terão premiação pecuniária. Os servidores que falamos na lista de planejamento e gestão, gestão administrativa de controle interno, tem a sua missão em cima de indicadores também e isso tem surtido bastante efeito, pegando um exemplo rápido do que tem gerado a meritocracia e a vantagem competitiva.

Exemplificação da execução do modelo de gestão

Realizado, por exemplo, o diagnóstico das fragilidades da política de segurança pública - que não se detalhará aqui - são definidos indicadores de acompanhamento das intervenções a serem realizadas. Os recursos da sala de situação, a que se referiu a acima, são usados igualmente pelo Comandante de área e pelo Delegado responsável da área. Por exemplo,

existe uma tela que localiza os crimes em sua área, os resultados e ações realizadas, uma tela medindo o desempenho do gestor em relação ao planejado. São telas de desempenho que estão lá na delegacia, no comando do batalhão e são utilizadas em reuniões semanais que eles fazem. Em Pernambuco existem vinte e seis áreas de segurança e cada área sabe o que a área vizinha também está fazendo isso, que tem resultados para alcançar. Os resultados sçao acompanhados semanalmente, sendo possível ver o mês anterior, em que bairros aconteceram os crimes, em que mês se superou as metas, etc.

Repressão ao ***crak***, carrossel de fogo, risco zero, sossego, apreensão de armas, abordagens, abordagens de motos, malhas da lei, etc. O protocolo de acompanhamento foi originado no planejamento operacional, feito olhando para os déficits apontados no diagnóstico. É medido semanalmente e a vinculação das ações com os resultados tornam-se evidentes - toda área que chegava na reunião semanal com ações cumpridas, tinha seu resultado apontado em verde. Ocorre normalmente, então, um efeito demonstração, e aqueles que não estão atingindo metas, passa a se esforçar para fazê-lo, até mesmo porque na premiação anual, para o caso da defesa social, temos quatro níveis s partir dos resultados alcançados.

Áreas que apresentam problemas por 2 meses seguidos, o Comandante do batalhão e o Delegado se apresentam ao Governador para fazer a apresentação sobre a área, fazendo o diagnóstico, e apontam as soluções que cabem, o que é aprovado ou não. O resultado é que no Recife houve uma redução da criminalidade que chegou a 40% em novembro, portanto agora Recife não é a capital mais violenta do país, e a curva que era crescente em 2005-2006, a taxa já caiu de 72 para 40%, ou seja, se obteve uma redução muito expressiva, que não têm paralelo em outras capitais no país.

Conclusão

Como se afirmou na abertura deste documento, o modelo de gestão praticado em Pernambuco tem por meta essencial inverter a lógica da atuação estatal no Brasil, fazendo com que o Estado sirva prioritariamente àqueles que mais precisam de serviços públicos, as populações historicamente excluídas e as regiões que tradicionalmente eram relegadas aos ciclos endêmicos e persistentes de pobreza.

A tarefa não é simples, quer do ponto de vista político, seja sob a lógica da gestão. ***O Estado do fazer*** exige muito mais do que boa vontade ou trabalho, requer métodos e padrões racionalmente definidos e sistematicamente acompanhados; a consolidação de lideranças, de atores que assumam compromissos e que sejam devotados à causa pública. Exige a coragem de não sucumbir à inércia, aos particularismos e ao corporativismo. O Governo de Pernambuco, na gestão Eduardo Campos, tem correspondido a todos esses critérios e, não por acaso, foi distinguido pela população do estado com uma aprovação avassaladora no último certame eleitoral.


PSB
OS DESAFIOS
DOS GOVERNOS
SOCIALISTAS
Fundação João Mangabeira
7 e 8 de dezembro de 2010
JANDO SOMOS INSTRUÍDO
DE É QUE PODEMOS MUDA


PSB
OS DESAFIOS
DOS GOVERNOS
SOCIALISTAS
"APENAS QUANDO SOMOS INSTRUÍDO
REALIDADE É QUE PODEMOS MUDA



Antônio Alexandre

Secretário Executivo de
Planejamento e Orçamento - PE

Ao analisar os investimentos estruturadores que havia no início da gestão Eduardo Campos, percebeu-se que a maior parte desses investimentos ainda estava concentrada nas três regiões que já constituem o pólo dinâmico natural do Estado. Duplicação da BR 101, pólo petroquímico, pólo têxtil, que começa a se formar a partir da petroquímica Suape, com a refinaria em suas diversas unidades, a refinaria de petróleo, estaleiro, etc. O recado é que esses investimentos, em que pese contribuírem para a mudança da matriz econômica de Pernambuco, não revertem a concentração do ponto de vista territorial, da apropriação dos benefícios desse crescimento econômico para o conjunto largo da população pernambucana, e obviamente não era possível aceitar um projeto de desenvolvimento econômico que apenas reforçasse o modelo existente até então.

A primeira discussão que se apresentou, portanto, era qual deveria ser a base de infraestrutura necessária para viabilizar do ponto de vista econômico outros pólos dinâmicos de produção econômica nos diferentes territórios do Estado. A partir daí se inicia a discussão que lá atrás, há quatro anos, se constituiu nas grandes prioridades de intervenção do governo, em parceria com o governo federal, ou com recursos próprios, ou captação de recursos, mas compondo a malha da infraestrutura que viabilizou discutir projetos de desenvolvimento regional.

A primeira delas começa com esse grande projeto chamado Transnordestina, percorrendo o estado de leste-oeste, ligando o porto de Suape, no entroncamento é a cidade de Salgueiro, seguindo um ramal para o norte no Ceará no porto de Pecem, e depois a continuação até o Piauí, fazendo conexão com a nova fronteira agrícola do Piauí.

A Transnordestina não pode ser considerada apenas como um modal de transporte ou mais um modal logístico, permitindo barateamento de custos, circulação e distribuição de mercadorias. Não é só isso, hoje ela já se constitui em um eixo de desenvolvimento fundamental, para que se possa viabilizar diversos projetos de desenvolvimento econômico, alcançando toda essa parte hoje do nordeste brasileiro, a exemplo de outro projeto estruturador, que é a transposição do São Francisco - que também integra e conecta toda essa parte oriental do nordeste, que podemos considerar como Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e de forma indireta Alagoas, Sergipe e Bahia. Todo esse conjunto de investimentos estruturadores está criando a infraestrutura necessária para projetos de desenvolvimento dessas regiões.

A partir da barragem de São Francisco, e do rio São Francisco temos o ramal norte da transposição do São Francisco, eixo norte. O eixo norte se conecta com as bacias hidrográficas do estado Ceará, o eixo leste com as bacias do Rio Grande do Norte e da Paraíba. O projeto do canal do sertão pernambucano, viabilizando a exploração econômica de toda a parte oeste do estado, divisa também com PI-CE, garantindo a oferta desse insumo fundamental, não só para o consumo humano, mas nesse caso específico para a atividade econômica, tanto a agricultura, pecuária como também a parte industrial. Nesses investimentos da oferta de água também há a adutora do oeste, estando na sua 4ª fase, e a adutora do agreste pelo PAC 2 deve começar no próximo ano, e a adutora do Pageú, formando uma malha da oferta de água. Isso permitirá reverter a condição histórica desse semiárido, não ter um dos principais insumos, não apenas para sobrevivência humana, mas fundamentalmente também para estruturação de atividades econômicas, com o dinamismo necessário para promover projetos de desenvolvimento sustentáveis nessas regiões.

Isso não era suficiente para compor uma malha de infraestrutura onde se pudesse pensar em projetos viáveis do ponto de vista socioeconômico para cada uma dessas regiões. Quem conhece esse território sabe que o abastecimento rodoviário para o nordeste se dá por duas grandes vias: pelo litoral a BR 101, e mais para o interior pela BR 116. Há, contudo, um problema nesse abastecimento da região pela BR 116, que vai lá em cima no Ceará e Piauí e as regiões do sertão, tanto da Paraíba como do Rio Grande do Norte. Quando se chegava mais ou menos na altura da cidade de Euclides da Cunha, na Bahia, por não haver uma ponte sobre o rio São Francisco continuando a BR, havia um desvio, passando por Juazeiro e Petrolina, famosas, para depois voltarem, chegando nessa região em uma cidade chamada Cabrobó, continuando a viagem, com todas repercussões em termos de custo, segurança, o que amplia ainda mais o nosso chamado custo Brasil.

A construção dessa ponte reconectou essa região de forma mais direta com essa circulação de bens e serviços vinda do Centro-Sul do país, possibilitando nova dinâmica para a região, do Salgueiro.

A partir daqui a discussão dos investimentos em infraestrutura ganha outra escala, não se trata mais de reproduzir e fortalecer aqueles investimentos que estavam concentrados

na parte litorânea, mas de induzir uma ação de governo priorizando e procurando viabilizar projetos, criando uma malha com uma outra leitura do potencial socioeconômico para cada uma das regiões do Estado. Iniciou-se, então, o mapeamento dessa base de infraestrutura, identificando-se quais os potenciais de desenvolvimento e de arranjos produtivos seria possível fortalecer, e quais emergiam como novas possibilidades de atividades econômicas.

Citando um exemplo, percorreu-se várias regiões pesquisando. tais potenciais Na região do Araripe havia tradicionalmente a exploração do gesso, só que ela não era inclusiva, porque as grandes mineradoras, 5 ou 6, dominavam a extração do minério bruto e havia mais 100 calcinadoras, que trituravam e desidratavam a gipsita, fazendo o transporte do gesso in natura. Havia uma larga camada da população que não conseguia ser alcançada por essa atividade econômica e se avaliou, então, que eram possíveis diversas outras atividades a partir de quando houvesse um mínimo de investimento em infraestrutura por parte do poder público - desde que se sensibilizasse os diversos atores privados, para fazerem seus investimentos em outros arranjos produtivos.

Foram identificados os potenciais de derivados de leite, no extremo sertão do estado, a apicultura com sustentabilidade e uso extensivo de mão-de-obra, a região do São Francisco, já uma região clássica da fruticultura irrigada, começando a explorar a produção de vinhos nessa região, com importância no cenário nacional. Procurou-se agregar valor a um conjunto de serviços que fazem dessa região hoje um grande pólo de serviços, por exemplo na área médica, de tecnologia da informação. Isso se fez, por exemplo, assegurando que as frutas fossem cada vez menos exportadas in natura. Preferencialmente se procura exportar a fruta desidratada, o pó, o doce, o suco, enfim um produto beneficiado, agregando valor, fazendo com que a dinâmica econômica tenha muito mais escala do que é feito tradicionalmente.

Sertão central, além da caprinovinocultura tradicional na região há o desenvolvimento de um pólo logístico, em torno de Salgueiro, o que permite a criação de um novo pólo logístico multimodal, que já está sendo construído, possibilitando que novos negócios sejam implantados nessa região. Região de Itaparica, as mais pobres em termos dos indicadores socioeconômicos começa a ter a sua vocação voltada, por exemplo, para a exploração do rio São Francisco e de seus lagos, é um potencial enorme, por exemplo, para a criação de peixes, é uma das criações mais produtivas de tilápias do país, só que os produtores só estavam sendo capacitados e treinados para produzirem a tilápia e venderem o peixe inteiro para as indústrias.

Agora estão sendo criados pólos para aproveitar tudo o que o peixe dá, e é tanta coisa que que é surpreendente: aproveita-se a pele, a espinha para fazer farinha de osso, curtume de peixe, hambúrguer de peixe, filé, e uma quantidade enorme de subprodutos. A jusante e a montante existe a possibilidade de gente que começa a fazer tanque de peixe, beneficiamento do peixe, as estruturas de armazenamento, etc., permitindo um ciclo, e a formação de uma cadeia produtiva a partir de um potencial que precisa ser induzido, porque, naturalmente, espontaneamente, não haveria interesse privado de investimentos se algumas condições não fossem instaladas na região.

Pageú, verifica-se além da caprinovinocultura o potencial de fruticultura, avicultura, onde já se verifica, por exemplo, um dos maiores fornecedores de frangos resfriados de parte da região metropolitana do Recife e, não se imaginaria isso há 20 anos porque toda a avicultura estava mais próxima das regiões do agreste.

O Mossoró também, explorando o potencial da agricultura, que não existia, fruticultura, piscicultura. O agreste setentrional, a região do pólo de confecções, com conexão com Caruaru agreste central, Coritama, Santa Cruz do Capibaribe, que é considerado o 2º ou 3º pólo produtor de jeans do país. Mas trata-se de uma produção no essencial artesanal, caseira, e hoje uma das metas consiste em fazer com que deixe de ser um pólo de confecção do jeans, passando à condição de pólo da moda e designer.

No agreste central na região do em torno de Caruaru, identificou-se outros vetores econômicos, principalmente na área de prestação de serviços. O agreste meridional observa-se a pecuária leiteira e a implantação de uma unidade da Perdigão, em uma cidade chamada Bom Conselho, com um dos mais baixos índices socioeconômicos.

Mata norte existe um grande potencial do pólo farmacoquímico, surgido a partir de implantação da fábrica da Enobrás, e de uma fábrica de vacinas da Novartis. Na Mata sul, as atividades que se destacam são o turismo e a hortifruticultura, principalmente de orgânicos, voltada para a região metropolitana, que tem um valor agregado maior. Finalmente a região metropolitana como um pólo de serviços onde se destaca a tecnologia da informação, da comunicação, o pólo digital, o turismo de negócios, enfim um grande pólo dinâmico para toda essa região do nordeste.

É possível fazer uma conclusão do raciocínio que se desenvolveu até aqui, que se baseou na identificação dos diferentes potenciais econômicos de Pernambuco, induzidos pelo planejamento realizado pelo governo, em particular no que se relaciona aos investimentos estruturantes realizados. Aquele mapa que concentrava tudo próximo ao litoral, onde as oportunidades chegavam apenas para reproduzir aquela dinâmica que, apesar de ser benéfica para a economia como um todo, não era suficiente para promover a inclusão social, precisava ser alterado. Essa mudança de padrão não ocorreria nunca de forma espontânea e natural. Essa é a grande experiência que Pernambuco pode extrair de sua dinâmica de planejamento: não é suficiente apenas a distribuição dos serviços públicos pelo território dos Estados, ou do Brasil, é preciso ter a visão territorial para compreender a dinâmica e a conexão entre as diversas variáveis, e os fatores que permitem a construção de um projeto sustentável de desenvolvimento, segundo a lógica de cada região, e obviamente conectado na lógica mais geral do desenvolvimento do Estado, fazendo as devidas conexões e encadeamentos. Este é o grande desafio posto para quem pretende orientar uma gestão para um movimento que permita também a inclusão social, e inclusão social significa estender esse ciclo de desenvolvimento para todo território.



Antônio Balhmann

Ex-Diretor Presidente da ADECE
e Deputado Federal eleito pelo PSB

Adensamento de infraestrutura e atração de capitais privados

Temos uma convicção clara que a poupança própria do Estado, de tudo que o governo pode mobilizar, não será certamente suficiente para levar a um processo rápido de desenvolvimento econômico com inclusão social. Há necessidade clara de contar com o capital privado, a terceira vertente que gera essencialmente a evolução do emprego, a evolução da tecnologia, da economia, e de toda política que possa orientar o fluxo desse capital privado, onde logicamente temos que considerar o elemento essencial, que é a distribuição espacial, porque esse capital vai interferir naquela vida econômica do Estado e promover da forma mais distribuída possível o desenvolvimento.

Em função dessa visão, pela necessidade de atrair capital privado em determinado período da vida do Ceará, especialmente quando do governo Ciro Gomes, o Estado era muito agressivo na busca da iniciativa privada e nesse momento gerou também uma consequência prática, com determinadas vocações econômicas, que sequer existiam na época e que transformaram a vida econômica do Ceará, e de muitos municípios.

Procurou-se, então, distribuir no interior essencialmente as plantas industriais, para gerar emprego mas vivamente. Um exemplo típico desse momento é a indústria de calçados. O Ceará se transformou no maior produtor de calçados do Brasil a partir desse período, e todas as grandes plantas industriais estão distribuídas em muitos dos diversos municípios do interior. Hoje uma única planta gera 25.000 empregos de carteira assinada em determinada

cidade, assim como outras empresas foram para outros municípios, gerando de 2000 a 5000 empregos. Isso já é o resultado obtido desse primeiro esforço, mas é necessário compreender que esse esforço ainda é um esforço concentrado na indústria leve, porque não havia infraestrutura para outras ordens de plantas.

Em 2006 o Ceará se encontrava diante do seguinte cenário: um Estado passivo na busca do capital privado em pelo menos 8-10 anos, nos últimos 2 governos que antecederam o governo Cid Gomes, com uma passividade que não era só fruto do trabalho do governo, mas da ausência de elementos infraestruturais que permitissem dar segurança a esses capitais privados, tendo o retorno adequado para poder deslocar seus capitais para o Estado.

O Ceará é o final da linha de todos os ramais que abastecem o nordeste brasileiro, quer venha de Tucuruí ou do complexo gerador do São Francisco. A questão do apagão no governo FHC gerou quase que uma paranóia de investimentos no Brasil, e isso impunha como primeira pergunta se havia energia nos locais de destiono e o Ceará essencialmente gerava zero de energia.

Havia necessidade clara de municiar de infraestrutura de geração de energia elétrica, para equacionar definitivamente a pergunta dos empreendedores privados, quando se buscava vender o Estado como destino de capital privado para um nordeste mais produtivo.

Impunha-se gerar mais energia, mas não havia recursos hídricos necessários, a exemplo de outras regiões brasileiras. Por outro lado havia a dádiva, que é a geração de fonte eólica, na fronteira do Piauí e a cidade de Natal, as fronteiras com o Rio Grande do Norte, em que existem três Itaipus, e mal medidas, porque isso foi feito no estado da arte em que esse tipo de geração ocorria a 50 m e hoje se trabalha com turbinas de 80 a 100 m. Esse é um potencial e está implantado, não é especulativo.

O Ceará precisa hoje, para mover toda sua infraestrutura, nas indústrias, comércios e para as necessidades domiciliares algo como 1.3 Gwh. É uma única estrutura, antiga, e não se admite mais geração a carvão. Pode-se aceitar o gás, mas não carvão. O gás já é suficiente para dar a base necessária à geração própria, implantado na alma do complexo portuário do Pecem, o que garante todos investimentos que estão em seu raio de segurança, tendo a fonte de energia que precisam para operar. Mas o futuro aponta para a energia eólica e toda a consequência de sua cadeia produtiva, que é uma indústria pesada, calderaria, indústrias e tecnologia de ponta, de grande porte, e nesse período o Ceará se tornou o maior gerador de energia elétrica de fonte eólica do país, com 500 e poucos Mwh implantados, com mais 546 já contratados, para operar em 2012, o que propicia mais 1.2 Gwh. Associado ao último leilão, somado aos Gwh da termoelétrica, estão disponíveis 2 Gwh para 2012, que é muito mais do que precisa o Estado no cenário atual. Ou seja, o Ceará passou praticamente de zero de geração de energia para exportador de energia até 2014.

Eliminada essa insegurança há outros elementos que também são essenciais, com

uma transformação importante nesse período, a questão do gás natural. No começo do governo o Estado estava desconectados da linha de fornecimento de gás, e o presidente Lula fez essa conexão agora mais recentemente.Havia uma oferta de final de 2 milhões de m3, que também não seria suficiente para alimentar as novas plantas que pudessem afluir ao Estado, ou outras necessidades como hospitais, etc.

Foram feitos investimentos no porto de Pecem em um terminal de gás, de regaseificação para 7 milhões m3 de gás, que já está operando, inaugurado o ano passado, assegurando o fornecimento para o complexo e para o Estado do Ceará, porque antes o fluxo vinha do Rio Grande do Norte para o Ceará, e hoje de alguma forma se inverte o fluxo de disponibilidade do gás, porque sem esse investimento não haveria condições de dar sequência à questão de geração de energia elétrica com fonte gás.

Para que o Estado pudesse se lançar na busca dos investimentos privados, ainda havia a questão da água. Para o enfrentamento da seca foram construídas muitas barragens no Ceará. O advento do Castanhão, investimento recente de infraestrutura no Ceará, e o projeto feito ao longo de anos de interligação de bacias, geram uma consequência importante, e daí a relevância da transposição, que é essencial para o Estado, para a manutenção dos estoques de água nos períodos em que, pelas questões da própria natureza, não há condições de repor estoques pela ausência de chuvas. A transposição nos garante abastecimento para as áreas irrigadas, e o grande investimento feito nesse governo é exatamente a conclusão das obras que levam para o Pecem e para Fortaleza o volume de água necessário para, em um horizonte de 30 anos, não haver qualquer insegurança de fornecimento, quer para o consumo humano, seja para as atividades industriais.

Investimentos induzidos e inversões em infraestrutura

Há uma revolução da logística no Brasil. Hoje, uma carga gerada no sul do Tocantins, sul do Maranhão, sul do Pará, Mato Grosso, Goiás tem por destino Santos, Paranaguá ou Vitória. Depois, quer com contêineres, ou sem, com carga geral, ou carga seca, vai para os Estados Unidos ou para a Europa , ou aos principais mercados do mundo.

As infraestruturas modais, não só para o nordeste brasileiro, mas para o centroeste, contudo, estão sendo construídos atualmente no sentido inverso, saindo do centro-oeste, para os portos da região equatorial brasileira. A hidrovia do Madeira, Rondônia-Taquatiara sentido sul-norte, a BR do Mato Grosso, no sentido inverso, Norte-sul no sentido inverso, e principalmente a Transnordestina. Hoje no porto do Pecem isso já ocorre, e muito rapidamente, os frigoríficos que produzem no Brasil, nessas regiões, uma parte expressiva, e cada vez mais expressivas nessa produção, demandam o Pecem. Os investimentos que o governo fez para operar com containers tem Santos por referência, essa carga vai para os portos de grande calado. O Pecem é parte dessa revolução na logística do Brasil, junto com essas ferrovias.

Transportado esse fenômeno para o macro ambiente, deve-se fazer uma leitura estrategicamente importante para o nordeste, para essa logística - a ampliação e o alargamento do canal do Panamá. Esses portos se transformarão em portos concentradores, devido a seu grande calado. Santos não tem o calado do Pecem, Nova York também não o tem, por incrível que pareça.

A questão da agricultura irrigada, então, é uma rota estratégica essencial e cada vez mais o capital internacional privado chega ao nordeste. Em determinadas atividades temos uma empresa cearense, mas as tecnologias difundidas pelas empresas internacionais certamente geram um processo de evolução da renda e do emprego nessas regiões, onde não se vê mais o pedinte na esquina ou a multidão na porta do prefeito. Na produção frutífera há um exemplo interessante, pois além da preocupação com a produção propriamente dita, atualmente se presta muita atenção à manipulação pós colheita, visando atender a padrões requeridos pelos mercados consumidores.

Então a multiplicação dessas estratégias dos Estados, com as infraestruturas essenciais para garantir essa tecnologia pós colheita, transforma o nordeste passo a passo, que já é um importante produtor e cada vez mais, um grande produtor de frutas frescas para o mundo inteiro, com suas especialidades. Juazeiro e Petrolina têm sua especialidade, Apodi chapada, vale do Jaguaribe, vale do Açu tem outra especialidade, complementares em termos de produção de frutas no Brasil.

O governo do Estado investe em obras, em construção, 1 bilhão de dólares no porto, logicamente não está investindo exclusivamente com o dinheiro do tesouro, é alavancado por outras fontes como BNDES, mas só esse ano aplicou-se mais de 500 milhões de reais no prolongamento que se detalha abaixo.

Há uma pequena mudança no projeto, mas essencialmente o raciocínio é o mesmo. Trata-se de uma unidade da ***joint venture*** EMX com EDP, duas usinas termoelétricas, conjuntas, que faz os 720 mais os 360 Mgw, já em construção, com consequência de geração de empregos na obra, na operação, e tem impacto no PIB do Estado. Ela é importantíssima para o Ceará, porque dá essa base de geração de energia. .

Quanto à energia eólica, foram implantados 17 parques já em operação comercial e contratados mais para operação até 2012, no último leilão de outubro, adicionando mais 150 Mgw para 2013, sendo que cada Mgw representa investimento de 2 milhões de dólares. Essa energia tem uma cadeia produtiva em base industrial de grande porte, o que requer mão-de-obra muito qualificada, porque a manutenção dos parques emprega muitos engenheiros especializados na área, e como o Brasil não tem experiência e nem ***expertise*** nessa cadeia produtiva, os técnicos do Ceará são treinados por universidades da Alemanha, em um convênio como governo do Estado.

No que se refere à indústria de bens de capital relacionada à geração eólica destaca-

se a Tecnomaq, uma empresa espanhola que já produz torres tubulares em aço, com uma caldeiraria pesada; a implantação assegurada da Suzlon, com pás e geradores, e a Aeris, uma empresa brasileira de fabricação de pás, que já iniciou sua construção.

O Estado do Ceará apostou na geração de energia solar, criando um fundo específico, que cobre a diferença entre o custo da energia solar e o custo da energia comum. Por exemplo, se a empresa quiser consumir tanto de energia solar, vai pagar o mesmo preço que já paga pela energia comum, que já utiliza, e o fundo cobre esse custo, de forma que a empresa privada não terá prejuízo quando investir na energia solar. Isso tem toda uma regulamentação. Agora em 11/03/2010 inaugurou-se a primeira empresa de geração de fonte solar do país. É o único Estado brasileiro onde o investidor de fonte solar tem abrigo regular e regulamentado para colocar sua empresa.

O Ceará é o primeiro Estado do Brasil a ter, ainda em estágio piloto, uma unidade de geração de fonte de marés, em acordo com a universidade do Rio de Janeiro, que também é uma vertente energética que está se desenvolvendo muito no mundo. Trabalha-se, ainda, a questão da geração de energia pela biomassa, uma vez que há plantas muito grandes no mundo nessa área, sendo uma oportunidade para o Estado.

Porto do Pecem

O porto tem dois berços, um de 15 m e o outro de 16 m, um para carga geral e outro para contêineres como a disponibilidade atual. Realiza-se atualmente um prolongamento de mais 1.000 m no quebra mar, com 760 m de píer e ampliação de 342 m na ponte de acesso ao terminal. Os guindastes já foram adquiridos e a construção da retroárea está um pouco atrasada com o cronograma, mas está em fase final.

Esse tipo de porto tem vantagens e desvantagens. Uma desvantagem grave é que é caro para fazer, e uma vantagem muito importante é que não precisa dragar; daqui a 20 anos é o mesmo porto, sem precisar desse serviço periódico de desassoreamento.

Outros projetos em andamento no Ceará

O Ceará, como de resto todo o nordeste, passa por uma fase de desenvolvimento considerável, aumentando o dinamismo das economias estaduais. Nesse sentido, vale enumerar os projetos em andamento no Estado, para que se possa aquilatar a dimensão deste processo:

O Canal da Integração: grande obra hídrica, cujos últimos trechos estão sendo licitados e irão chegar até o Pecem, transportando um volume de água expressivo, conectando o Castanhão, que é maior reserva de água do Estado.

Galvani Mineração S/A e INB Indústrias Nucleares Brasileiras, que têm condições, constitucionalmente, de operar o urânio. Nosso fosfato é associado ao urânio, e esta é uma

planta estratégica para o Brasil, tanto pelo o urânio como pelo fosfato, porque o Brasil, com as grandes fronteiras agrícolas e é um grande *player* mundial na área de grãos.

ZPE: esse projeto foi aprovado em março, com conceito de ecoparque, organizado por uma consultoria internacional, para garantir o tratamento adequado dos resíduos, iluminação com energia solar, em um conjunto de abordagens diferentes para os casos industriais. A área já está determinada e o projeto com as três operadoras constituídas até 14/12/2010. O pólo industrial da tecnologia da saúde, áreas já determinadas, sendo o esqueleto central a Fiocruz, e como já existe no Ceará uma indústria de pequeno-médio porte em produção de medicamentos, há demanda para essa área, muito grande, e já está determinado, o Estado já está fazendo a desapropriação, e vamos iniciar em 2011 com força total.

Minério de ferro: quando se fala de minério de ferro no Brasil, o raciocínio vai para Carajás. A realidade do nordeste, Ceará, Pernambuco, Bahia, é a de ocorrências minerais relativamente pequenas, comparando com Carajás, com minério de boa qualidade, de lavra superficial. Apesar destes problemas de escala, já se fez a primeira exportação para a China. A rigor, trata-se de investimentos chineses, que está sendo detalhado tecnicamente, visando torná-lo mais consistente e economicamente interessante

Aquário: esse é um projeto futurista, construído na praia de Iracema, certamente um dos projetos mais audaciosos da área, no mundo. Ele tem duas vertentes, a óbvia, gerando um fluxo adicional de turismo, pela presença do equipamento, e a outra vertente, da pesquisa envolvida. Quem vai administrar é a Labomar.

Quando falamos de atração industrial estamos falando de 130 escolas profissionalizantes de tempo integral, encerrando essa fase do aluno sair do português, matemática, geografia, quando sabe, e não sabe fazer nada. Muitas vezes falam, escola é mais importante do que o aquário, mas ela não está de forma alguma esquecida, muito pelo contrário, e na verdade esse projeto gera um fluxo turístico importante, além de toda consequência no turismo, gerador de emprego e riqueza. Não temos dúvida disso, sempre na mídia mundial. Muito bem, isso está em início de construção.

Turismo: centro de eventos e exposições - esse é outro grande investimento, já em fase quase de conclusão, que deve reinserir o Ceará no calendário das grandes feiras do Brasil. No campo do turismo vale ainda atentar para a construção de aeroporto para aeronaves de grande porte em Aracati próximo de Canoa Quebrada (que se encontra em fase final), além de outro que será iniciado nas proximidades de Jeriquaquara, a uma distância que assegure preservação daquela área.

Conclusão

Para sedimentar o caminho que se percorreu neste documento, vale ressaltar as opções feitas pelo Ceará, a fim de dinamizar sua economia, melhorar os aspectos de geração e

distribuição de renda, bem como o desenvolvimento regional. A rigor, a grande preocupação do Governo consistiu em superar as restrições de infraestrutura existentes, particularmente com relação a provimento de energia e água, mas alcançado também os aspectos logísticos e de integração das diferentes regiões do Estado.

As inversões realizadas na infraestrutura, por si mesmas, levam a um aumento de renda, de emprego e induzem um processo de diferenciação da economia estadual. Este ciclo virtuoso é complementado pelos investimentos privados, que decorrem e se associam a este rearranjo de infraestrutura, fato que se faz perceber de modo claro nos números que o Ceará, cuja pujança atual é inequívoca.







Ariosto Holanda

Deputado Federal - Ceará

A educação é um tema da mais alta importância, sobretudo a educação e capacitação com vistas ao mercado de trabalho, a educação com vistas ao desenvolvimento.

Centro de Inclusão Tecnológico e Social.

Este Centro fica ao lado da Companhia Docas, no sistema portuário. Existe em seu entorno uma pobreza muito grande e a ideia é capacitar essa população. Vamos para áreas de grande demanda, como soldador e mestre-de-obras. Esses Centros se encontram detalhados. São Centros voltados para o que chamamos de "povão". O auditório funciona como sala de vídeo conferência, com apoio do Instituto federal do Ceará, da universidade, e do SEBRAE. Este Centro foi inaugurado recentemente com a implementação dos cursos de bombeiro eletricista, mecânico, laboratório de informática, dentre outros. Temos também convênio com a universidade do Rio de Janeiro para pós-graduação, educação ambiental, comércio exterior, legislação portuária.

Estamos disponibilizando o projeto como forma de induzir a construção de um em cada Estado que tenha infraestrutura portuária, para que possa construir esses Centros que foram totalmente financiados pelo Ministério da ciência e tecnologia. O custo é estimado em torno de R$ 1.000.000.

Indicadores.

O nosso foco é a população que precisa entrar no mercado de trabalho e que, para isso, precisa de conhecimento. A educação em ciência e tecnologia, por exemplo, é um dos melhores caminhos para diminuir a distância, no Brasil, entre o PIB, que é o 7°, e o Brasil que ocupa 61° IDH. As pessoas confundem crescimento com desenvolvimento. Crescemos em riqueza, mas ela ainda continua concentrada. O número dos miseráveis diminuiu significativamente, mas há ainda um número elevado de pobres.

Uma análise rápida sobre nossos indicadores sociais do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) mostra que os meios de produção estão concentrados em 6% da população - 6% dominam o dinheiro da produção no país. O mercado está dominado pelas grandes empresas e hoje estamos trabalhando na Câmara Federal a assistência às micro e pequenas empresas, que são 99,2%. Sabemos que a mortalidade é muito alta porque não conseguem inovar, porque estão distantes das Instituições que possuem o conhecimento. Hoje, 63 milhões de pessoas recebem o Bolsa Família ao custo de 13 bilhões, 20.000 famílias recebem por ano 140 bilhões porque detém 70% dos títulos da dívida pública. Esse é um jogo desigual. A concentração de renda é isso.

Os indicadores do analfabetismo, publicados recentemente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mostram que hoje a situação é pior, em termos de analfabetismo, nas regiões norte e nordeste - 17% de analfabetos. A média de estudos, no nordeste, é de 6 anos. Os melhores índices são do sul-sudeste, como era de se esperar, com a média de 8 anos. No país temos hoje 14 milhões de analfabetos. Os analfabetos funcionais, ainda dos dados do IBGE, da população com mais de 10 anos, e com até 5 anos de estudos, somam 66 milhões de brasileiros; a população com 4 anos de estudos soma 55 milhões. A população com ensino fundamental incompleto representa 36% do total; a população com ensino médio completo, 26%; e população com ensino superior completo é de 10%. Esse quadro é preocupante do ponto de vista da educação formal. E nesse mapa as pessoas com até 4 anos de estudos também são consideradas como analfabetos funcionais, pessoas que não entram no novo mercado de trabalho - 55 milhões de brasileiros. O indicador nacional de analfabetismo funcional -INAF, do Instituto Paulo Montenegro mostra que a evolução é positiva: o número de analfabetos funcionais, em 2002, era 39% da população de 15-64 anos; em 2009, representava 28% da população.

As micro e pequenas empresas, e os segmentos produtivos que não têm condições tanto de acesso às inovações e quanto de apropriação das novas tecnologias, estão mergulhados em um verdadeiro analfabetismo tecnológico. Com isso, elas têm alta mortalidade: por ano nascem 720.000 e morrem 670.000. Somente 28% das empresas conseguem inovar; somente 12% procuram os pesquisadores. Comparando o Brasil com outros países, aqui somente 16% das empresas procuram pesquisadores dentro da Lei de inovação enquanto na Espanha, por exemplo, são 32%. Na década de 80 existia um programa chamado Programa

de Assistência Tecnológica às Micro e Pequenas Empresas - era a década dos Institutos. Os Institutos Tecnológicos do país - no Ceará o TEC, Pernambuco o TEP, todos os Institutos federais - tinham uma atividade muito grande em relação à captação tecnológica das micro e pequenas empresas. Na época, agiam levando a assistência gerencial tecnológica. Hoje, com a nova constituição, os Institutos praticamente se transformaram em autarquias e entraram em um processo de falência, e muitos até morreram.

Vários são os países com experiência de suporte às pequenas empresas. Os Estados Unidos, por exemplo, implantaram 350 Centros tecnológicos para dar suporte a novas tecnologias, informação e administração.

A partir dos Institutos Federais poderemos implantar no país esses Centros tecnológicos que poderão estar presente, até o final do ano, em 400 municípios. Poderemos então fazer uma coisa que perdemos: a extensão tecnológica. As micro e pequenas empresas precisam da assistência intelectual para sobreviver. O SEBRAE o faz isso com muita competência na área de gestão. É necessário ainda a assistência financeira. Hoje, os bancos estão abertos a isso, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o Banco do Nordeste, que disponibilizam linhas de financiamento para as empresas. Faltam as áreas que ainda não estão definidas com clareza: o mercado e a tecnologia. A pequena empresa não precisa ter somente linhas de financiamento e um bom gestor; se não tiver mercado morre. Sem a tecnologia, se não conseguem inovar não conseguem competir.

Recentemente, aprovamos no Congresso a lei geral das micro e pequenas empresas abrindo espaço para o município que quiser participar com 30% de seus recursos para priorizar as micro e pequenas empresas.

Avançamos muito no que diz respeito ao ensino formal; temos o ensino a distância, o PROUNI – Programa Universidades para Todos. A grande maioria, porém, ainda não é alcançada por esses avanços. Temos que assistir essa parcela da população com um grande programa de extensão. Hoje, temos o caminho: os Institutos Federais. Quando implantarmos, nos municípios, os Centros de Extensão rapidamente faremos a transferência de conhecimento para essa população.

O paradigma atual da sociedade se baseia na velocidade das informações e no domínio do conhecimento. Nos últimos 30 anos foram gerados mais conhecimentos científicos e tecnológicos do que em todo período anterior da história da humanidade. Eu, que sou da área da ciência e tecnologia, dentro da Universidade federal do Ceará, às vezes faço ainda minhas palestras para os alunos jovens e digo que sou do tempo da radiola, da vitrola, rádio a válvula. Naquela época, a engenharia era politécnica, o crescimento era lento e gradual. Na década de 70, chegou o componente do transistor dando origem à microeletrônica, à informática e o crescimento tornou-se exponencial. É fato e temos que estar preparados. Dentro de 10 anos estaremos usando 50% de bens e serviços que ainda não foram inventados.

O avanço da tecnologia tem resultado no aprofundamento do conhecimento de poucos e no aumento da ignorância de muitos. Para ilustrar, cito o livro "Admirável Mundo Novo", em que os "Alfa", no topo da pirâmide, estão sabendo tudo que está acontecendo; os "Beta", no meio da pirâmide, estão tentando entender o que está acontecendo, e os "Gama", o "povão" aqui embaixo, não sabe o que está acontecendo. Tal é o avanço tecnológico que já estamos nos deparando com situações em que, de um lado, temos pessoas procurando emprego e, na contramão, trabalho procurando profissionais. Estão aí as obras do PAC precisando de eletricista, soldador, mestre-de-obras, e ninguém está formado, não tem. Como novos conhecimentos surgirão, com velocidade cada vez mais crescente, as camadas sociais mais pobres correm o risco de sofrer a mais perversa das exclusões: a do saber para o trabalho.

O avanço está aí e nossas escolas não estão preparadas, não estamos transferindo conhecimento para essa população que precisa entrar no mercado de trabalho.

Para o futuro do mercado de trabalho, a indústria e a agricultura serão intensivas em capital e menos mão de obra. Estima-se que em 10 anos somente 10% da População economicamente ativa estará nos setores primário e secundário. Na nova economia , os novos campos profissionais beneficiam uma elite global ou virtual. Postos de trabalho vão exigir habilidades e conhecimentos que em pouco tempo serão substituídos. O profissional, a partir de hoje, deverá ser um eterno estudante, não tem como fugir, tal é o avanço.

Desafios: como fazer ingressar num sistema produtivo esse número de analfabetos funcionais, da ordem de 50 milhões de brasileiros? O que fazer com milhões de trabalhadores cuja força de trabalho é cada vez menos exigida, ou nem mais o é?

Às vezes brinco perguntando para os jovens o que é o MST. Digo que pode ser o "Movimento dos sem trabalho", "Movimento dos sem tecnologia", mas termina como sendo o "Movimento dos sem tudo".

Como superar as desigualdades regionais quando se tem a consciência de que elas aumentam com a concentração do conhecimento? Cada vez mais o norte-nordeste distancia-se do centro-sul porque, cada vez mais, o conhecimento aí se concentra. E tenho uma luta: implantar no nordeste o Plano de Incentivo Tecnológico a partir de recursos dos fundos setoriais que, pela Constituição, têm de ser empregados nesta região. Eu fiz um cálculo rápido e, nos últimos 5 anos, a região deixou de receber quase 500 milhões porque a regra do jogo é a dos editais - que tende a tratar igualmente os desiguais. Então ficamos sem condições de enfrentar, de competir com o sul. Estados como Piauí, Alagoas e Sergipe, cuja participação nos fundos setoriais é muito pequena. Precisam formar mais mestres, mais doutores, e implantar mais programas de capacitação.

Propostas.

O que fazer? Temos que criar com urgência mecanismos, ágeis e flexíveis, de transferência

de conhecimentos para a população, a partir de atalhos que avancem sobre os mecanismos tradicionais da educação, e que tenham ação de massa, porque os excluídos são muitos.

Estamos propondo que façam parte do programa do nosso partido ações para capacitação tecnológica da população com a implantação dos Centros de Ensino Tecnológico. Nos Estados já existe essa ação efetiva dos Institutos Federais – CEFET. No Ceará, o CENTEC.

Temos que implantar esses centros, que chamamos de extensão, os Centros vocacionais tecnológicos – CVT. Nos municípios menores, o Núcleo de formação tecnológica - NIT e Centros de Inclusão Digital - CID, que, no Ceará, estão sendo implantados nos distritos onde a exclusão social / digital é maior. O Centro de Formação de Instrutores - CFI, bolsas de extensão e as "Infovias do desenvolvimento" vão encurtar essa distância.

Disponibilizei esses projetos: o projeto arquitetônico detalhado do CVT, um projeto padrão. Um Centro desses está na ordem, com seus equipamentos de laboratórios, de R$ 1.800.000; o NIT, na ordem de R$ 800.000; e os CIDs, R$ 200-270.000.

É uma revolução quando chegamos à comunidade com um Centro desses. E esse é um Centro Federal que forma técnicos de nível médio, tecnólogo - nível superior, e extensão. Os CVT têm os laboratórios ligados à vocação da região e também os mais os básicos: de física, química, biologia, informática, todos eles com videoconferência para implantar também a UAB - Universidade Aberta do Brasil, o que faz a diferença.

O NIT é voltado para a cultura e lazer e tem também ensino a distância e Internet multimídia. É um projeto menor, não tem os laboratórios básicos de física, química e biologia e, normalmente, são implantados em municípios menores.

O CID tem biblioteca, informática e uma sala interligada com os Institutos Federais por Internet ou videoconferência. É um projeto simples, mas com apelo social muito grande, principalmente quando são operados pelos Institutos Federais.

Essas são as ações. O CID é um projeto do nosso Secretário René Barreiro, da Ciência e tecnologia. Este Centro está sendo construído e será inaugurado na cidade de Sobral com todas as mídias para ensino à distância - TV, rádio, videoconferência e Internet. As universidades vão participar desse projeto através de um cinturão digital que o Governador Cid está construindo e que integrará todos os municípios por banda larga, permitindo ao professor dar aula a distância para, por exemplo, 20 municípios ao mesmo tempo, com 50 alunos em cada sala de aula, atendendo 1000 pessoas. Será interativo porque os alunos poderão fazer perguntas.

Estamos iniciando também outro projeto de telemedicina – o Telesaúde – que transmitirá sinais biológicos, eletrocardiogramas e imagens a distância para diminuir a circulação de ambulâncias do interior para capital.

Assistência médica à distância, o que hoje estão fazendo no mundo moderno. E a ideia é que as "Infovias" integrem todo o país. É um projeto ambicioso.

Conclusão

As premissas para inclusão social: primeiro, pensar em uma economia que leve em conta as pessoas. É fundamental, e também linha básica do nosso Partido, sair da lógica do desenvolvimento com base no mercado para a do Estado no seu papel regulador do processo de desenvolvimento. Se não fosse o Bolsa Família teríamos uma explosão de pobres no país. Foi o que segurou essas tensões sociais. Temos que mostrar as portas de saída, que são a educação e o trabalho. Massificar as ações de extensão tecnológica via universidades e instituições de tecnologia; implantar linhas de crédito e de assistência tecnológica às micro e pequenas empresas. Nascem 720.000 e morrem 670.000 micro e pequenas empresas ao ano porque não conseguimos inovar, ficando, sesse modo restrito o mercado para elas.



Danilo Cabral

Ex-Sec. de Educação do Pernambuco e
Deputado Federal – PE

O Estado de Pernambuco, a partir da liderança do Governador Eduardo Campos, tem retomado seu crescimento econômico. Por isso, temos procurado fazer um esforço enorme para também acelerar a recuperação da educação. Quando falamos em esforço, em prioridade, claro, envolve o orçamento para investimento, e o Governo tem aportado um montante significativo de recursos para recompormos o ambiente da educação.

Antecedentes.

Vamos trazer alguns dados da educação um pouco até para podermos ter uma noção desse esforço. Vamos tratar da educação básica, mas claro que também o Governo tem ações nos outros ambientes da educação, na educação superior, como, por exemplo, a Universidade de Pernambuco, que era uma das poucas universidades no Brasil que ainda cobrava; nosso Governador a tornou gratuita e a fez chegar ao interior do Estado também.

Para dar uma noção do tamanho da nossa educação são 2,5 milhões de matrículas, distribuídas perto dos 2 milhões entre a rede estadual e municipal, e a federal, em 10.500 escolas - cerca de 8200 na rede pública, e o restante da rede privada.

No início da nossa gestão, em 2007, pudemos ver as notícias de jornais locais apontando as interdições de escolas. Nos quatro primeiros meses do Governador Eduardo Campos, seis escolas desabaram. O Estado tinha o pior indicador de ensino, no Brasil, de quinta a oitava série. E tem outras notícias como *"Escolas sem professores e sem teto"*, matéria do jornal O Globo da época, mostrando a dificuldade do início da gestão.

Os dados do CAGED, referentes aos últimos 12 meses, foram de 100.000 empregos formais em Pernambuco. Na região metropolitana do Recife, quando assumimos em 2007, haviam 14% de desempregados; hoje, temos 7%. Ainda tem muita gente, mas os resultados mostram o dinamismo em que está nossa economia, sobretudo a partir do que está sendo investido no porto de Suape, que é a grande alavanca de desenvolvimento no nosso Estado.

Esse efeito chega também a todo interior do Estado, por meio de ações estruturadoras, feitas em parceria inclusive com o presidente Lula, com a Transnordestina, a transposição do São Francisco, que gera muito emprego. Por isso é que precisamos também garantir a formação para que os empregos sejam ocupados pelos pernambucanos.

Esse é o mapa da estratégia. O Geraldo, nosso Secretário de Planejamento, falou disso ontem. Esse mapa orienta toda ação no Estado de Pernambuco, norteado por esse conjunto de princípios que foram planejados com a parceria do Movimento Brasil Competitivo. Não houve nenhum tipo de preconceito, elas já eram utilizadas na iniciativa privada e as trouxemos para o ambiente público - do governo. No início eram direcionadas para área de saúde, educação, defesa social e segurança pública, mas o Governador as fez chegar a todas as Secretarias do Estado. Hoje, todas têm esse mapa com os desafios, o que tem contribuído para melhor a educação, sua qualidade, a valorização da cultura. Temos uma tradição cultural muito forte e, por trás de cada um desses 10 objetivos estratégicos, temos a relação com a busca do desenvolvimento social equilibrado, trabalhando com a transparência e gestão do controle social, com foco nos estratos mais vulneráveis da população, e na interiorização do desenvolvimento.

Da mesma forma que em outros Estados da Federação, existe uma concentração muito grande do desenvolvimento, tanto econômico como na concentração de pessoas, nas regiões metropolitanas. Essa situação conduz a um desenvolvimento desequilibrado, razão pela qual é compromisso do Governador Eduardo Campos fazer chegar até o interior do Estado essas mesmas oportunidades, tanto do ponto de vista do desenvolvimento econômico, como das ações de inclusão social. Por trás de cada item tem o conjunto dos objetivos estratégicos que era, e são, monitorados diretamente pelo Governador. Não existe lá em Pernambuco a figura de despacho individual do Secretário; as ações estratégicas são monitoradas mensalmente pelo Governador Eduardo Campos, que se reúne com o conjunto de seus Secretários. Nesse caso, para a ampliação do acesso à educação, sentamos nós, a área responsável pela área da cultura e todos os secretários das áreas meio.

Metodologia.

Esse é um cronograma de como foi implantada a metodologia, no caso da educação. O ponto 1 foi em 2007 , e o mês 1 corresponde mais ou menos a abril, ou seja em 7 meses construímos o diagnóstico do sistema educacional, com o apoio do Movimento Brasil Competitivo, financiado pelo próprio Movimento, em parceria com Jorge Gerdau, financiando todo esse trabalho, colocando um conjunto de consultores no Estado, nos

auxiliando, fazendo todo aquele diagnóstico do sistema educacional, com o alinhamento estratégico do sistema, com toda discussão conceitual envolvida. Claro que se tomou por base o acúmulo que tínhamos do debate com a sociedade, o que foi discutido durante o período eleitoral, dos Seminários realizados sobre o planejamento estratégico nas 12 regiões administrativas do Estado - em que se coletaram todas as informações acerca das demandas da sociedade, desdobradas em fatores educacionais, objetivos.

No caso de Pernambuco, todos eles batiam com a questão da melhoria proposta pelo IDEB porque afere, na verdade, a qualidade da educação básica no Brasil. A partir disso foram elaborados o plano de ação e uma sistemática de controle, desde a Secretaria da Educação, na unidade central, às regionais da educação, até o ambiente da escola, em que cada escola tinha sua meta a ser cumprida. Há um plano de ação para buscar essa meta, e uma sistemática de controle e de acompanhamento.

Esse é o modelo da metodologia implantada em Pernambuco. Conceitualmente, tornar-se referência em educação de qualidade. Pode-se dizer que existe um movimento positivo, mas temos muitos desafios como foi colocado aqui. Existem muitos avanços e, repito, depois de anos o Brasil despertou para a importância da educação, finalmente parece que despertamos. Com alguns anos, talvez séculos de atraso, porque outras nações, há 100 anos, já faziam o que estamos fazendo. Somente agora despertamos para esse tema.

Em Pernambuco, o governo tem uma política de Estado construída pela sociedade, com a legitimidade dela, indo além das questões de governo. Há também preocupações com o resultado, um indicador que afere a qualidade do ensino, como o IDEB. Temos que buscar a melhoria dessa qualidade sim, visando garantir o acesso, a permanência, formação plena do aluno, nos princípios da cidadania, e os valores socialistas da equidade, solidariedade, compromisso, transparência, ética, justiça social, inovação, enfim, como o que construímos quando chegamos à educação do Estado de Pernambuco. Temos uma visão de futuro, a missão e valores que queremos trabalhar e, claro, tudo isso passou pelo processo de socialização dentro da própria rede, processo construído dentro do debate democrático, porque tem que ser incorporado e se não for incorporado pelo conjunto da casa, sobretudo pelos que fazem a educação, passa a ser só letra morta, não tem vida.

Fizemos uma lista de 10 itens. Por exemplo, o ordenamento e monitoramento da rede trata, sobretudo da parte da estrutura física das escolas, com metas e objetivos. Temos os números consolidados, mas quando falamos em expansão, reforma, construção, foram investidos R$ 500 milhões, com metas objetivas. No ano de 2008, seriam recuperadas tantas escolas, com um cronograma mensal. Saímos desdobrando todo o ano com acompanhamento do Governador, escola por escola. Quando ocorria algum problema, como, por exemplo, o atraso na construção de uma escola por causa da falência da empresa responsável, a Procuradoria era acionada para resolver. Tudo era tratado nesse ambiente, mês a mês.

Incorporamos essa novidade: a criação do fundo de manutenção. Temos 1000

escolas, distribuídas em 17 regiões. Percebemos que as escolas desabavam pela ausência da manutenção, porque a burocracia do Estado é muito pesada, não respondendo, em tempo adequado, àquele pequeno problema que acaba transformando-se lá na frente em um grande problema.

Temos esse fundo de manutenção com licitação para cada uma das 17 regionais de educação - uma empresa contratada para fazer somente os pequenos serviços previamente listados: imunização de madeira, elétrica, hidráulica, sanitária, capinação e pintura ,e havendo necessidade, a escola faz o ofício que vai direto para a Engenharia autorizar. A empresa contratada tem 48 horas para executar o serviço, evitando que ele cresça e mais caro para o próprio Estado. Nos quatro anos foram investidos 126 milhões, cerca de 30-40 milhões/ano, para essa manutenção de 1100 escolas.

Essas também são ações importantes para o que chamamos de suporte à aprendizagem, que não existiam na rede estadual de ensino, algumas feitas inicialmente com recursos do próprio Estado e outras em parceria, claro, com o próprio governo federal. Algumas, como disse, executamos antes do MEC chegar, como, por exemplo, o fardamento e a distribuição de material didático para todos os alunos da rede estadual. Parece simples, mas permitam-me, para quem é nordestino, quando são apontados dados como, por exemplo, o analfabetismo funcional de 17%, contra 7% da média brasileira, mostra o quanto a educação no nordeste é precária.

O Governador, no primeiro ano, decidiu distribuir todo fardamento escolar e todo material didático para os alunos, com recursos próprios, do tesouro estadual. Foram implantados laboratórios de informática e adotado o livro didático - que não chegava para todos.

Merenda escolar: recursos da ordem de R$ 120 milhões destinados para empresas que não guardavam correlação com a indução do desenvolvimento econômico local. O Governador Eduardo Campos, mesmo com as imitações da Lei 8666, de licitações, encontrou um mecanismo para regionalizar a merenda. O governo anterior passara tudo para as empresas que vinham de fora, o que era perigoso para aqueles que usam da má-fé do Estado.

Pernambuco recompôs a regionalização do cardápio da merenda. No sertão, hoje, os companheiros jovens estão comendo carne de bode, uma tradição. Nós incorporamos os setores produtivos na merenda: o pão da merenda escolar é fornecido por 450 padarias do Estado, distribuídas nos 184 municípios por meio de uma parceria com a cooperativa dos panificadores, destinando assim esses recursos para a economia local e, pela capilaridade, terça e quinta chega o pão até as 9h da manhã na merenda.

Também fizemos isso com o setor da avicultura de Pernambuco, que é forte também, fornecendo frango e ovo; o leite também chega dessa forma. Enfim, na medida do possível,

no que foi possível induzir o desenvolvimento econômico, guardando a regionalização do cardápio e o hábito alimentar dos alunos, fizemos com a economia local.

Para o ensino médio, em Pernambuco, a merenda não existia; era a escola praticando essa injustiça. A turma do fundamental tinha a merenda e do médio não. Nos casos em que os alunos eram irmãos, um recebia merenda e o outro não. Quebramos isso, até porque faz parte da nossa política quando fazemos para todos: farda para todos, material didático, merenda, a recuperação da escola.

A implantação de alguns programas, como o sistema de avaliação Brasil, também já avançou muito. Atualmente, 13 estados da federação têm sistemas próprios de avaliação, que é uma forma de acompanhar anualmente se as políticas executadas estão surtindo efeito na ponta. Então, implantamos o SAEP na nossa rede e na rede municipal, com a mesma metodologia do IDEB, para que os municípios possam avaliar se suas políticas estão surtindo efeito adequado.

Programas de correção de fluxo são desenvolvidos, para o caso de municípios, na faixa do ensino fundamental, em parceria com o Instituto Ayrton Senna. O Instituto tem *expertise* nesse ambiente de correção de fluxo, de alfabetização na idade adequada.

Implantamos programas de formação dos professores, do Estado e dos municípios também - programa Paulo Freire, como um braço do Brasil Alfabetizado, em referência a esse ilustre pernambucano.

Pernambuco resolveu induzir os municípios a investirem na educação, pelo mecanismo de distribuição do ICMS, dando mais recursos para os municípios que atingem a melhoria dos seus indicadores educacionais, ou seja, quem melhora recebe mais de ICMS do Estado - critério colocado do ponto de vista legal com a Lei desde 2007, do Governador Eduardo Campos.

Desenvolvemos, em Pernambuco, em parceria com o Polo Digital - o Porto Digital - uma organização reconhecida, as Olimpíadas dos jogos digitais de educação. É um grande game, desses que têm em *Lan Houses*. Ao invés de matar para ganhar pontos, ganha pontos quem incorpora mais conhecimentos. É um game educativo que conta com a participação dos professores.

Implantamos também o programa Professor Conectado, uma ação do governo para incluir digitalmente também os profissionais da educação. Já tínhamos os laboratórios de informática, a Olimpíada, mas era importante também buscar a inclusão digital dos profissionais da educação. O governo distribuiu cerca de 26.000 notebooks para os professores da rede estadual de ensino, com a incorporação de softwares pedagógicos, enciclopédias, dicionários e conteúdos de aula. Paralelamente, as escolas foram dotadas de infraestrutura para que esses recursos fossem usados no ambiente escolar.

No início de 2007, fizemos uma auditoria em toda a carga horária da rede estadual do ensino e constatamos que naquele modelo tínhamos desperdício de cerca de 150.000 horas aulas/semana na rede estadual, muitas vezes decorrentes de situações que conhecemos. Muitas vezes ocorre que o professor tem dois vínculos, muitas vezes são vínculos incompatíveis, mas não é incomum que o gestor da escola dê um jeitinho e, por esse levantamento, havia um desperdício de aproximadamente R$ 40 milhões/ano na rede estadual de ensino. Simplesmente com um ato de gestão conseguimos arrumar melhor esse ambiente antes de decidir contratar.

Do ponto de vista da valorização, implantamos o piso - que precisa avançar, a verdade é essa, a remuneração salarial ainda é baixa, ou seja, R$1.024,00.

Precisamos encontrar alternativas de financiamento para investir mais na educação. O Brasil avançou, hoje temos 4,5% do PIB, mas ainda está muito aquém de outros países que já estão com uma situação da educação muito melhor do que a nossa e que investem 6, 7% - como os países europeus e os próprios países aqui da América Latina, Chile, por exemplo. Temos que encontrar novas formas de investir na educação pública do Brasil, precisamos avançar e melhorar a qualidade do gasto. Avançamos do ponto de vista do financiamento, não podemos negar, com a melhoria do investimento, mas precisamos melhorar a qualidade do gasto, não é só investir 25% na educação. E o que esses 25% de investimentos significam na ponta, o que melhorou? Agora temos que fazer a migração do debate do financiamento para a qualidade do gasto também e, claro, melhorar o financiamento.

Mas a implantação do piso foi um avanço em Pernambuco, porque tínhamos professores que ganhavam salário mínimo. A política de recursos humanos também tem outros ingredientes que levam também à valorização dos profissionais: vagas em cursos de especialização, 10% em cursos de mestrado, especialização; a plataforma Paulo Freire, em parceria com o governo federal; todo professor passou a receber, por uma assinatura, um jornal diário, uma revista técnica; participação em eventos como a bienal do livro - os professores recebiam um bônus para poder comprar seu material, atualizando seu acervo.

Conteúdo também é fundamental, porque quando chegamos na rede tínhamos das 1100 escolas e 282 matrizes diferentes. Uniformizarmos o conteúdo, com uma base comum, e podíamos dizer que só existiam quatro disciplinas que eram "vivas": educação e trabalho, educação e cidadania, educação e meio ambiente, educação e história da cultura e cultura de Pernambuco. Teriam que se enquadrar dentro dessas quatro, e isso foi importante, não só do ponto de vista pedagógico, mas também da gestão, porque a cada disciplina corresponde um professor. Agora temos um roteiro a ser seguido, que passa a ser monitorado com um sistema criado para ver o que o professor está dando, escola por escola, o que cada escola tem que dar em cada unidade.

Monitoramento da média dos alunos por bimestre - voltou o conceito de nota. Voltando a ser nota, implantação de boletim pedagógico: a escola tem o boletim pedagógico

a partir do resultado do sistema de avaliação, do SAEP, que diz quais dificuldades os meninos têm em aprender nos últimos anos de cada ciclo. Agora a escola não pode dizer que não sabe o que está ocorrendo porque recebem o diagnóstico. Esse documento orienta as unidades do ponto de vista pedagógico, apontando onde há precariedade no ensino e, a partir disso, é feito todo um processo de formação, capacitação, enfim, tem todo esse desdobramento.

Gostaria de dar uma atenção especial à restruturação do ensino médio. Ele é privativo do Estado, como disse, onde tínhamos os piores indicadores, e o Brasil debate o ensino médio, tanto que vemos agora o redirecionamento na busca da identidade do ensino médio, pois era colocado como única alternativa para os jovens do ensino médio rumo à Universidade, como se não existissem as outras janelas da formação. Fizemos clara opção por uma política de educação integral para ensino médio. Optamos por tratar dos problemas imediatos, como a distorção idade-série e a opção de travessia para concluir o ensino médio. O regular, estruturando as escolas regulares, porque você não consegue implantar (a escola de tempo integral) de uma hora para outra, para todo mundo. Há uma conta envolvida, mais cara do que o ensino regular, porque a escola integral tem estrutura diferenciada, professores remunerados diferenciadamente, 3 refeições por dia, equipamentos, e não dá para fazer tudo de uma hora, mas fizemos a opção de tornar universal a sua política, e a incluímos no nosso planejamento estratégico, voltando para nosso conceito na missão, como uma política de Estado, que vai além do nosso governo. Fizemos o planejamento que iria além desta gestão. Vamos atender 154.000 jovens do ensino médio do Estado, representando 50% dos alunos do ensino médio, algo em torno de 300.000, e aí já está colocada a meta, pelo Governador, como programa de governo. Mais 147 escolas até 2014, a universalização para o ensino médio: nós queremos ser o primeiro Estado do Brasil a implantar a política integral para todos jovens em uma faixa, começando pelo ensino médio. O ensino fundamental também tem de direito querer o ensino integral, mas nós fizemos, dentro das possibilidades fiscais, a opção para fazer no médio, ampliando a rede de educação técnica do Estado de Pernambuco. O ensino técnico estava vinculado à área de ciências e tecnologia e, já no final de 2008, migrou para a educação. Fomos responsáveis pela construção de mais 24 escolas técnicas, sendo 18 estaduais e 6 federais, em parceria com o Governo Federal. O critério para instalação das novas unidades, a partir de agora, é priorizar a instalação onde não tem. A lista mostra que alguns municípios têm mais de 1. Em Recife, por exemplo, temos 32 escolas dessas de tempo integral, e os primeiros resultados que temos do SAEP, da turma que já chegou agora no 3º ano do ensino médio já apontam claramente a melhoria dos indicadores. E não é educação técnica, escola técnica, mas é iniciação ao mundo do trabalho, é isso que está sendo feito, com pequenos cursos de qualificação para informática, comércio e, dependendo da região, contabilidade, enfim, cursos que ajudam o jovem a sair da escola com preparo para ingressar no mercado de trabalho. Esse desafio também é do ensino médio. Por isso, Pernambuco também fez a opção de investir no ensino médio, porque temos uma demanda imediata para dar sustentação a esse desenvolvimento que vivemos - como disse, Pernambuco é o Estado que mais cresce no nordeste, na Federação, gerando muitos empregos, reduzindo, só na região metropolitana, de 14% para 7% o desemprego. Portanto, precisamos de gente, e

por isso fizemos essa opção clara, sem descuidar das outras coisas, para fortalecer o ensino médio.

A política de responsabilização educacional - um conceito novo em um Brasil novo.

Alguns outros países já tratavam desse tema, como nos Estados Unidos, por exemplo, tema presente desde a década de 80. O Brasil ainda tem poucas experiências, que estão sendo objeto de testes em sua eficácia. Pois nós apostamos em implantá-la na rede educacional de Pernambuco. Ao chegar no governo, quando se falava do problema a postura era sempre a mesma: "é o sistema". Então ninguém se sente parte do sistema? É o debate que fica. Todo mundo era responsável, mas ninguém era culpado pela situação, ou seja, sempre transferia-se a responsabilidade e, nesse sentido, vem o conceito de responsabilização educacional. Vamos ver quem é responsável, pelo que, dentro do sistema educacional. Estabelecemos então o planejamento estratégico, metas, indicadores de resultados, incentivos para quem atinge a meta, e apoio para quem não consegue atingir e que é a síntese da responsabilização educacional, que trabalha a valorização do professor de acordo com o desempenho da educação.

O governador teve a opção de fazer a seleção para os 17gestores regionais, que foram escolhidos do ambiente da educação, com roteiro, prova, apresentação de plano de trabalho, avaliação, conhecimento da política do governo. Não era imposição, o povo tinha decidido durante o processo eleitoral que nossa política da educação seria daquela forma, e quem tivesse concordância com aquilo poderia apresentar seu projeto de trabalho, que era julgado e avaliado por essa banca formada pelas três universidades públicas do Estado. Agora estamos partindo para a segunda etapa, que não foi implantada na época porque também respeitamos o que tinha sido conduzido pela gestão anterior, no debate sobre a escolha de gestor de escolas - outro debate que também precisa ser enfrentado.

Nós precisamos da democracia. Agora, a democracia para nós é, sobretudo, a formação da cidadania dos jovens que estão lá na escola. É importante a eleição do gestor - legitima, eleição que não pode ser confundida com apropriação da escola. Uma vez eleito, o gestor não pode achar que é o dono da escola e assim fazer tudo o que quer. Ele não pode. Existe uma política que diz a ele como essa escola deve ser conduzida. Esse debate precisa ser enfrentado também. Nós vamos procurar fazer, e o prazo terminou agora. Fizemos questão de prorrogar para que não se confundisse com o debate eleitoral. Temos um Decreto que regulamenta o processo e vamos manter e aprimorar a gestão democrática. O sujeito, para ser diretor de escola, vai ter que participar primeiramente de uma certificação, porque uma escola se assemelha a uma empresa. Além disso, ele tomará conta de dinheiro público, da merenda, transporte escolar; tem que prestar informações da frequência de alunos, dos professores, avaliação pedagógica, tudo isso faz parte do papel do gestor da escola, e você precisa ter certeza de que está escolhendo pessoas que podem cumprir essa tarefa.

Pernambuco decidiu que fará um curso, também em parceria com a Universidade

Federal para quem quiser disputar a eleição. Antes de candidatar-se terá que participar desse curso e ser certificado, com condições de ocupar a função de gestor da escola. A partir daí disputa, ganha a eleição e, aos que forem eleitos, o Estado pagará uma especialização nesse tema. Os 25% melhores colocados farão mestrado em gestão escolar, é uma sequência, e 75% fará especialização no tema. Essa estratégia visa garantir que essas pessoas tenham condições de tomar conta do ambiente da escola, que é onde acontece o processo de revolução. Claro que a Secretaria, a Unidade central, as Gerências regionais, têm que dar todo apoio, mas a coisa acontece lá na escola. E precisamos tomar conta desse processo de forma mais eficiente. Essa foi a sequência, a seleção de gestor regional, gestor de escola, SAEP, IDEB.

Aqui temos para mostrar a noção dos avaliados, 2008-2010, envolvendo todos os alunos. IDEP que é o indicador que criamos, que se assemelha ao IDEB, tem a mesma metodologia para que possamos obter, ano a ano, a avaliação da qualidade da educação, do ensino. E o resultado, está bom? Não, não está bom. Como disse, não tem ninguém bem. O Brasil não o tem direito de dizer que está bem na educação. Agora, estamos avançando, e existe de forma muito clara o sentimento de reação positiva na educação do Estado de Pernambuco. Viemos do último lugar, o 27°, e hoje estamos no 22°. Ainda está longe, porém em dois, três anos aumentamos 5 posições. A política está surtindo efeito e temos que perseverar; é uma política de Estado e temos que dar continuidade a esse trabalho. A educação tem um tempo de maturação e as coisas não dão resultados de forma imediata.

O ensino médio também está mostrando avanços. E o IDEP, observem, que tem exatamente o mesmo resultado, somente se diferenciou nos anos iniciais, usando os sinais 0,1. Essa avaliação é feita pela Universidade Federal de Juiz de Fora, que também trabalha no Ceará, São Paulo e Minas Gerais.

O bônus foi outra inovação. É o esforço que cada escola tem que fazer para melhorar seu IDEB para no fim dar aquela melhoria total Então, o planejamento diz isso e, claro, esse esforço não é igual para todo mundo. Temos escolas que têm condições desfavoráveis e, portanto, existe uma graduação em função da estrutura de cada uma. A partir disso as metas são estabelecidas. Há um valor, um montante, por exemplo, 41 milhões/ano destinados ao pagamento de bônus. Para estabelecer este teto, considera-se que todas as escolas e todos profissionais atingirão suas metas, o que dá 41 milhões, 100%. É um fundo; o dinheiro que sobra é redistribuído com quem ganhou, em uma forma de você rodar, tanto que na última avaliação ganharam 2, 3 salários. Houve melhoria de 2008 para 2009. Tivemos um embate com a área sindical, com representantes dos trabalhadores, o sindicato dos trabalhadores da educação, sobre esse mecanismo - quando vamos fazer omelete temos que quebrar os ovos; muitas vezes, temos que fazer o enfrentamento, nós optamos por isso.

Precisamos melhorar a remuneração, ninguém está dizendo que o salário está maravilha, mas também precisamos incorporar nessa remuneração a meritocracia; é isso que o Governo está colocando, ninguém pode tratar desiguais de forma igual, não faz parte

do que pensamos no socialismo. Há os que trabalham e os que não trabalham - trato todo mundo igualmente? Isso para mim não é equidade, socialismo. Esse é o conceito também que está colocado dentro do Estado de Pernambuco na educação.

Para terminar, claro que temos que dar o apoio para quem não conseguiu. A Lei que criou esse programa determina que seja dado o reforço escolar nas escolas e tão logo sai o resultado e se transforma em um boletim pedagógico, como dizemos, a escola têm seu diagnóstico do que conseguiu ou não avançar, e ali apontando as dificuldades, e a partir dali terá reforços nos conteúdos que não conseguiu atingir as metas. É uma provisão legal também colocada. Não poderia deixar de terminar com uma frase do nosso presidente, o Governador Eduardo Campos, em 2007 "Temos que deixar de ter preconceitos, modernizar a gestão, e medir resultados não pode ser bandeira que a esquerda largue na mão dos outros."

Conclusão.

Está aí o resultado, o resultado que o povo deu ao Governador nas urnas, o reconhecimento do esforço que fizemos em Pernambuco; a mais larga a vitória da história de Pernambuco, com 82% dos votos no Estado para o Governador Eduardo Campos.

Pela primeira vez na história um candidato ganhou em todas as cidades do Estado, em mais de 50% das cidades teve mais de 90% dos votos. Esse reconhecimento deu a Eduardo a maior vitória do Brasil. É fruto da tomada de determinadas medidas e iniciativas. O povo, que é o beneficiário da ação, reconheceu e deu ao Governo essa bonita vitória. Enfim, aquilo que apresentei mostra que Pernambuco teve vários avanços e também que estamos aprendendo.





João Lyra Neto

Vice-governador e Ex-secretário
da saúde de Pernambuco

Introdução

O primeiro semestre de governo, após a eleição do governador Eduardo Campos, foi o período de consolidação do que tinha sido apresentado na campanha e que tinha sido aprovado pela população. Por Lei, somos 12 regiões de desenvolvimento, a metropolitana com 42% da população e mais 11 chamadas de *RDs*. Duas matas, a sul e a norte, onde predomina a produção de açúcar, três zonas de agreste e seis zonas do sertão, incluindo o São Francisco, em Petrolina. O governador adotou esse modelo como poder de gestão. Tenho que trazer esse histórico porque senão vocês não entendem como cheguei à Secretaria de Saúde – não sou da área de saúde, sou advogado e fui o primeiro Secretário não médico do Estado de Pernambuco em toda sua existência.

Nós visitamos, no primeiro semestre, a partir de maio, as doze micro regiões do Estado, apresentando o projeto que defendemos na campanha, com a covalidação da sociedade. Verdadeiramente foi a primeira vez que um Governador foi apresentar e convalidar aquilo que tinha sido apresentado nas eleições. De maio até julho, recebemos 6.000 sugestões e indicações dessas comunidades – sugestões em sintonia com o nosso governo, porque o plano de governo já tinha sido um aprendizado da Agenda 40, construída quando visitamos o Estado, um ano antes da eleição.

A lógica é a da participação popular efetiva, e não aqueles Conselhos, que, às vezes, têm outros interesses, outras vinculações. Nossa relação foi direta. Julho era o prazo para apresentarmos à Assembleia o PPA; nós apresentamos o plano de governo convalidado

pelo plano "Todos por Pernambuco", e o PPA, que vale para 4 anos, virando Lei - foi um aprendizado, a coleta de informações e a consolidação do planejamento junto à população. Antes mesmo da posse, o governador Eduardo Campos fez contato com o Movimento Brasil Competitivo, que tem o presidente Jorge Gerdau como seu líder maior. Trata-se de um conglomerado de várias e grandes empresas nacionais, que financiam novos modelos de gestão, e nós contratamos esse empreendimento para nos ajudar a fazer o novo modelo de gestão, dentro do programa de governo que apresentamos e que acabou sendo publicado. Não foi somente um plano de governo que se expôs na televisão; ficou impresso, e esse é um compromisso do qual o governador não se afasta, cumpre rigorosamente, porque ele tem a visão de que temos que cumprir aquilo que foi aprovado pela população.

E fizemos então o contrato de 1 ano com o INBG, o Movimento Brasil Competitivo, que fez o primeiro financiamento de R$ 14 milhões. Começamos a trabalhar. Quando apresentamos o PPA havia a visão de que eram necessárias profundas mudanças de gestão para alcançar a qualidade dos serviços que a população exigia, e com o que o Eduardo se comprometera. Em agosto, na primeira reunião do Secretariado depois do PPA, fora da capital, ele me entregou a missão de coordenar 3 áreas: educação, saúde e segurança pública. Na segurança pública eram muitas as dificuldades. A corporação não nos deixava avançar. Fizemos então várias viagens, observando e analisando onde tínhamos núcleos de êxito em segurança pública. Na educação e na saúde visitamos pelo menos oito Estados: a Bahia, que tem o governador do PT, algumas vezes o Espírito Santo, o Rio de Janeiro, com um caos na saúde pública, São Paulo, e Paraná com o Secretário de saúde Luiz Dulce, também do PSB. Fomos depois visitar o interior do Paraná. A saúde com dificuldades enquanto as outras áreas avançavam.

Em maio assumi. A primeira coisa foi mostrar, em números, e então convoquei para ver o que tinha de bom a saúde no Estado. A Secretaria precisava de uma reestruturação, e a fizemos. Havia 40 anos que não era construído um hospital em Pernambuco. Em uma área metropolitana, com 40% da população e com a mesma rede hospitalar de 40 anos, praticamente toda herdada dos antigos Institutos, como o INAMPS.

O modelo de gestão

Sabendo que teríamos dificuldades na reestruturação, coloquei, em posto técnico, três pessoas da própria Secretaria, e três de fora, na administração, coordenação geral e gestão de pessoal - três mulheres e três homens. A primeira coisa que fizemos foi um diagnóstico profundo que nos surpreendeu imensamente. Pelos estudos do SUS, as estatísticas indicavam que, nos 15 anos do SUS, eram feitas 2,2 consultas/habitante/ano. O SUS é um Sistema fantástico. Ninguém discute as ideias e sua concepção; tem suas distorções, que aconteceram ao longo dos anos, mas o que importa é o atendimento universalizado.

Verificamos a capacidade de oferecer esses serviços. Havia um vácuo de 5 a 5,5 milhões de consultas e, quando falo de consultas incluo todos procedimentos - da primeira

até a consulta da alta complexidade. Era grave também a estrutura dos hospitais. Um de nossos hospitais, o HR - o hospital da restauração, a maior urgência-emergência do nordeste do país, como os melhores centros de neocirurgia do Brasil, um hospital que custa em média R$ 100 milhões - não tinha nenhuma estrutura administrativa. Existia somente para o Diretor, que ganhava gratificação de trezentos reais. Não havia organicidade. Enviamos outra Lei para Assembleia, relativa à reestruturação dos hospitais, criando um Diretor geral e quatro gerências - a médica, de suprimentos, administrativa e a de manutenção. É inimaginável um hospital com essa complexidade não ter um responsável técnico em sua estrutura, nas áreas de engenharia, eletrônica e eletricidade. Todos esses serviços eram terceirizados sem nenhuma programação e planejamento.

Criamos trezentos cargos comissionados com as três Leis que enviamos. O que provocou avaliação crítica por parte da oposição. Em defesa da criação desses cargos, fui à Comissão de Justiça e de finanças justificar tal necessidade. E obtivemos 100% de aprovação, sem voto contrário.

Hoje, passados 22 meses, tenho a convicção de que somente com decisão política, e a liderança do Governador, foi possível fazer essa reestruturação. Existem problemas na saúde? Existem. Existem problemas de financiamento? Sem dúvida que existem. Agora, além da decisão política, você tem que ter muita força. E tenho outra convicção: saúde pública tem solução. Não acredito que é ilusório pensar que tem solução, desde que você organize, de um hospital ao sistema todo. Criamos os caminhos da saúde, para que a população aprenda que tem que ir para o PSE, Policlínica municipal, para a UBES. A necessidade é tão grande que, se não houver esses caminhos, as pessoas vão direto para o hospital, lotando as urgências e emergências. Essa é a solução mais cara, pois o hospital de alta complexidade tem que tratar da alta complexidade, e não ser utilizado como se fosse ambulatório.

Lancei a ideia de eliminar todos os ambulatórios de todos os grandes hospitais. Foi uma revolução. Chamei o Sindicato e o Conselho pedindo o apoio para podermos fazer essa profunda reestruturação. Fui claro com eles dizendo que estava vindo para fazer a mudança e a reestruturação, mesmo assim, em agosto, fecharam todas as emergências dos hospitais, 611 médicos pediram demissão, 611 de uma vez só, e a Procuradoria foi à justiça para dar o direito de aviso prévio; não está previsto, mas o Tribunal de Justiça nos deu. Estivemos em Brasília, com o presidente Lula e com o Ministro Jobim. Foram enviados para Pernambuco cento e vinte e oito médicos das forças armadas para nos ajudar - marinha, exército e aeronáutica, que montaram, inclusive, hospitais de campanha porque as emergências estavam fechadas. No HR, os médicos das forças armadas fizeram plantão de três dias seguidos e, felizmente, não aconteceu nenhum caso de repercussão, não morreu ninguém.

Feito o diagnóstico sabíamos o que estava faltando, reestruturamos a Secretaria, e a sede da Secretaria para ter condições de trabalho. Estruturamos os hospitais e fizemos o planejamento estratégico para implantação daquilo que precisava ser feito para dar qualidade ao que fazíamos além de suprir aqueles 5,5 milhões de consultas que faltavam. Começamos a

viabilizar. Veio a questão da organização do sistema: os 70% da atenção básica e ambulatórios, que tem de ser exercido pelas prefeituras, e os 30% de média e alta complexidades, exercidos pelo Estado. Vimos onde tinha o melhor formato para implantar e começamos a viajar novamente. Chegamos ao Paraná: dos 399 municípios, 389 eram consorciados. Visitei dois consórcios no Paraná, pois via que o consórcio intermunicipal era a forma de organizar o sistema da atenção básica. Os municípios não estão preparados para isso, não têm recursos financeiros e humanos suficientes; se não atendem bem, na atenção básica, geram demanda para a média e a alta complexidades.

Visitei Maringá e Londrina para ver o como funcionava o consorciamento, pois já estavam administrando até hospitais. Em seguida, visitei Juiz de Fora, em Minas Gerais. Minas tem 853 municípios dos quais 140 municípios eram consorciados. Visitei o consórcio em Juiz de Fora, que é interessante porque inclui até alguns municípios do Rio de Janeiro, na fronteira. São 34 municípios e, dos que visitei, foi o melhor exemplo de gestão. Possuem uma nova sede para fazer os atendimentos de alta complexidade, com passagem pré marcada, transporte próprio do consórcio - 4 ônibus e 5 micro-ônibus - e também alguns apartamentos de repouso para hospedar quem vem da zona rural durante o atendimento.

Levei essa idéia para Pernambuco, ainda está em implantação, pois ainda não conseguimos sensibilizar os prefeitos. Temos apenas um consórcio em funcionamento, inclusive com um com hospital, e o resultado é muito bom.

Existe o subfinanciamento, sem dúvida existe. A Emenda 29, que vai dar 10 milhões a mais, resolve? Não sei. Não sabemos qual o custo per capta da saúde pública. Não adianta a Constituição dizer que o município tem que gastar 15%; ele gasta 20, 25% sacrificando as finanças e nada. Os Estados gastam 12%, é um compromisso; nós vamos para 15 a 16% nesse ano - 1% em Pernambuco representam R$ 130 milhões. Começamos essa discussão em São Paulo - quanto custa o per capta? Temos de levar em conta que não se pode comparar o per capta de Campinas onde 57% têm plano de saúde, por causa das corporações empresariais, com os municípios do interior de Pernambuco, que tem 0% na cobertura de planos de saúde. E a atenção básica, nos dois municípios, recebe o mesmo valor per capta em repasse.

Então, essa lógica da distribuição, além de ser insuficiente, é equivocada. Acho que essa discussão. Enquanto não identificarmos o custo do per capta por região, e por município, não avançaremos. Se a emenda 29 é boa? É. Dez milhões de reais é uma quantia significativa, mas não sei se resolve. O modelo tem que ser modificado. A atenção básica, que atende 70% da demanda, é a mais numerosa em termos de atendimentos, sem dúvida, mas é, também, a de menor custo. Estabeleceu-se uma coisa errada no sistema: o financiamento do SUS, nos hospitais, está absolutamente defasado. Além disso, a força política fez com que os critérios de produtividade fossem desaparecendo aos poucos. Recebemos do SUS um fixo, independentemente da nossa produção, nos HRs, que é minha referência, que cobre somente 28% dos cem milhões das despesas de custeio.

Em Sergipe, o Marcelo Dantas foi mais radical: extinguiu a Secretaria de Saúde, transferindo tudo para uma Fundação, conseguindo, desse modo, ter maior flexibilidade e condições de enfrentar o corporativismo das diversas categorias.

No nosso modelo de gestão, os nossos dois hospitais novos, e o terceiro que funcionará em breve, são Organizações Sociais (O.S.). Como exemplo, no hospital Miguel Arraes e no D. Hélder Câmara, para citar os que custam R$ 40 milhões/ano, a produção está 27% superior ao contratado. Implantamos, com algumas modificações, um modelo de OSs similar ao de São Paulo, criado pelo governador Mário Covas: no modelo paulista, 90% são fixos, e 10% pelo critério de qualidade; no nosso 60% são fixos, dando oportunidade para quem está operando, 30% de produtividade, incluindo os remédios, e 10% na qualidade. Quando o Dr. Barradas –secretário de saúde do Estado de São Paulo, à época - foi nos visitar disse estar pensando em modificar o contrato de São Paulo, para se ajustar ao nosso, porque ele protege mais o Estado do que o modelo de São Paulo e o do Paraná.

Definimos que começaríamos a construir as UPAs - Unidades de Pronto Atendimento -, que só existem em dois Estados. Nós desenvolvemos um projeto unificado, , um pouco maior do que a última resolução do Ministério da saúde, com capacidade para atender 500 pessoas/dia; planejamos construir 15 UPAs para suprir 80% do déficit de consultas no atendimento básico que está frágil. A UPA é atendimento pré-hospitalar, com a classificação de risco, urgente, pouco urgente, químico, pediatria, ortopedia, e clínica médica. Estamos atendendo, em média, cinco a seis mil pessoas/dia. São cinco em Recife e região metropolitana, e uma no interior, em Caruaru, atendendo cento e sessenta, cento e oitenta mil pessoas. Vamos chegar a duzentas e vinte mil pessoas/mês, suprindo todo aquele déficit de consultas médicas e procedimentos. Existe acompanhamento desses atendimentos via internet, por uma central de informação estratégica da Secretaria, que acompanha todas as unidades diariamente e informa o número de atendimentos realizados por área.

Fizemos um acordo com o Ministério da Saúde: um subfinanciamento que é operado por OSs. Selecionamos de 6 a 8 dentre as principais Organizações, com um acordo operacional - o IMIP, com história no Brasil todo, a Santa Casa, e mais 5 instituições filantrópicas - acordo cujo preço é um só, acompanhando a qualidade e o desempenho. Uma UPA custa R$ 860.000/mês e só recebemos do Ministério da saúde R$ 260.000. A UPA custou, em média, por causa do terreno, de R$ 5-6 milhões, mas só recebemos R$ 2,9 do Ministério da Saúde, e o Ministério não está honrando seu pagamento. As pesquisas de opinião pública, feitas também com os operadores, nos dão um índice de satisfação de 95%. Temos testemunho de alguns Secretários de Saúde, inclusive do Barradas, que, dos hospitais públicos que conheciam, o nosso era o melhor modelo do país.

Fizemos o planejamento, a reestruturação da rede, implantamos novos hospitais, e já estão funcionando onze UPAs das quinze programadas. Temos vinte hospitais regionais. Contratamos a Santa Casa de Misericórdia, ligada à arquidiocese de Recife, que tem dois

hospitais: um que estava praticamente falido, com financiamento e reestruturação - é um dos principais de Pernambuco -, e agregamos um outro hospital, que também estava falido, o hospital do Câncer, o maior dessa área e um dos maiores do nordeste, que está sob intervenção desde o início do governo. Ampliamos o SUS e, hoje, fazemos um atendimento muito bom em oncologia.

A reestruturação orgânica dos hospitais já foi feita, dois já estão funcionando. A saúde ainda é, na opinião pública, o maior problema, como o é no Brasil inteiro. Por outro lado, transformou-se na principal bandeira do governo Eduardo Campos, apesar de todas as dificuldades. Ainda há muito o que fazer, e o nosso planejamento estratégico já está 92% executado - e com o Eduardo reeleito, vamos concluir toda a reestruturação.

O governador e presidente nacional do PSB, Eduardo Campos, tem essa visão sobre a questão do financiamento. Não é o estabelecimento do imposto a, b, ou c, mas sim a discussão, primeiro, sobre o custo, estabelecendo diferenciações regionais, pois o interior do nordeste e o do Paraná, por exemplo, são completamente diferentes. Não pode haver um per capta único - o que leva ao subfinanciamento na rede hospitalar.

O diagnóstico está organizado: planejamento estratégico, estruturação, elevação do plano de ação. Os quatro primeiros já foram realizados, em 22 meses. Não basta ter atendimento satisfatório, qualidade comprovada. Temos alguns indicadores mostrando que Pernambuco está lá, acima.

Pernambuco tinha o maior índice de violência, elevada taxa de homicídio, pior Ideb, e ocupava a 23° posição no ranking da saúde. Hoje, ocupamos o 6° ou 7°. Identificamos um déficit quanto ao número de consultas médias por habitantes, estávamos bem aquém, fazendo a comparação com todos os Estados. Tínhamos um déficit de 774 leitos em relação aos critérios adotados pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde - OMS. Programamos esses leitos, que são de responsabilidade do Estado, inclusive leitos de UTI, e vamos suprir, em quase 92%, esse déficit de 2007.

Depois de atingir grande parte dos objetivos, diminuir os agravos e melhorar a estrutura dividimos as prioridades em 12 objetivos, e nos planejamos para atendê-los. São 16 medidas prioritárias já implantadas, todas sendo acompanhadas e algumas já concluídas. Somente na área da saúde são mais de seiscentas ações acompanhadas simultaneamente por essa metodologia, que estipula data de acompanhamento dos resultados, de reuniões, acompanhamento de ações; são definidas ações para todos os secretário executivos, todos os gerentes e supervisores, com as datas pré definidas anualmente, acompanhadas pelo Governador, pelo Secretário de Saúde, pelo Secretário de Planejamento, com modelo de prestação de contas e acompanhamento únicos.

Essa é a estrutura nova da Secretaria de saúde, aprovada por Lei, que segue a mesma estrutura de secretarias executivas do Ministério da Saúde, o que torna mais fácil

a comunicação - administração, regulação, atenção à saúde, gestão de pessoas, e assim por diante – além da nova estrutura, implantada em todos os hospitais.

A parceria com as OSs é uma alternativa. Em Pernambuco, as UPAS estão sendo administradas por OSs e alguns hospitais, já municipalizados, pela iniciativa dos consórcios intermunicipais. A comparação da eficiência do novo modelo, preservando toda a filosofia do SUS, enfraqueceu a força das corporações que nos enfrentaram inicialmente. Esses novos hospitais estão produzindo 27%, em média, mais do que foi contratado, com um custo 38% menor do que o de um hospital público operado pela administração direta. Estamos trazendo essa mesma metodologia para os hospitais públicos administrarem diretamente. Os profissionais estão vendo que tem uma defasagem. O custo é maior e a produção é menor, e nós começamos a ajustar as duas capacidades de produção.

Fizemos a regionalização, que estava prevista pelo Ministério desde 2000. Somente seis Estados fizeram, e Pernambuco foi o sétimo. O Ceará fez, no nordeste é o segundo. Conheci os modelos do Ceará e da Bahia; aprendi muito com o trabalho do Ceará, pois estão fazendo um belo trabalho.

No processo de regionalização, os técnicos faziam o debate antes da discussão com os prefeitos. Verificamos que houve descentralização via municipalização. A Secretaria de Saúde do Estado, muitas vezes, deixou de ser a gestora, causando um enorme prejuízo à população, que ficava sem atendimento. Assumimos a função de gestor estadual, mesmo que, em algumas ações, não operássemos diretamente, mas com a ciência, de todos os envolvidos, de que a gestão era coordenada pela Secretaria de Saúde.

Conclusão

Esse é o resumo do planejamento que fizemos em junho/2008, as três primeiras fases já estão implantadas, concluídas e estamos apenas terminando o acompanhamento do processo interno da Secretaria. Fizemos também a nova sede da Secretaria: dimensionamos de acordo com os funcionários, que são quase 1.000 na unidade central; fizemos um auditório e uma recepção. Somente na área de informação investimos R$ 8 milhões na unidade central da Secretaria, cujo computador funcionava como máquina de escrever ou memória, mas não era integrado. Esse prédio nós adquirimos. Os outros projetos que estão em discussão, o novo *softwear* de gestão, que está em licitação, uniformizando e integrando a informação com a Secretaria de Saúde.

Quanto à nova Lei de produtividade, fizemos um acordo com os profissionais de saúde durante dois anos, que venceu agora, e outro a partir de 2011. Vamos fazer a produtividade para os hospitais, aliás para todas as áreas. Quanto à remuneração, fomos ver quem estava pagando mais na época, era São Paulo com R$50/hora e hoje estamos pagando R$5.000 ao plantonista, o que equivale a R$ 52/hora. Se for para o mercado de 220 horas pela CLT, equivale a um salário de R$ 11-12.000, porque só trabalha de 20 ou 24h na semana. Chegamos ao patamar do Estado mais rico da federação, São Paulo.

E a reativação da escola pública que estava desativada, a antiga sede, é um patrimônio, inclusive tombado e vamos colocar lá a escola para formação e educação permanente de saúde pública. Sobre isso o Ministério da saúde tem verba suficiente para fazer toda essa questão em educação em saúde. Se tiver uma escola bem equipada, com os cursos ajustados ao Ministério da Saúde, o financiamento é feito pelo governo federal. Acho que é a única área em que eles dão toda a cobertura, e alguns Estados já estão avançando muito nessa área.



Arruda Bastos

Secretário de Saúde do Ceará

Introdução

A experiência do Ceará é um grande avanço na experiência de consórcios públicos na área da saúde. Buscamos, no Brasil todo, modelos de gestão. Optamos em implementar trinta e nove equipamentos novos no governo Cid, num programa iniciado em Janeiro de 2007- já inauguramos vários desses equipamentos em consórcio público, que envolvem Estado e municípios.

Também fomos pioneiros na implantação do programa de agentes comunitários de saúde em 1987. O Ceará foi o primeiro Estado a transformar esses agentes de saúde em funcionários públicos, já na gestão do governo Cid, em 2008; foi pioneiro também na implantação do programa de saúde da família, incorporado pelo Ministério da Saúde em 94. Começamos em uma cidadezinha do Ceará, Quixadá, depois Icapuí, e, posteriormente, para o Brasil todo.

O Ceará tem 8.547.809 habitantes, com 11% de cobertura da saúde suplementar, situação mais difícil que a de Pernambuco, pois 89% da população dependem única e exclusivamente do serviço público de saúde. Temos vinte e duas micro regiões de saúde, três macro regiões e agora estamos trabalhando para criar a 4ª - a macro região de Fortaleza está muito grande. Decidimos construir dois hospitais regionais no Cariri - que serão inaugurados em breve, com a participação do presidente Lula -, também em Juazeiro do Norte e na região de Sobral, que serão inaugurados no começo do próximo ano, e mais um hospital regional, que será exatamente na macrorregião que criaremos, macro do sertão central.

Indicadores

A taxa de mortalidade infantil no Ceará, em 97 era 32; 15, em 2009, com uma queda constante, uma queda importante. Fomos exemplo para o Brasil, para o nordeste, e para o mundo. A taxas de mortalidade neonatal e pós-neonatal estão em queda. Todas as taxas caíram substancialmente depois que instituímos o programa de saúde da família, com cobertura do Estado - a maior do Brasil; se excluirmos Fortaleza, a maior cobertura é a do Ceará, com quase 98% de cobertura do PSF. Quando incluímosFortaleza há queda na taxa de cobertura. A ação do agente comunitário de saúde, e do Programa da Saúde da Família começaram há seis anos; não havia praticamente nada de cobertura do PSF anteriormente.

Tínhamos causas de mortes mal definidas. Hoje, todas as causas são definidas, com a criação de um serviço de verificação de óbito, tratando de uma série de outras ações e, hoje, são esclarecidas – o que, mais ou menos, é o que temos no nordeste, no Brasil, queda de doenças infecciosas e parasitárias, aumento de neoplasias, inclusive pelo aumento da possibilidade do envelhecimento da população.

Quando assumimos o governo, em 2007, tínhamos 28.000 pacientes esperando na fila para realizar cirurgias, de várias especialidades, havia mais de 10 anos. Criamos então um programa, não um projeto, um programa chamado Vida Nova, para realizar a cirurgia eletiva continuamente, colocando recurso do Estado, de média e alta complexidades, específico para reduzir essas cirurgias, começando pela capital, depois na região pólo, depois para o interior. Nesse período, pelo programa, 77.000 cirurgias eletivas foram realizadas, sem contar as realizadas nos hospitais normais. Criamos filas com critérios, especificamos quais as cirurgias eletivas que deveriam constar, pactuamos na CIB (Comissão Intergestores Bipartite), e definimos a utilização com a saída de 77.000 dessa fila. Avançamos muito na redução das filas. Tínhamos fila até para teste de paternidade. Quando assumimos tínhamos 3500 famílias esperando. O governo resolveu assumir isso. Fizemos um investimento, não tão grande, de R$ 2,5 milhões, e compramos os equipamentos, colocando no laboratório central, criando um laboratório de biologia molecular – hoje, não temos mais fila. Recentemente, fizemos um mutirão a pedido do presidente do Tribunal de Justiça do Estado. Colocamos o laboratório no Fórum para que os casais, com dificuldade de entendimentos, e os homens, que não compareciam, pudessem fazer os exames. Só nesse dia, nesse mutirão, foram mais de 900 processos de confirmação de paternidade encerrados. Em seis meses zeramos essa fila.

Outra fila: a de transplantes. O Ceará é o Estado que realiza mais transplantes no Brasil, de vários órgãos. Em 2007, quando assumimos, No ano que antecedeu nossa administração, foram realizados 446 transplantes. Batemos o recorde em 2007, 2008, 2009 e, para esse ano, ainda faltando um mês para terminar, esses dados são de novembro, estamos com 772 transplantes; a meta é chegar em 1000.

Com medidas simples de gestão, colocando mais médicos na central de transplantes, adquirindo um eletroencefalógrafo de última geração, para constatar a morte encefálica,

mobilizamos a primeira e segunda avaliações; melhoramos a estrutura nas emergências; implantamos o transplante de medula óssea, pulmão e pâncreas no Ceará; implantamos outro centro de transplante no hospital geral de Fortaleza - existia somente no hospital universitário - para realizar o transplante de fígado, e o transplante de pulmão no hospital do coração, que é o hospital que mais realiza transplantes de coração proporcionalmente no Brasil. O Ceará é um dos Estados que mais capta órgãos, proporcionalmente, por milhão de habitantes - graças à solidariedade dos nordestinos. Reestruturamos a central de transplantes, as comissões intra-hospitalares, e os centros transplantadores, aumentando a possibilidade de transplante para outros órgãos.

Interiorização é fundamental, e um ponto chave da atuação da Secretaria da Saúde no governo Cid Gomes, a descentralização do atendimento para o interior. Não tínhamos condições de continuar com os grandes hospitais de Fortaleza, os sete, mais os oito que o município de Fortaleza tem, mais os credenciados ao SUS, totalmente estrangulados pela superlotação de pacientes da capital, região metropolitana, e do interior. Decidimos que isso acabaria e, em 2007, definimos esse projeto dos trinta e nove equipamentos. Fui pessoalmente no BID negociar, consegui uma parte do recurso e, como o Estado não tem recursos suficientes, o Governador, em 2007 economizou, enxugou os gastos. Criamos essa rede de assistência especializada da saúde: vinte e uma policlínicas, todas em construção, com treze especialidades médicas - três já inauguradas; cinco para serem inauguradas, e três em construção, com mais de 70% da obra concluída. As dificuldades maiores de acesso são referentes aos equipamentos e especialidades que existem na Policlínica, que tem tomógrafo, parque de imagem diagnóstica completa, endoscopia, oftalmologia, a ação para reduzir câncer de mama, mamógrafo, mastologia e biópsia esteropática, e também urologia.

Foram também implantados dezoito Centros de Especialidades Odontológicas, o CEO regional, com onze cadeiras além da especial para atendimento de pacientes com deficiência, realização de cirurgia, ortodontia, endodontia, periodontia, e as outras especialidades da odontologia - prótese, etc., São 7 desses equipamentos já inaugurados. Também será inaugurado o hospital regional do Cariri, que fica no trevo de Crajubá, entre Craque, Juazeiro e Barbalho. Esse hospital é terciário e fará transplantes, captação de órgãos, ressonância magnética e tomografia computadorizada. Há um outro hospital na região norte, 296 leitos, atendendo 1.300.000 habitantes em quarenta e um municípios. O perfil é para atendimento de urgência-emergência é o de hospital porta aberta, de ensino, e tem como especialidade urgência-emergência, clínica médica, neurologia, clínica cirúrgica, e traumato-ortopedia, com ressonância e tomografia. O montante de investimento é de R$ 112 milhões, recursos do Estado, pois não rebemos o investimento federal.

O hospital de Sobral é três e um porque, além de ser um hospital do Cariri, é materno infantil, todos com UTI, e vai custar uns R$ 150 milhões e é ainda maior do que o Cariri, também regional. Serão 382 leitos, uma área como se fosse um hospital da mulher. Vamos construí-lo em menos de dois anos - o hospital do Cariri -, em um ano e sete meses, e terá,

em menos de dois anos, 40 leitos na UTI, 20 adultos, 10 neonatal, 10 pediátrica e 30 leitos de berçário.

Expansão de urgência-emergência é um grande gargalo. Esses hospitais nascem com perfil de porta aberta para o interior, mas a ampliação do SAMU é fundamental e nós reformulamos todo um projeto que existia no Estado com dezenas e dezenas de Centrais de regulação, mas com dificuldade de profissionais. Como você vai colocar Call Center, que hoje você coloca na Índia, na China, e uma central de regulação nem precisa funcionar no Ceará, pode ser em qualquer lugar. Existia um projeto, no Ceará, que vislumbrava a construção de 21 centrais de regulação por SAMU. Redimensionamos para quatro polos e já inauguramos o primeiro polo - o litoral leste do Estado, com quatorze municípios. Ampliamos para mais quarenta e um municípios, estamos recebendo o restante das ambulâncias e, até meados de janeiro, estaremos levando para região de Sobral, a região central, e o Cariri, que fica em Juazeiro como outro polo. Assim, o Estado do Ceará terá, nos próximos meses, o SAMU em todos os seus 134 municípios. UPAs são 32: 4 em Fortaleza, 4 na região metropolitana, 28 no interior, e 4 que serão inauguradas esse ano.

Poderemos aferir os resultados quando a rede estiver pronta, mas já temos alguns resultados já conquistados. Hoje, quem precisar de consultas e exames especializados não precisará mais correr para Fortaleza.

Estamos construindo em Fortaleza, o governo do Estado tem uma enorme parceria com a prefeitura de Fortaleza. Reformamos e ampliamos sete hospitais da rede estadual, criamos 264 leitos novos entre 2009-10. Fortaleza não tem do que se queixar; o Estado está bancando a saúde de Fortaleza, com uma dívida de mais de R$ 65 milhões. O governo Cid Gomes está reformando o hospital geral, que teve, recentemente, um bloco inaugurado pelo Ministro, um bloco todo novo, do governo Cid Gomes, que aumentou de 300 para 600 leitos. Existe uma unidade de AVC, uma das poucas unidades do Brasil, que funciona nesse hospital, com dezenas de serviços de especialidade e com o maior número de residência médica do nordeste todo - um hospital ensino, um hospital escola, hospital referência. Existem também dois heliportos para receberem os órgãos que, quando captados, vêm para esse hospital.

Temos no Ceará 15.721 leitos do SUS e com esses dois hospitais estamos aumentando em 1.409 leitos. No hospital Waldemar Alcântara são 66 leitos; é o único que tem hoje contrato de gestão com o ISGH - Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar. O hospital de Juazeiro também terá o mesmo modelo de gestão, com custeio de R$ 6 milhões/mês. Com o hospital Waldemar Alcântara fizemos a primeira parceria PPP do Ceará, com a UNIFOR, uma das maiores do norte-nordeste, e que tem agora um curso de medicina que está formando suas primeiras turmas. A universidade construiu dentro do hospital um bloco didático de três andares, belíssimo, tudo de mais moderno em termos de mídia, ensino. Faremos a mesma coisa com a Faculdade Christus e as UPAs de Fortaleza: uma ficará com a UFC - Universidade Federal do Ceará, com curso de medicina, outra a Faculdade Christus e uma outra com a UNIFOR, também em PPP.

Desafios: em relação ao financiamento da saúde nem se fala. Em relação à CPMF: no Ceará, somos totalmente a favor da CSS, e a favor também da nova regulamentação.

Outro desafio: a consolidação do modelo dos consórcios públicos adotado nas vinte e uma policlínicas e nos CEOs; expansão para garantia dos serviços humanizados de saúde. O Governador está satisfeito em relação ao avanço da saúde no governo dele, mas não está satisfeito, e nem eu, com o nível realmente de humanização que nossos usuários do SUS têm. A culpa não é só dos profissionais, é da superlotação, da falta de estrutura, de mais capacitação, etc., e esse é um grande desafio. Como o Ceará terá profissionais para essa rede toda. Fizemos seleção para o hospital regional do Cariri, uma OS: doze mil e quinhentas pessoas concorreram; precisávamos de 305 médicos e tivemos mais de seiscentas inscrições. Neste hospital, começaremos sem a falta de médicos, enfermeiros, assistentes sociais, sem faltar nada. Estamos formando muitos médicos no Ceará: existem, na cidade de Juazeiro, duas faculdades de medicina; temos o curso de medicina da universidade federal do Ceará; Sobral também tem a UFC – Sobral. Estamos formando muitos médicos no Ceará.

Em 2008, tínhamos um concurso público organizado pelo governo anterior, de 2006, para 4.500 profissionais de saúde, dos quais 1.100 eram médicos. Não seria possível chamarmos 1.100 médicos pagando um salário base de R$ 1.600,00 - era o que o Estado pagava. Fizemos, nessa época, um plano de cargos para os médicos, tiramos os médicos do quadro geral da saúde, elevamos o salário base para R$ 3.500 mais as gratificações. Hoje não há nenhum médico, no Estado, trabalhando 20 horas que ganhe menos do que R$ 6.000,00 - existem gratificações por especialidade, por exemplo. No começo, o próprio Sindicato disse que não conseguiríamos, que iriam fazer um trabalho para ninguém se inscrevesse na seleção. Porém, estamos pagando o que o médico do Estado recebe e que é o mesmo pago no Waldemar de Alcântara, não podemos fazer diferença. Ainda não houve problemas. No Waldemar de Alcântara não temos problemas com pessoal.

Ampliamos a oferta de vagas para residência médica. Hoje, o Estado do Ceará paga 100% das bolsas de residência médica; para residência urgência-emergência pagamos o dobro. Criamos residência em urgência-emergência – fomos o 2º Estado a cria-la, só existia no Rio Grande do Sul. Eram 10 vagas para incentivar os médicos a entrarem, pois quem entra sabe que passará a vida dando plantão, ou trabalhando nas ambulâncias do SAMU, ou nas emergências. Dobramos o valor da bolsa.

Universalização do SAMU: é realmente o maior desafio, o que puxa os outros - é exatamente seu financiamento, é terrível.

Com relação aos consórcios, o estado do Ceará investe 100%, pois não queremos que o município coloque R$ 1,00 sequer. Bancamos os equipamentos e a equipe. Criamos por Lei, na Assembléia Legislativa, vinte e um consórcios. São cento e oitenta e quatro consorciados e, quem não estiver no consórcio, não recebe dinheiro da Secretaria da Saúde. Estamos construindo 150 unidades básicas de saúde e o município, que não participa do consórcio,

não recebe recursos do Estado; se tiver cobertura do PSF, menor do que 75%, também não recebe. Por exemplo, Fortaleza não recebe porque não tem cobertura de 75% ou mais; outra condição para receber os repasses é a de realizar nas suas gestantes, em 95% delas, no mínimo, quatro consultas de pré-natal para reduzirmos, principalmente, a mortalidade materna, que é difícil de reduzir, no nordeste, e também para reduzirmos a mortalidade de neonatal, perioneonatal.

Todos os sindicatos, hoje, reconhecem que o que está sendo feito para melhorar o acesso, para melhorar a saúde do Ceará. Não houve, durante esta gestão, uma greve de servidores da saúde. Convocamos todos os profissionais aprovados no concurso de 2006; todas as contratações feitas pelo Estado foram através de seleção. Os Diretores dessas unidades podem comprovar que ninguém mais foi contratado por indicação de prefeito – todos passaram por seleção pública: médicos, dentistas, profissionais da Policlínica e dos CEOs, não existe indicação política. A seleção pública é feita pelo consórcio, que tem seu CNPJ e funciona como autarquia pública; pode receber recursos federais, e tem um prefeito como presidente. O Estado participa com a grande maioria dos votos na Assembléia geral do consórcio, nunca perde a maioria, tem sempre, no mínimo, 40% dos votos. É um modelo que pode ser aplicado pelos Estados. Essa experiência realmente não pode perder-se.

O governo federal é um grande parceiro. O Ministro Temporão tem colaborado muito, e tem vindo muito ao Ceará, assim como o Gilberto, da assistência bucal e ciência farmacêutica. Acredito que o governo federal também avançará, pois faltam recursos federais também no Ministério para atender às necessidades. Temos dificuldade para atender os nossos prefeitos, os prefeitos também têm queixas, também têm dificuldades para receber recursos do Estado, embora haja avanços - só nesse ano são R$ 40 milhões para as Unidades Básicas de Saúde do interior. O município somente receberá recursos do Estado se tiver 85% de cobertura do PSF - no 1º ano foi de 70%; esse ano, 75%; e, no ano que vem, 80%; e sempre avançaremos.

Conclusão

Temos essa experiência de continuar avançando na atenção básica. Precisamos de mais recursos, mas temos feito o que podemos para que a atenção básica avance: Programa da Saúde da Família - PSF, o Agente Comunitário, e, no gargalo, média e alta complexidade, levando especialidades e hospitais para o interior, universalizando o atendimento urgência-emergência, ampliando o número de leitos. Dos 32 bilhões de recursos, existe substancial parcela para a assistência farmacêutica, principalmente para medicamentos excepcionais, de alto custo. Criamos os Comitês de Especialidades, também o Comitê de Oncologia que controla as solicitações de fornecimento de medicamentos oncológicos. Formamos, com os professores da universidade, oncologistas conceituados. Também criamos os Comitês da Dengue, da Aids, e vários outros. E desde João Ananias a gestão no Estado é muito compartilhada, por isso não temos greves, tudo flui melhor quando as pessoas estão envolvidas, tomando conhecimento do que é a realidade.

Painel política para mulheres e para a juventude







Pedro Mendes

Secretário de Juventude e Emprego - PE

Institucionalização

Havia um debate internacional grande, onde se discutia a questão da juventude; o Brasil começou a fazê-lo em 2003; em Pernambuco a discussão se iniciou com mais profundidade quando o Governador Eduardo Campos assumiu compromisso em campanha com a juventude. Este segmento representa em Pernambuco 28% da população, e entende-se pela Lei estadual que juventude em Pernambuco compreende a faixa de 16-29 anos. Há, portanto, quase 30% de jovens em Pernambuco. É um peso relativamente grande dentro da população, razão pela qual se começou a discutir com a juventude a sua situação, sua educação, violência, enfim, as circunstâncias que todos que conhecem e os que leem um pouco sobre política pública de juventude sabem da situação, das questões de maior vulnerabilidade, como o emprego, três vezes maior na juventude, enfim, essas circunstâncias fizeram o governador instituir uma secretaria da juventude em Pernambuco.

Praticar uma política pública agressiva para juventude, requer conhecer a administração pública, senão você fica tentando rodear e pressionar o governador, via movimento juvenil, mas na hora de executar não tem conhecimento para executar políticas públicas.

No início da gestão foi montado um projeto projeto chamado Dialogando, que atendeu às 12 micro regiões do Estado, permitindo conhecer a juventude do Estado de Pernambuco. Foram chamadas todas entidades juvenis, o movimento estudantil, o movimento cultural, a juventude negra, mulher rural, urbana, homossexual, enfim, e todas entidades estavam de

certa forma envolvidas. Após esse trabalho vieram as Conferências Municipais, a Conferência Estadual, que foi a maior do Brasil, do tamanho da nacional, com muita disputa pesada. Nesse processo foram identificadas e construídas as prioridades e se elaborou o documento de Pernambuco para a Conferência Nacional. Esse documento somado ao Dialogando, a diversos seminários realizados com a juventude, todas as juventudes, permitiu instituir a Lei estadual de juventude.

O governador de Pernambuco, o Secretário de Juventude de Pernambuco, a estrutura governamental de Pernambuco não colocou nenhuma letra nessa Lei, ela é completamente oriunda dessas discussões, com a gratuidade da UPE, ampliação das escolas integrais e diversos pleitos históricos da juventude de Pernambuco, sendo um diploma legal com duração de 10 anos, que pode ser reformulada a qualquer momento, uma vez que a juventude indique que é necessário transformá-la.

Após esse processo a Secretaria foi devidamente estruturada, com orçamento, que atualmente é da ordem R$ 50 milhões (tendo partido de R$ 7 milhões), o que é fruto desse amadurecimento, dessa discussão e da ampliação dos debates. Hoje existe, além da Secretaria, o conselho deliberativo paritário da juventude, uma Lei estadual e um instrumento, talvez seja o mais importante para execução das políticas públicas, que é o conselho intersetorial de juventude, que é o governador discutindo com todas as Secretarias e os Secretários, a política da juventude, porque ela não é executada pela Secretaria da Juventude, apenas - ainda que no caso de Pernambuco ela execute a política de empregabilidade, trabalho e renda.A política de educação, contudo, é da Secretaria de Educação, de saúde da Secretaria de Saúde, gratuidade na universidade é a Secretaria de Ciência e Tecnologia, e esse Comitê foi o ambiente que se encontrou para que os Secretários, e todo governo tivessem o entendimento da importância dessa política pública para os jovens.

Municipalização da política de juventude

Apesar de fazer toda essa institucionalização, havia uma preocupação no sentido de municipalizar, pensar como o movimento de jovens estaria presente em Recife e Petrolina.

Buscou-se, então, uma experiência que existia em Pernambuco, em quatro municípios, da bacia do Goitá, em uma entidade chamada Serta, que é um serviço de tecnologia que trabalha com metodologia de formação juvenil. Trata-se de um sistema muito interessante, em que havia quatro casas da juventude, financiadas pela Kellogg. Imaginou-se, então, transformar essas casas da juventude em parceria do governo de Pernambuco, envolvendo os municípios e secretarias municipais de juventude, e hoje há em Pernambuco cincoenta e uma casas de juventude. O nome do projeto é Casas da Juventude e começou a ser instalado nos municípios abaixo de 35.000 habitantes, que é onde observa-se mais impacto, uma vez que em um cidade do porte de Recife o impacto é quase nulo.

Discute-se,então, a municipalização, começando por municípios abaixo de 35.000

habitantes - o que significa em Pernambuco em torno de 140 municípios. Esse projeto é o primeiro, uma parceria, o prefeito entra com a casa e a Secretaria com o equipamentos e a tecnologia. O equipamento é um centro de inclusão digital, com sala de reunião, gabinete do Secretário, ***kit*** multimídia para juventude utilizar fotografia, filmagens, dentro do processo de criação das secretarias municipais da juventude. Recorremos à experiência do Serta, onde visando a formação do Secretário e mais 10 pessoas do município, cinco da sociedade civil e cinco indicados pelo prefeito, para ajudar a juventude a montar a sua secretaria de juventude, seu conselho municipal de juventude, sua lei municipal de juventude seu conselho, e seu comitê intersetorial da juventude.

Em Pernambuco estão sendo inauguradas essas casas, que beneficiaram cincoenta e um municípios, porque não havia orçamento para fazer nos cento e quarenta. O pessoal que tem participado tem usado o ***kit*** multimídia para passar cinema na praça, para fazer concurso de fotografia, enfim, começaram a participar, discutir, estar presentes, chegar para o prefeito para dizer que quando acontecer tal coisa no município é importante escutá-los, nas questões da educação, enfim, começou a funcionar a influência do jovem, da juventude. Esse é o grande segredo de uma secretaria de juventude, porque política para este segmento, na história do mundo foi feita - educação para juventude, saúde para juventude, ciência e tecnologia - nas universidades, só que era para juventude e ela não dava uma opinião sobre isso. A grande diferença é que trazemos a juventude para empoderar e a partir daí ela começar a construir suas políticas públicas.

Projetos e investimentos

Em Pernambuco se está executando o Proteja que é um programa que vem do Pronasci Programa Nacional de Segurança com Cidadania, do Ministério da Justiça, onde se trabalha com jovens no limite da exclusão, de ele vir a cometer o ato infracional. Trabalhamos com 1500 jovens e a Secretaria de Assistência Social, que também executa a política de juventude tem esses centros em todo o Estado, e executamos um projeto de qualificação profissional nas áreas mais violentas do Estado de Pernambuco e temos conseguido alto índice de empregabilidade para essa juventude. Nós temos um programa que hoje qualifica em torno de 80.000 jovens/ano e hoje precisamos de mão-de-obra qualificada, e a juventude já teve essa sacada. Temos programas específicos para a refinaria, o estaleiro, e para alguns empreendimentos que estão chegando em Pernambuco de maneira muito forte, e conseguimos êxitos importantes através desse projeto do Pronasci.

Há, ainda, uma fábrica em Pernambuco chamada Tacaruna, no limite de Olinda-Recife, da qual foram captados R$ 45 milhões, o que permitirá construir o maior centro de cidadania juvenil do país, o centro Padre Henrique, que era um jovem padre que militava com D. Helder Câmara, e que foi brutalmente assassinado pela ditadura no processo de democratização. Será um centro com três cinemas, três teatros, teatro de formação, centro da juventude, centro da polícia amiga, museu, escola integral, escola técnica, estúdio de gravação de música, de filmagem, de fotografia, mais de 15 centros de inclusão digital, e o dinheiro já

chegou em Pernambuco. A licitação está aberta, será uma OS estadual e quem vai trabalhar na operação desse centro, que é para os jovens de escola pública, exclusivamente; é a própria juventude da escola pública.

Conclusão

O caminho percorrido por Pernambuco demonstra, em primeiro lugar, a participação dos jovens, na elaboração da política para o segmento. Tão importante quanto ter políticas para os jovens é desenvolvê-las ***com*** os jovens.

Ressalta-se, ainda, a preocupação com a adequada institucionalização da política de jovens, por meio de diploma legal específico, e da secretaria, que passou a contar com orçamento adequado às necessidades do segmento. Seguindo as estratégias gerais do governo, houve uma cuidado expressivo com a questão da interiorização da política de jovens, havendo ações que beneficiam aproximadamente 50 municípios de população inferior a 35.000 habitantes.



Ismênio Bezerra

Coordenador de políticas para juventude - CE

A política de juventude no Governo Cid Gomes está marcada pela separação da política de esportes. Até então investia-se essencialmente no esporte única e exclusivamente de alto rendimento, e ao proceder de tal modo não se atingia objetivamente os jovens, que praticam esporte por lazer, pela condição de saúde, como passatempo. Havia, então, uma desatenção para com os jovens, que foi enfrentada ao se situar a política no próprio gabinete do Governador, reclamando-se a atenção de todas as área para o segmento.

Dentre as demandas identificadas pelo Governador Cid Gomes constava criar um Estado que garantisse a universalização do acesso à Internet e as tecnologias de informação. A ação de governo envolveu o estabelecimento do cinturão digital, aproveitando as linhas da Chesf, que cortam parte do Estado do Ceará, o que permitiu que cada unidade pública, seja de saúde, educação, universidades públicas, tivesse acesso à internet de banda larga. Lá na frente veremos o efeito disso, que são exatamente os CIDs Centro de Inclusão digital, CVT, CVTECs, e todas unidades de tecnologia que servem como instrumento de educação, e também como integração entre educação e trabalho. O cinturão digital custou R$ 49 milhões.

O Ceará é muito conhecido pelo turismo, mas era preciso promover, ampliar e consolidar essa cadeia, razão pela qual se está construindo o maior centro de feiras e eventos do país. O aquário também, que é um investimento que gerou muita polêmica, mas vai aliar pesquisa, extensão, lazer e conhecimento, tirando de vez do Ceará a marca de Estados que é destino para pessoas que vêm principalmente de outros países, promover o turismo sexual.

Requalificar as novas dimensões da política de saúde, primária a terciária, porque no Ceará, não é diferente, as pessoas não tinham atenção primária, nem secundária e muito menos terciária. O Estado está recuperando isso, além de promover uma nova revolução industrial no Ceará, com a refinaria e a siderúrgica. Tendo essa demanda, o Governador elegeu grandes desafios, chamando a sociedade e em especial o jovem para o diálogo. Ficou muito claro na fala dos jovens organizados e não organizados que os quatro grandes eixos para intervenção real, para melhorar a qualidade de vida desse público juvenil, seria a educação para a transformação, trabalho decente e renda, esporte e vida saudável e segurança integral.

Na área da educação para a transformação já estão em funcionamento cento e duas escolas estaduais de educação profissional. Essas escolas têm 18 cursos, e no momento que as demandas são apresentadas ao Estado, para recuperação de sua capacidade em todas as áreas, é preciso que se faça a gestão das pessoas, e esses são jovens capacitados para assumir os postos de trabalho. A grande preocupação do Governador é que o Ceará não se torne um Eldorado dos Carajás, onde as pessoas foram atrás das minas de ouro, mas não tinham nenhuma infraestrutura, e o povo daquele Estado foi quem menos se beneficiou.

Quanto à grade curricular das escolas, de manhã desenvolvem-se atividades no ensino médio e no período da tarde, educação profissionalizante, e não só a educação profissional. O governador impôs a marca que colocou em Sobral, a educação cidadã, formando cidadãos, e está fazendo a mesma coisa nessas escolas profissionalizantes.

Havia um preconceito muito grande no Ceará com a juventude, e quando se avaliou o orçamento que havia anteriormente, antes do governo Cid Gomes, é bom dizer que só se pensava juventude sobre duas óticas, a simples e pura da educação, com educação pouco inclusiva, e da assistência penal, porque um jovem ou tinha que estar na escola, ou era um problema e tinha que estar preso. Existia inclusive no Ceará, antes do governador Cid, em alguns municípios, o toque de recolher. Quando o governador Cid Gomes entra, acaba de vez com isso, fazendo com que a Procuradoria Geral do Estado, a Advocacia Geral, entrem para impedir esse tipo de política, que sabemos que é preconceituosa e atinge em especial a população negra carente, que tem maior necessidade de serviços públicos de qualidade.

Na área da atenção integral observa-se a construção de equipamentos, que vão desde a área da atenção social básica elementar, até mesmo a instrumentos e equipamentos de cultura. Não cabe citar cada um, mas existe um elemento que é interessante identificar, junto com o Ronda do Quarteirão a CUFA Central Única das Favelas (www.cufa.org.br) . Realizou-se um grande curso para a juventude, na periferia, para liderança juvenil e antes de terminar esse curso parte dos jovens diziam que queriam ser policiais do Ronda, na periferia, o que para o resto do país é uma contradição, porque normalmente quem está lá, está muito suscetível ao tráfico de drogas, é mais facilmente capturado pelo tráfico e é mais fácil entrar nesse exército da bandidagem, mas lá houve o inverso graças a uma política de educação.

Apostou-se muito na cultura, nas escolas criativas, festivais juvenis, e há um belíssimo,

que ocorre na Serra da Ibiapaba, na divisa com Piauí, onde ocorre o festival de música que é muito gostoso, sendo um festival majoritariamente de jovens.

Na área de esporte e vida saudável, houve um incentivo ao ***skate***, que é o 2º esporte mais praticado no Ceará. O campeonato mundial de ***skate*** não é mais no Rio de Janeiro, os esportes radicais estão migrando para o Ceará e esses equipamentos são relativamente baratos e são praticamente vinte e quatro horas de ocupação, além de servirem de porta de entrada para outras políticas públicas.

Já existem quatro vilas Olímpicas, as praças de esporte do Ministério, e é bom que se diga, o Cid Gomes disse que para cada praça de esportes do Ministério construída, construiria mais uma com recurso do próprio Governo do Estado.

Assim como outras capitais do nordeste, Natal, Recife, Fortaleza vai receber a Copa do mundo, mas o Governador teve uma percepção muito interessante. Ele quer uma copa não só para Fortaleza, mas para o cearense e o principal instrumento de desenvolvimento dessa política são os jovens. A Secretaria de Educação do Estado, com a Coordenadoria de Juventude e outros órgãos do Estado irão criar uma política para que jovens ensinem virtualmente (utilizando como fonte de renda), o português, para as pessoas que virão para o Brasil na Copa. Para o turismo, e para uma série de outras atividades, ou seja, a valorização também da linguagem regional. Esse é só um dos itens de todo o equipamento que é construído em função da Copa do mundo, que tem uma participação juvenil muito grande.

No que se refere ao vetor trabalho decente e renda, existem alguns projetos feitos para que o jovem. O Ceará está construindo sua refinaria e também a siderúrgica, e segundo o Ministério das Minas e Energia, quando pronta a siderúrgica, vai gerar 15.000 empregos diretos, e a expectativa de pelo menos 50% de empregos indiretos. A refinaria deve aportar 90.000 empregos diretos, e mais pelo menos 20% de empregos indiretos, segundo a Petrobrás. Tudo que o Estado fizer tem o jovem por alvo e prioridade. As empresas que ganham licitação de serviço, tem que ter 25% de jovens empregados, elas tem que contratar para participar da empresa.

Na área de participação e controle social, foram feitas seis conferências livres, uma conferência temática: quarenta e duas municipais, nove regionais e uma consulta aos movimentos e organizações, mobilizando 22.000 participantes ao todo. Não foi só uma etapa da conferência nacional, mas estabeleceu para o governo do Estado o norte de todas políticas a serem desenvolvidas, como também foi, e é, a principal bússola de todos os Secretários.

O Estado de Ceará foi onde nasceu o fórum nacional de secretários gestores estaduais de juventude e o fórum nacional de secretários gestores municipais de juventude, e lá se encontra o fórum mais antigo, desde 2004, hoje em sessenta e seis cidades. Toda vez que muda o governo municipal, contudo, existe um problema: se o gestor não tiver compromisso com a juventude acaba com a secretaria, a assessoria, e a coordenadoria. O Estado é responsável,

então, pelo estímulo dessa pauta da juventude para esses novos gestores. Antes das eleições de 2008, as eleições municipais, havia mais de cem organismos de juventude e com as eleições restaram apenas com sessenta e dois organismos municipais, que estão sendo reconstruídos. Como forma de ouvir permanentemente o jovem, o governo Cid Gomes tira uma vez por mês três dias e se desloca da capital do Estado, para três cidades diferentes, ouvindo todos segmentos da sociedade. Em 2007, nessas atividades, com o governo itinerante, foram ouvidos 2600 jovens ns cidades que foram visitadas, em 2008, 4080, em 2009 mais de 6000 e em 2010, em que a atividade só ocorreu até junho, por causa da lei litoral, houve interação com 5.000 jovens.

Na área de participação e controle social desenvolveu-se uma ferramenta que gerou muita polêmica entre os Secretários. A Coordenadoria de Juventude está no âmbito do Gabinete do Governador e ele criou uma ferramenta de gestão que perpassa os sistemas, Siap, Siof, Sic, sendo possível monitorar de todas Secretarias, os investimentos que são feitos em juventude, que é o programa de gerência do Map Mapeamento de Ações e Projetos Prioritários, ao todo 534, agrupando todos esses temas e há, por exemplo, como suspender o orçamento para juventude dessas Secretarias, reavaliar, acrescer ou diminuir, graças claro à vontade política do Governador, quebrando de vez a prática da gestão de caixinhas, que é o grande desafio que foi colocado pelo Eduardo Campos. É preciso pensar o Brasil para todos, com equidade, e só se faz isso garantindo a intersetorialidade e participação.

Entre 1998-2006, o investimento na juventude no Estado do Ceará não ultrapassou a casa dos R$ 8 milhões, e em 2007 de investimentos foram R$ 91 milhões, 2008 R$ 357 milhões, em 2009 R$ 713 milhões e em 2010 R$ 501 milhões, porque o balanço não foi fechado e o governador obviamente só fecha na última semana do ano. O Cid Gomes tem uma posição clara quanto a juventude, "No meu Estado a juventude é o principal sujeito e o principal combustível do desenvolvimento".



Cristina Buarque

Secretária da mulher - PE

A Secretaria da mulher do governo de Pernambuco chegou a 184 municípios, dos quais 160 municípios durante esses quatro anos, o que corresponde a uma determinação do próprio governador Eduardo Campos, de interiorização das políticas públicas.

Antecedentes

O primeiro momento em que começam a existir programas voltados para as diferenças promovendo as mulheres é em 1982, com a discussão do PAISM Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher, que se institui a partir de uma nova perspectiva do feminismo, "Meu corpo me pertence". Com esse programa de assistência integral à saúde da mulher, está envolvida toda a questão dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos.

Em 1983 começa a criação dos conselhos especializados das mulheres, com o Conselho de Minas Gerais e o de São Paulo e, em 1985, o Conselho Nacional. Em 1985 dá-se o início da criação de estruturas e atendimento especializado às mulheres, surgindo a primeira delegacia das mulheres em São Paulo, para atendimento das mulheres vítimas de violência. Surgiram também núcleos de estudo no Brasil, cuja expressão maior hoje encontra-se na Bahia, tendo se convertido em curso de formação, mestrado, doutorado e pós doutorado em gênero.

Em 2000 é o início da criação de organismos executivos, cujo princípio efetivo pode ser encontrado na prefeitura de Santo André, em São Paulo - salvo algum lapso de registro. Em Pernambuco passou-se por esta fase sem a criação de conselhos, de Secretarias. Havia as

delegacias, o único organismo que Pernambuco tinha. Em 2007 cria-se a Secretaria Especial da Mulher em Pernambuco. Em 2009 o IBGE coleta pela primeira vez dados sobre política de gênero nos municípios brasileiros. Em 2010, dos 27 Estados 23 tem conselhos, Pernambuco também tem. Quanto aos conselhos municipais, dos 5565 municípios brasileiros, apenas 227 têm conselhos, e Pernambuco tem 10. Organismos estaduais de política para as mulheres, dos 27 Estados 19 tem, e Pernambuco também tem, só que é preciso dizer que Pernambuco tem sem dúvida nenhuma o organismo de política para as mulheres mais consistente no Brasil hoje, reconhecido nacional e internacionalmente. Além disso muitos organismos estaduais são coordenadorias, superintendências e não são Secretarias estaduais ou Secretaria de Estado, com orçamento, com pessoal, organograma e com um programa político definido. Organismos municipais de políticas para as mulheres só existem no Brasil 290, dos quais 82 estão em Pernambuco.

Delegacias especializadas 395 no país, 7 em Pernambuco, casa abrigo 262, 6 em Pernambuco, centro de referência 559 e 6 em Pernambuco, Defensoria públicas 469 no Brasil, 8 em implantação e 1 funcionando em Pernambuco, 274 juizados, promotorias especializadas 21 e 1 em Pernambuco.

Caracterização da política

Em Pernambuco se pratica uma política que é avessa à filantropia, no que se refere às mulheres. Normalmente existe toda uma tendência, seja pela cultura, super patriarcal, paternalista, onde você cria alguma coisa para as mulheres, você cria para elas, não cria com elas Nós cortamos qualquer possibilidade de nossa ação na Secretaria estar ligada à filantropia, nossa atuação não tem absolutamente nada a ver com o assistencialismo e a filantropia.

Segundo ponto, distanciamento da perspectiva do enclausuramento da mulher em sua perspectiva reprodutiva. Lógico que isso é importante, as mulheres feministas brigam pelos direitos reprodutivos e sexuais, direito ao parto, pós-parto, o que é o direito reprodutivo, e tudo isso, mas queremos a cidadania, essa foi a grande proposta, para participar da vida pública e que todas tenham acesso a isso.

Distanciamento do uso social das mulheres. O que é isso? O orçamento participativo nada mais é do que o uso social das mulheres. Ele é super importante, mas não é nenhum programa voltado para a valorização das mulheres ou um programa voltado para a construção da igualdade de gêneros. As mulheres são maioria nas periferias, naquela comunidade, e são completamente usadas nesse sentido, porque não decidem naquele orçamento participativo o que interessa para elas como, por exemplo, mais centros de referência, mais coordenadorias, habitação para as mulheres, nada disso é decidido naquele espaço para elas, aquilo é muito mais um uso social e o governador Eduardo Campos foi excelente na nossa discussão sobre isso.

Reconhecimento das necessidades das mulheres para definição de políticas públicas. Quando se vai fazer política pública para as mulheres é preciso ter em conta que elas passaram

até 1827 sem poder estudar, que há uma mentalidade e uma construção da nossa ordenação social, e do nosso cotidiano, onde as mulheres são as únicas responsáveis, diante de todo mundo, e diante do marido, pelos seus filhos. Nessas circunstâncias se oferece um curso para elas e diz para elas assistirem, e elas não vão, lógico que não vão, vão deixar os filhos onde? Não tem onde deixar. Vão com que passagem? Ou você reconhece essa necessidade ou não vai fazer isso com as mulheres. Não é possível dizer que as mulheres da juventude vão participar igualmente como os homens da juventude, com a mesma facilidade e ter o mesmo acesso aos cursos, se você não construir em cima da realidade que é a delas. Isso foi devidamente trabalhado em Pernambuco.

É da natureza das políticas para mulheres ser transversal, garantindo a sua inclusão nas ações do governo, o que obriga a trabalhar muito com as outras Secretarias.

Procura-se ativamente assegurar uma formação/educação objetivando a transformação da cultura em favor da igualdade de gênero e da aceleração do processo de inclusão das mulheres na educação formal e no desenvolvimento. Porque na hora que um Estado como Pernambuco contempla a abertura de fábricas, de oportunidades, os homens são chamados e eles correm, e as mulheres são obrigadas a ficar ali sem poder participar daquilo. Então é preciso gerar um processo de aceleração e de condições para que, de novo, o Estado não se desenvolva de forma desigual entre homens e mulheres.

Há também uma política de proteção especial; toda a questão do enfrentamento da violência de gênero, discriminação racial, tráfico de seres humanos, turismo sexual e a humanização do atendimento às mulheres em situação de abortamento de risco. Esse conjunto se chama política de proteção especial.

Estratégias

O apoio ao desenvolvimento das políticas de gênero nos municípios foi fundamental, porque toda a questão das mulheres se resolve ou acontece, desde a violência, com as soluções no espaço local, e as mulheres são muito mais hábeis no espaço local, tem uma relação com o espaço.

Criou-se a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, o que era fundamental. Rede de educadoras sociais e agentes de políticas públicas para as mulheres, as mulheres de base e ONGs. Fórum de organismos municipais de política para as mulheres do Estado, formação continuada tanto em gestão como em gênero, raça e etnia, e orientação sexual para essas gestoras, e monitoramento, e redes de estudos de núcleos de enfrentamento à violência contra as mulheres, e isso praticamente só Pernambuco no presente momento. Existiam os núcleos das universidades, geralmente vinculados às universidades federais, e chegou-se à conclusão que nossa massa de estudantes não está na federal, está nos institutos privados, e passamos a discutir com as faculdades privadas a criação desses núcleos, que tem sido bastante interessante nesse trabalho.

Componentes de rede de atendimento às mulheres em situação de violência: casas abrigo. Por uma questão de escala e de viabilidade econômica, a proposta foi de criação de uma rede estadual de casas abrigos, o que propiciou uma grande experiência, ou seja, a lei de abrigamento, que vai além da casa abrigo em sentido estrito. A casa abrigo é uma caixa de surpresas, sendo comum a situação em que se recebe 3 mulheres e 10 crianças. Pernambuco reuniu uma grande experiência sobre este tema, que pode compartilhar com os demais Estados.

Centro de referência, é um serviço do executivo municipal, sendo preciso criar junto as coordenadorias municipais e o governo federal dá todas condições para a montagem, mas o custeio ele não paga. Delegacias especializadas, também estadual, Pernambuco também tem uma novidade, o departamento de polícia para mulher, que toma conta do serviço das delegacias. Juizados especializados, defensorias especializadas e a promotoria especializada. Todo esse processo hoje na região metropolitana tem uma lei sancionada, para os quatorze municípios funcionarem completamente ordenados, e depois vamos entrar para o resto do Estado, regionalizando. Por exemplo, se o juizado, a defensoria e a promotoria funcionarem em um único prédio, e que ele seja no mesmo bairro onde funciona a delegacia, com isso temos uma redução de custos, e também para as mulheres porque elas chegam na delegacia e já podem ir para a defensoria, não sendo necessário ir para outro bairro. Se ela não tem dinheiro não precisa arrumar um carro da Defensoria, que às vezes nem tem um motorista, e nem tem que ter a escolta.

A rede de educadoras sociais e agentes de políticas públicas para as mulheres, quem participa são as mulheres de base e as ONGs de mulheres inseridas nos programas. A rede de educadoras sociais vai fazer com que todos os recursos captados em qualquer lugar, tenham sempre um foco, com relação ao que se vai fazer com o dinheiro, e o que se vai fazer é formar mulheres adultas, acelerando a possibilidade de entrar no ensino formal, dando rumo à vida. Houve inclusive uma discussão com o Governador e outros Secretários, para alfabetizar as mulheres. Elas perderam sua alfabetização em determinado momento e preciso motivá-las a querer o conhecimento como uma saída para a sua vida, e não se encontra nenhuma outra forma de motivar adultos se não for falar de coisa adultas, não há outra forma, vai discutir o que o preocupa, e então há um curso de 240 horas para as mulheres, com alguns de 80 horas.

Investe-se na formação para a cidadania, independentemente da educação formal que tenham as mulheres. Coloca-se para elas o que é um governo, Estado, política pública, política pública para a mulher, política pública para juventude, etc. Essas coisas encontram um interesse que não se pode imaginar e tudo que a Secretaria da Mulher faz começa com isso. Depois a mulher decide se quer ser pedreira, depois é fácil ela decidir, ir para uma profissão, que vai dar para ela um dinheiro, em lugar de querer formá-la em corte e costura, cabeleireira, bordado, que não propiciam dinheiro, excluindo-a do processo de desenvolvimento do Estado.

É importante observar a existência de Conselhos, criados para fazer justamente

o controle social e desenvolver também as propostas. Conselho dos direitos da mulher, a comissão permanente de políticas integradas para enfrentamento à violência, de que participa o juizado, a defensoria pública, o movimento social, a comissão de mulheres da Assembléia Legislativa, conselho de gestoras, porque a Secretaria tem esse conselho, o fórum estadual de gestoras, o Comitê consultivo de acompanhamento do plano estadual. Nessas instâncias foram elaborados o plano estadual contra a violência, plano estadual de trabalho e renda para as mulheres, plano estadual de políticas públicas para as mulheres rurais, e para as metropolitanas. Tanto o de trabalho e renda, como o das mulheres metropolitanas não foi publicado, mas os outros já foram e agora se fará o cruzamento de todos eles com o plano estadual.

Os resultados da organização da política setorial são evidentes. O trabalho começou no gabinete do Governador com 22 pessoas, e hoje há 164 pessoas, seis casas abrigos, ampliação do quadro de pessoal, ampliação do espaço físico e, principalmente, uma sistema articulado e integrado de atenção à mulher.



Mônica Barroso

Coordenadora de Política
para Mulheres - Ceará

Não se pode esquecer nunca que a democracia, do ponto de vista aristotélico, é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na proporção de suas desigualdades. Não se pode tratar o homem como se trata a mulher, adulto como se trata a criança, adulto como se trata o idoso, e o Estado tem que ter essa preocupação de tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. É importante também entender que a mudança radical que a humanidade tem sentido no período pós-guerra para cá. Foi exatamente nas duas grandes guerras, onde vimos quanta maldade tem o ser humano, e o que ele pode fazer ao outro ser humano. É desnecessário dizer dos prejuízos que houve com essas duas guerras, especialmente na 2ª Guerra Mundial, quando 55 milhões de pessoas pereceram pela temeridade da ação dos humanos contra si próprios. Emergiu então a ONU, que tem por missão tentar barrar comportamentos agressivos dos países e tentar fazer a cultura de paz no mundo.

A partir dessa história é que surgem, então, as primeiras declarações internacionais e depois as primeiras convenções internacionais, focadas na preocupação da dignidade da pessoa humana.

Em 1948 surge a primeira declaração universal dos direitos humanos, onde os países dizem que todas as pessoas nascem livres e iguais e a dignidade humana tem que ser respeitada. De 75 a 85 surgiram as primeiras pesquisas, na década da mulher, e nesse período o mundo toma conhecimento, estarrecedor, do número das mulheres em situações dramática, que viviam no mundo inteiro não conseguindo chegar aos patamares mínimos da cidadania, e em 1979 por causa dessas pesquisas temos então a primeira declaração da convenção

contra a discriminação às mulheres. Em função desses dados, coletados pela ONU, ela via necessidade de chegar à conclusão que a humanidade não iria tão longe no desenvolvimento e crescimento se sua metade feminina não chegasse a esses patamares mínimos da dignidade e cidadania, e passam a existir então quatro grandes conferências internacionais, onde os países começam a entrar em consenso sobre os direitos das mulheres, e diga-se sempre de passagem, que as declarações e convenções relativa as mulheres sempre foram as mais polêmicas e menos entendidas no cenário internacional pela própria ONU. No México em 75, Copenhague em 80, no Quênia em 85 em Pequim 94, saindo sempre dessas convenções internacionais plataformas de ações que seriam como se fossem diretrizes para os países que têm assento na ONU e temos 193 países no mundo civilizado, sendo que 191 tendo assento na ONU. Eles deveriam ter como diretrizes no seu regramento interior as plataformas de ações de declarações, e as convenções da ONU.

A ONU cria três entes regionais, a UE União européia, OEA Organização dos Estados Americanos e a União Africana. Também na OEA hás ações interessantes em relação ao comportamento e a violência principalmente contra as mulheres, mas no Brasil foi a partir de 70. Sempre houve no Brasil ações pontuais de mulheres, como o primeiro movimento de que há conhecimento, pelo menos é o que a história registra, das mulheres lutando para ter direito de acesso à educação, elas não tinham, e depois elas se juntaram contra a escravatura, e finalmente se uniram no final da década de 20, as chamadas sufragistas, para que tivessem direito a voto e a serem votadas, que termina entrando no código eleitoral de 32, mas só entra na Constituição a partir de 46.

No Brasil, apesar desses movimentos pontuais, só há mobilização efetiva na década de 70, quando durante o golpe militar no final da década de 60, muita gente no Brasil foi "exportada" pelo regime, e as mulheres que aqui ficaram começaram a tecer uma rede para trazer de volta seus entes queridos. No Ceará as mulheres capitanearam o movimento da anistia, vindo a lei da anistia em 79. A partir daí as mulheres que estavam mobilizadas continuaram lutando, agora sim pelos seus direitos, surgindo no país, em São Paulo, as primeiras ONGs de mulheres, o SOS Corpo também já cuidando da agenda de violência contra mulher, e desse movimento da sociedade civil surge o primeiro conselho de mulher, que foi uma maneira que o povo, depois da experiência triste da ditadura militar, do golpe, o povo encontrou para interferir nas políticas públicas através de órgãos paritários, onde entram a sociedade civil e os equipamentos do governo.

O conselho da mulher de São Paulo veio em 83, em 85 as mulheres brasileiras inventam e criam as delegacias especializadas no direito das mulheres, em lugar nenhum do mundo existia, e hoje estão proliferados em diversos países. O Brasil acabou se tornando referência nessa coisa tão triste, que é violência contra a mulher. Em 88 articuladas pelo conselho nacional fizemos o ***lobby*** do batom, e pela primeira vez nesse país as mulheres do Brasil inteiro se reuniram em Brasília e aprendemos a fazer ***lobby,*** pressão, junto à Assembléia Constituinte, para que nossos direitos fossem reconhecidos e incrustados naquela Lei maior.

Conseguimos, então, por força do nosso ***lobby*** - "Constituição sem mulher, constituição pela metade", o Brasil sem as mulheres é Brasil pela metade - um grande tento, que até hoje muitos dizem que isso é besteira, mas a nossa grande vitória em 88 foi colocar esse Artigo 5º na Constituição, que é um dos mais importantes, dizendo do respeito da dignidade humana, onde todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, liberdade, igualdade, segurança, e à propriedade.

Isso era uma coisa que o Brasil não conhecia até então, e que até hoje ainda está sendo difícil na prática, em alguns lugares do país. ***Incrustamos que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos desta Constituição.*** Foi muito difícil conseguir chegar até aí, mas finalmente o povo brasileiro reconhece que todos são iguais perante a lei, porque sempre esse "todos são iguais perante a lei" eram os homens. Agora homens e mulheres são iguais perante a Lei. Temos uma grande luta de 80 para cá, depois que conseguimos mudar a Constituição. A partir daí as mulheres foram paulatinamente se mobilizando e organizando no Brasil todo.

De 2003 para cá, que foi ontem, as mulheres começaram a se mobilizar mais efetivamente e a criar verdadeiramente políticas públicas para a defesa dos direitos das mulheres. Em 2004 realizou-se a primeira conferência, e elas são feitas nos municípios e nas regiões, nos Estados, em Brasília, e daí saiu o primeiro plano nacional de política para as mulheres. Em 2006 teve essa peculiaridade no Brasil, da promulgação da Lei Maria da Penha. É importante dizer que desde os primeiros encontros de mulheres nesse país, a agenda e a pauta mais pesada sempre foi, e a maior demanda, em relação à violência contra mulher, seja doméstica, familiar ou institucional.

Em 2006, por causa de uma cearense, a OEA instou o Brasil a que fizesse uma Lei regulamentando o Artigo 226 da Constituição, que também foi uma conquista nossa das constituintes feministas do ***lobby*** do batom, que diz que o Estado finalmente reconhece que existe violência doméstica e familiar contra as mulheres e nesse sentido deve coibir fazendo uma Lei. A Constituição foi de 88 e apenas em 2006, com a luta do caso Maria da Penha, foi que conseguimos a Lei 11.340, que leva o nome dela porque a OEA recomenda uma homenagem simbólica à vítima.

Em 2007 ocorreu a 2ª conferência nacional e dela saiu o 2º plano nacional que começa orientar os Estados, porque no Brasil é sempre assim, embora uma das características do federalismo brasileiro seja a participação e autonomia dos Estados, sabemos que é meio peculiar no Brasil, e sempre se copia um modelo nacional; o Estado copia o que tem na Constituição Federal, os municípios copiam as Constituições Estaduais e ficamos a vida inteira com muito pouca criatividade, no que diz respeito a regulamentação da vida das pessoas no Brasil. As coisas estão mudando também nesse sentido, recentemente.

Nós tivemos o segundo plano de política para as mulheres, em 2007, ainda

reconhecendo o peso e a demanda e a violência no país, e que acontece diuturnamente contra nós mulheres - é que surge o primeiro plano nacional de enfrentamento contra a violência a mulher. É esquisito em um país onde os índios, os nativos nunca levantaram a voz ou a mão contra o velho, contra uma mulher, contra uma criança, depois de tanta civilização ter que ter Leis, hoje, por exemplo, temos o ECA para dizer que ninguém pode bater, abusar sexualmente de crianças, e Leis para defender mulheres e idosos. É de uma incivilidade enorme esse progresso no que diz respeito às relações interpessoais.

Em 2007 há um pacto nacional de enfrentamento à violência, que na realidade termina sendo um grande programa governamental, incluindo quase toda a agenda de mulheres, com quatro eixos que a Secretaria das Mulheres da Presidência da República recomenda, para que tenha ação efetiva. Nesse sentido o governo Lula passa a liberar dinheiro, e recursos próprios para investimento nos quatro eixos para enfrentamento à violência: implementação efetiva da Lei Maria da Penha; enfrentamento do turismo sexual e prostituição infanto-juvenil; direitos reprodutivos, sexuais e feminilização, da Aids; promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de tráfico e prisão.

A partir de então, com as conferências feitas no país todo, sejam municipais, estaduais, regionais e a nacional, começa o delineamento de políticas de mulheres feita por mulheres, começamos a tratar desigualmente os desiguais, e não igualmente todo mundo como era até então, que fique claro que todos são iguais perante a Lei, mas as mulheres e os homens, que tem uma grande diferença, o que nos apaixona e nos aproxima, tem que ser vistos como pessoas, como indivíduos que têm os mesmos direitos e a dignidade de cada um merece o mesmo respeito dentro de suas peculiaridades.

Hoje no Brasil existem 25 conselhos estaduais e um levantamento recente pelo fórum de gestoras desse pacto, e a partir desse plano da política de enfrentamento à violência foi feito um acordo federativo entre a União, Estados e Municípios e vários deles já aderiram ao pacto nacional de enfrentamento à violência da mulher. Com recursos liberados pelo governo vamos construindo então os equipamentos que cuidam da violência contra mulher, já que estamos falando especificamente agora do pacto. Hoje temos 25 conselhos estaduais, 22 organismos dentre coordenadorias, secretarias, diretorias de superintendências estaduais. Dos 27 estados da federação 23 fizeram adesão ao pacto, mas já soube que só falta um, o Rio Grande do Sul, mas 102 municípios do Estado do Rio Grande do Sul aderiram e o Brasil então está todo praticamente coberto e vários governadores e prefeitos já aderiram o pacto.

No Ceará, como falei anteriormente, o movimento da anistia foi muito forte, na década de 70, numericamente tínhamos muito mais mulheres à frente do movimento da anistia e criamos nosso conselho em 85, nossa delegacia em 86 e nossa primeira casa abrigo em 87 e em 91 a criação do 1° núcleo de atendimento à mulher da Defensoria Pública, que na época tive o privilégio de fazer e estar à frente dessa coordenação durante 20 anos. O governo Cid Gomes aderiu ao pacto em dezembro de 2008 e a gestão ficou a cargo do Conselho, eu era

presidente da comissão da mulher advogada da OAB e nessa condição membro do Conselho da Mulher do Ceará, e ficamos na gestão do pacto, porque não tínhamos uma coordenadoria.

O Estado do Ceará foi um dos que numericamente mais apresentou projetos, cincoenta e cinco e trinta e cinco foram aprovados, treze já estão conveniados e cinco já estão findos e alguns serão reapresentados. Passamos de treze para quarenta e um conselhos municipais e a coordenadoria está acabando de terminar uma cartilha para que os Municípios aprendam a fazer conselhos municipais, passo a passo. Não é que nosso povo seja ignorante, mas é que as coisas são colocadas de forma tão difícil, que o povo não consegue acessar e entender. Então, ou a gente socializa também o saber fazer, ou vai ficar complicado. Exemplo, eu sou uma pessoa que não consigo fazer o meu imposto de renda, e as Instituições acabam se complicando também e nossa intenção é de facilitar, para que as pessoas sejam seduzidas. É o verbo que temos que usar, para sair de seu comodismo e ir para a rua, tentar ajudar na coisa pública, porque enquanto eu estiver cuidando da minha casa, do meu filho, do meu marido, não resolvo o problema, então temos que ter estratégias de seduzir, para trazer as pessoas para brigarem pela coisa pública. Saímos de uma para sete delegacias, e soube que mais uma foi criada e seremos oito, cinco centros de referência, dois juizados, cinco coordenadorias municipais, cinco casas abrigo, cinco coordenadorias municipais, uma Secretaria municipal, três núcleo do Ministério Público, uma da defensoria pública.

A coordenadoria foi criada em 2010 e estamos nos apropriando do saber do pacto e cuidando dos equipamentos, fazendo o estudo do levantamento dos direitos humanos das mulheres em prisão, e nós que trabalhamos no movimento de mulheres, nunca trabalhamos nem com as mulheres presas e nem vítimas de tráfico e são os dois segmentos que estão sendo trazidos para o pacto e tem sido uma experiência nova e interessante. Para se ter uma ideia, estamos hoje no presídio feminino de Fortaleza, com trinta e nove mulheres estrangeiras e destas trinta e cinco caíram no aeroporto como mulas, sendo que trinta e quatro por causa de marido, namorado, amante, ex-amante, irmãos, tios, muito por causa de filhos também, mas em função de alguém e termina que ela vai para o tráfico e para a prisão também em função de sua situação de mulher. É muito estranho e vale notar que nos presídios masculinos no dia da visita as mães, mulheres, filhas, fazem a fila enorme para visitar seus maridos, namorados, presos, filhos, as mães não largam seus filhos presos nunca, e as mulheres presas não recebem visitas nem das mães, e os maridos já largam, separam e casam com outra, quer dizer elas terminam completamente abandonadas.

Estamos fazendo vários acordos de cooperação técnica exatamente para assegurar a promoção e identificar a situação dos direitos humanos das nossas presas, e acordos com o IPEST Instituto de Planejamento e Estatística do Estado, para ter o diagnóstico de todos esses equipamentos. Estamos publicando a Lei Maria da Penha, pois é importante que as mulheres a tenham e inclusive estamos fazendo essas publicações, que chamamos de cordel de bolso. É um livro fácil de carregar e as mulheres nordestinas estão acostumadas a usar, que são os cordéis. Estamos nos ocupando da questão tráfico de pessoas, pois 90% dos

casos referem-se a mulheres, e normalmente para a prostituição internacional e turismo sexual. Começamos agora, estamos divididos em 8 municípios polos, e começaremos em dezembro, fazendo reuniões porque temos que visitar 184 municípios e fazermos nossas políticas estaduais, e cuidar das conferências para o ano.

É importante para quem está chegando na gerência pública, que conheça esses dados e acesse o site da Secretaria de Políticas para as Mulheres e das diferentes Secretarias dos Estados, porque as gestoras do pacto têm reuniões regulares e também tivemos a sorte de encontrar a agilidade e experiências da Cristina, e temos também hoje um fórum nordestino de gestoras, e está na hora da mudança, para que o nordeste também tenha essa visibilidade na cobertura e no cuidar da vida das pessoas aqui.

Painel política de defesa social







José Luiz Ratton

Assessor especial do governo de Pernambuco

Pacto pela vida

Antecedentes - caracterizando o ambiente no qual o governo se inicia, em 2007.

No Brasil temos, desde o final da década de 90 e nos anos 2000, 40.000 assassinatos/ano. Em Pernambuco, 4638 homicídios somente em 2006, uma taxa de 56 homicídios por 100.000 habitantes, que está associada a um conjunto de causas que não posso expor aqui de maneira completa, como os processos históricos de desorganização urbana, intensa desigualdade social que resultam em mecanismos de concentração e explosão da violência, gangues, grupos de extermínio, tráfico de drogas, com background no plano cultural, na cultura da honra, virilidade e da masculinidade voltada para a resolução dos conflitos privados, elevadíssima disponibilidade das armas de fogo e contexto de um enorme ceticismo da população, da sociedade civil e de amplos setores das organizações policiais.

Antes de o governador assumir víamos, na prática, a ausência do Estado e ausência de políticas públicas da segurança, dignas desse nome. Pensando no campo geral das políticas públicas da segurança no Brasil precisamos caracterizá-la para poder pensá-la adequadamente. Ainda somos herdeiros de um modelo de segurança pública advindo da ditadura militar. Esse processo de construção da política pública de segurança ainda é muito recente, dos últimos 10-15 anos, no máximo, e que tem gerado um contraponto na busca de saídas imediatistas. Outra questão que deve enfrentada: a naturalização da violência, o fato do Brasil (e Pernambuco também) ter chegado a patamares altíssimos de violência, o que

muitas vezes transforma esta situação em algo que parece ser típico e integrante da paisagem social. Qualquer pesquisa de opinião mostra que a violência e a criminalidade ocupam os 5º ou 6º lugares como preocupações dos brasileiros, tendo outras questões à frente, como saúde e emprego. É preciso enfrentar essa naturalização para construirmos um processo de mobilização, que resulte na prevenção, controle e redução das elevadas taxas.

Um dos obstáculos que enfrentamos, desde o início, foi o provincianismo, com dificuldades para dialogar com as experiências exitosas, seja de dentro do país ou fora, sempre com uma resistência na tentativa de dialogar, obviamente com os devidos filtros culturais e institucionais, com as experiências bem-sucedidas.

Outro obstáculo é a concepção convencional da segurança pública. Logo de início, o governador Eduardo Campos liderou um processo de ampliação do conceito da segurança pública. Repressão e prevenção, no caso da segurança pública, são duas faces da mesma moeda. Precisávamos "retrabalhar" os conceitos, transformá-los na prática, desenvolver a ideia de que a repressão qualificada da violência faz parte de qualquer política pública de segurança e que não existe democracia sem boas polícias e boas instituições prisionais. Ao mesmo tempo, precisávamos discutir o outro lado, importantíssimo, que é a questão da prevenção, mas não prevenção geral, inespecífica, e sim focada nos grupos vulneráveis, nos processos e nos protagonistas, e nas vítimas de vitimização criminosa. Era preciso constituir uma concepção inovadora, que vem sendo construída no Brasil em várias áreas; concepção que precisava se manifestar também no plano do governo estadual de Pernambuco.

Outro elemento importante: acabar com o caráter segregador das ações de segurança pública. O que tínhamos antes eram ações que tinham esse caráter segregador e não uma política. Elas não atingiam aquelas áreas com maiores índices de criminalidade; eram capturadas por aqueles que sempre capturaram boa parte dos benefícios, em outras políticas públicas. Então, muitas vezes, convênios de determinados tipos, vinculados a grupos particulares e privados, tiveram de ser desfeitos para construirmos uma política pública de segurança, isonômica, equânime, voltada para aquelas áreas onde havia mais necessidade, onde as taxas de homicídios fundamentalmente eram aquelas que impediam a convivência pacífica e civilizada em Pernambuco. Obviamente, esse processo enfrenta resistências culturais, não só no campo das organizações policiais, mas do sistema de justiça, Ministério público, judiciário, e mesmo nas áreas, digamos, de políticas sociais onde uma visão convencional nunca trabalhou de forma articulada, intersetorial e transversal. A proposta de articular uma política pública de segurança que realizasse os direitos humanos, o direito à vida, à integridade física com a prevenção social do crime e da violência, numa perspectiva que combine a repressão qualificada e prevenção focada e específica é uma inovação enfrentou resistências. Apesar das adversidades, pudemos construir um conjunto de processos que ajudaram a transformar essa situação de resistências culturais.

Ausência de perspectiva sistêmica e reduzidos patamares de articulação entre os entes federados: estamos começando a construir, no Brasil, com a criação da Secretaria Nacional de Segurança

Pública e do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) um plano federal em articulação com planos estadual e municipal com algum sentido regulatório, ainda incipiente. Precisamos avançar muito nessa área e no Sistema Único de Segurança Pública, o SUSP, que ainda está para ser regulamentado, com implicações enormes tanto no fluxo de recursos quanto do ponto de vista da distribuição de tarefas, atribuições e responsabilidades em todos planos. Precisamos construir isso coletivamente, mas precisávamos lidar com isso e entender qual é o papel do Estado nesse momento, com o atual marco regulador da segurança. Um obstáculo importante é a recusa de boa parte dos gestores municipais em participar das ações de segurança pública de forma integrada. Concebemos segurança pública na sua especificidade e não de uma maneira ampla e superficial.

Ausência de mecanismos de gestão, avaliação e monitoramento: a Segurança Pública é uma área onde tradicionalmente se encontra resistência. Essa resistência existe em todas as áreas - na justiça, no campo das organizações policiais, a despeito de haver dentro das organizações policiais experiências muito interessantes, pelo Brasil todo, nessa área de gestão, mas não há uma perspectiva de construção de mecanismos de gestão baseada na informação e articulação com a tecnologia.

Ausência de mecanismos de diálogo e de escuta com a sociedade civil: nas áreas da saúde e educação, há tempos, estão implementados mecanismos de participação com a realização das conferências. Não acho que o modelo de conferência seja para ser copiado, mas os processos de controle social e participação precisam ser instalados na área de segurança pública, assim como é necessário instalar o diálogo, que permita a escuta dos diferentes setores, porque os processos de produção da violência, do crime, têm características gerais, mas, ao mesmo tempo, características específicas, o que torna necessário o diálogo permanente com esses setores especificamente vulneráveis.

Precisamos pensar o que é o centro da política pública de segurança em Pernambuco e como construímos um conceito para poder executá-lo. Altos índices de homicídios em 2006, com mais de 4000 desde os anos 2000 é um desafio para ser enfrentado. Essas taxas altíssimas não permitem que uma série de outros processos importantes ocorra no plano da sociabilidade. Então, é uma questão de primeira grandeza: a redução de homicídios passa a ser a prioridade da política pública de segurança intitulada *Pacto Pela Vida*. Homicídio é quase que um rótulo jurídico, utilizado muitas vezes de forma imprecisa pela imprensa, para um conjunto de eventos, de naturezas muito distintas, com alguns padrões comuns. É preciso entender que o homicídio que acontece dentro de casa é diferente do homicídio que acontece por um grupo de extermínio, ou de um acerto de contas entre membros de uma gangue. É preciso compreender este processo para poder estabelecer um mecanismo que foque a construção de uma política voltada para essa redução de homicídios.

Padrões comuns: Protagonistas e vítimas são, em geral, homens jovens, moradores de bairros pobres dos grandes centros urbanos brasileiros, pernambucanos, e, em sua maioria, praticados com armas de fogo. Elementos específicos dos homicídios passionais, dos

vinculados a grupos de extermínio, disputa entre gangues, traficantes-usuários, e os dos vinculados a crimes de mando; era preciso entender como essas ocorrências distribuíam-se territorialmente em Pernambuco para estabelecermos uma política pública que fosse geral e, ao mesmo tempo, específica, que captasse as diferentes modalidades de ação no plano da repressão e da prevenção, focada nesses tipos diferentes de eventos que eram objetos, e são objetos, da política de segurança. Essa compreensão pode ajudar a encontrar as formas comuns e distintas de prevenir parte desses eventos ou diminuir a chance de que futuramente ocorram.

Precisávamos definir algumas coisas. Primeiro: controle e redução de homicídios é um problema público, de primeira grandeza, e é fundamental para que a sociedade possa reproduzir-se, produzir-se com calma, civilidade, de forma pacífica, para que tenhamos um tipo de sociedade onde as dimensões da cidadania possam ser atingidas. A redução da desigualdade social por si só não é política de controle de redução dos homicídios, a despeito do fato de que causalmente, na história de longa duração, a desigualdade é um dos fatores que produz a violência. Um dos fatores, de uma série de outros, a redução por si só da desigualdade não dá conta de controlar e reduzir homicídios, especialmente no curto-médio prazos. Por outro lado, programas e projetos de inclusão social não são necessariamente programas de prevenção à violência e ao crime; são projetos muito bem-vindos pela capacidade de produção de elementos de cidadania, mas que, no curto-médio prazos, não produzem efetivamente efeitos sobre as taxas de criminalidade e violência. Mesmo programas específicos, importantíssimos, tanto no nível primário, secundário e terciário da prevenção, e vou falar daqui a pouco, têm impacto limitado sobre a prevenção de homicídios, especialmente no curto-médio prazos. O corolário é que o controle e a redução de homicídios podem ser obtidos com o atual marco legal, por definição de prioridades, atuação integrada e focada das polícias e articulação com o Ministério Público e o Judiciário.

Nesse sentido, é preciso perceber a reconstrução da concepção de segurança pública, incorporando a presença específica e adotando a repressão de qualificação, localizando as polícias como espaço estratégico para essa redução; as polícias, o Ministério Público e o judiciário podem fazer muito. A importância da gestão coordenada pelo executivo, para o ajuste do gargalo e a resolução de problemas, era uma questão que estava colocada desde o início, na percepção do diagnóstico que foi construído por nós, sob a coordenação do Governador Eduardo Campos. A prioridade passa a ser desmanchar as diferentes redes de produção de mortes violentas, mais o encarceramento seletivo com foco em homicidas.

A produção dos homicídios tem uma lógica relativamente cristalina: pouca gente faz muito barulho. Em 1000 homicídios, 800 homicídios são produzidos por 200 pessoas, enquanto os outros 200 são produzidos por outras 200, o que nos obriga focar sobre aqueles 200 que produzem a dinâmica da reprodução da violência, que precisa ser atacada e controlada para recuperar a capacidade de funcionamento dessas comunidades, dessas áreas de vulnerabilidade. Programas de prevenção social, do crime e da violência, em seus diferentes

planos - primário, secundário e terciário - só podem ser bem-sucedidos se articulados com o funcionamento permanente de presença policial, diferenciada e qualificada. É importantíssimo porque, primeiro, prevenção primária diz respeito àquele tipo de prevenção que o município pode fazer e que atinge a todos, como, por exemplo, a iluminação. Ela efetivamente diminui a chance de ocorrência de eventos criminosos em espaços iluminados, em detrimento dos espaços que não são iluminados. A prevenção secundária está voltada para aqueles grupos que são vulneráveis, ao protagonismo ou a vitimização à violência, e a prevenção terciária está voltada para aqueles grupos que já foram vítimas ou protagonistas da violência. É por isso que os programas da prevenção do crime e da violência têm que ser específicos, não podem ter abrangência geral porque, desse modo, não alcançarão a eficiência e eficácia preventivas que são absolutamente necessárias. Ao mesmo tempo, esses programas de prevenção, se devidamente articulados e geridos com indicadores, só funcionarão se estiverem perfeitamente articulados com a dimensão repressiva de forma qualificada, porque programas como o Segundo Tempo, no mundo dos esportes, ou como Escola Aberta, na educação, podem ser completamente capturados por redes criminosas se não estiverem absolutamente articulados com as dimensões de repressão qualificada no momento em que se instalam. Era preciso construir essa articulação. Por isso é que tratei, no início da minha fala, da articulação da segurança, na perspectiva inovadora em que a repressão qualificada é combinada com a repressão específica. De outro modo, não é possível construir esses processos de transformação da situação de produção de homicídios, de crimes e de violência.

Por outro lado, os programas de prevenção social do crime e da violência dão legitimidade e sustentabilidade à atuação policial e ao sistema de justiça criminal no plano da repressão qualificada, ou seja, ao mesmo tempo em que a polícia chega e permanece de forma diferenciada, com tecnologia, informação, gestão, inteligência nas áreas mais vulneráveis ao crime, a entrada dos programas de prevenção primária, secundária e terciária dá sustentabilidade e legitimidade para atuação do Estado no plano policial. É importante não só a chegada da polícia, mas a percepção da população de que o Estado chega junto com a polícia e satura socialmente aquelas áreas de prevenção, e que, obviamente, é necessária a presença policial continuada para que os programas de prevenção funcionem; do contrário, a dinâmica de redes, grupos de extermínio e de gangues permanecem impondo privadamente a ordem que o Estado recupera, deve recuperar.

Elementos estratégicos: O foco da política é a redução de homicídios; ele é o problema público número um da segurança pública de Pernambuco. Sabendo que o desmonte das redes de produção de homicídio provoca impacto em outros tipos de criminalidade, é preciso fortalecer, naquele primeiro momento, o departamento de homicídios e proteção à pessoa. Isso foi feito no 2º ano do governo do governador Eduardo Campos. Tínhamos, em 2006, um departamento de homicídios que tinha três delegados e, em 2008, passou a ter vinte e um delegados e sete delegacias, com competência exclusiva para investigação de homicídios na capital, com competência concorrente de investigar homicídios na região metropolitana e no resto do Estado. É uma sinalização para a sociedade de que a ocorrência de homicídios era

importantíssima; elucidar homicídios para poder processar, julgar e encarcerar os indivíduos que produziam mortes violentas para afetar a curva de criminalidade, a insegurança e a produção do crime.

Articulação permanente entre a polícia civil e a militar, em territórios comuns, com focos territoriais e prioridade para crimes contra a vida: Pernambuco foi dividido em 26 áreas integradas de segurança, com mecanismos de responsabilização comum e absolutamente articulada, ou seja, cada área integrada de segurança tem um gestor da polícia militar e um da polícia civil; um oficial da polícia militar, um delegado seccional da polícia civil, que são responsáveis pela coordenação de todos processos de repressão qualificada nessas áreas. Precisávamos também de instrumentos de produção de informação, acompanhamento e monitoramento. Essa área sempre produziu muito mal seus dados e, efetivamente, uma das prioridades na gestão do Governador Eduardo Campos, na área de segurança, através do Pacto pela Vida, foi fortalecer a gerência de análise criminal e estatística da Secretaria de Defesa Social. A possibilidade de gestão precisava de alimentação diária, cotidiana das informações territorializadas, para que fossem definidas as prioridades e o acompanhamento dos resultados dos processos que estavam sendo implantados. Esse fortalecimento foi importante porque funcionou como base para a tomada de decisão da política pública. Era preciso construir também um repertório permanente de processos específicos e comuns às polícias, apontado para redução e controle de homicídios, e tentativa de homicídios também. Não é possível fazer essa separação porque, muitas vezes, a diferença entre eles é apenas a pontaria. Essa construção foi feita em um espaço de modelo de gestão que contou com a participação de todas as áreas da segurança pública do governo. Esse processo deu racionalidade, cientificidade à atuação das polícias, seja na sua forma específica, seja na sua forma integrada, além de promover o envolvimento e o *controle* dos níveis centrais da governança. E essa é a palavra-chave. O governador, desde o primeiro dia, desde a campanha, prometeu trazer a questão para sua responsabilização e não terceirizar a área da segurança pública. Isso foi importante porque no contexto de uma política pública inovadora, com elementos centrífugos muito fortes, muitas vezes as organizações policiais se incorporaram de forma valorosa ao processo, mas há setores dentro das organizações policiais que são muitos centrífugos e realizam efetivamente, de forma muito fragmentária, a missão da segurança pública; ou então, as áreas de prevenção social do crime e da violência têm uma visão também muito setorializada e, se não houvesse a presença do nível central de governança, não seria possível inovar conceitualmente, estrategicamente e operacionalmente, ou seja, não seria possível construir um projeto como o Pacto pela Vida.

Metodologia de construção do programa Pacto pela Vida.

Em janeiro de 2007 foram criadas as Secretarias Especiais, algumas das quais estratégicas para o Pacto pela Vida: a Secretaria da Juventude, Secretaria da Mulher, Secretaria das Cidades, Secretaria de Ressocialização - que é a Secretaria de Administração Prisional, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social. Entre janeiro e maio de 2007,

implementamos um mecanismo de escuta da sociedade civil, em um amplo processo, com a participação de mais de 600 pessoas. Todos os setores do governo, setores empoderados do governo, os próprios Secretários, o próprio Governador e Vice-governador envolveram-se pessoalmente; o comandante da polícia militar, o chefe da polícia civil, diretor de polícia científica, comandante do corpo de bombeiros, envolveram-se em um processo coordenado pela universidade, com uma metodologia de escuta. Criamos 16 câmaras técnicas, com as principais áreas vinculadas à questão da segurança, do crime e violência em Pernambuco: a questão da violência contra a mulher, criança e adolescente; violência e drogas; a questão da segurança pública e a valorização profissional no campo policial; a segurança e articulação com Ministério Público e Judiciário; violência e prevenção no plano municipal. Essas 16 câmaras técnicas tinham entre vinte e trinta integrantes, que eram ou gestores estaduais ou municipais, pesquisadores - que tinham atuação na área específica, por exemplo, violência contra a mulher, ou contra criança e adolescente, nas respectivas câmaras - e os militantes dos movimentos sociais, dos mais variados, que tivessem atuação na área, como movimento dos sem terra, movimento negro, o movimento gay, da reforma urbana, a associação brasileira de ONGs, movimento nacional dos direitos humanos. Esse amplo processo de diálogo, que tinha uma metodologia, formulários próprios, mecanismos de diagnósticos permitiram que, em dois momentos, no final de março e no final de abril construíssemos, sob a coordenação do Governador Eduardo Campos, mecanismos de compilação deste material e sua transformação em um texto estratégico e, ao mesmo tempo, tático e operacional, do ponto de vista dos principais valores, linhas de atuação e projetos da área de segurança.

No dia 21 de abril, o governador Eduardo Campos revisa, com participação paritária da sociedade civil e de 15 Secretários de Estado, e também com as presenças do TJ, Procurador-geral do Ministério Público, o presidente da Assembleia Legislativa, representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Prefeito do Recife, projeto por projeto. Discutimos, revisamos, adaptamos os prazos e identificamos os responsáveis. Este processo foi muito importante para construir e instaurar o início de um mecanismo de governança diferenciada na área de segurança pública.

Nesse momento entra o INDG - Instituto Nacional de Desenvolvimento Gerencial, que vem para Pernambuco para algumas áreas estratégicas, como receita e despesas, saúde, educação e segurança, nos ajudando a desenhar certos processos relativos ao fluxo de contenção do crime e compartilhá-los com as distintas Secretarias que executam a política pública de segurança - não só Secretaria de Defesa Social, mas as outras Secretarias também, como a da Mulher, da Juventude, das Cidades, de Ressocialização. Precisávamos que este processo fosse para dentro do governo de forma coordenada e assumisse uma dimensão de gestão. Implementada a estratégia, começamos a desenhar os planos de ação, especialmente para a Secretaria de Defesa Social e para a Secretaria de Ressocialização, instaurando-se, nesse momento, o monitoramento das metas e o comitê gestor do Pacto pela Vida.

São seis as linhas do Pacto pela Vida, mas há uma que é a transversal: prevenção social do crime e da violência, repressão qualificada da violência, aperfeiçoamento institucional,

informação e gestão do conhecimento e formação e capacitação, e, atravessando estas cinco, a participação e controle social. Nós realizamos 14 conferências regionais, em cada região desenvolvida do Estado, antes da realização da Conferência Nacional de Segurança Pública, ouvindo as especificidades - seja no Araripe, onde existe exploração sexual da criança e do adolescente; seja na mata sul, com problemas de crime de mando; na mata norte; no agreste, que combina dinâmica do crescimento econômico recente com outras formas de criminalidade; seja, ainda, na região metropolitana, que combina uma série de crimes. Nós ouvimos a população em suas diferentes representações, com a participação de todas as associações representativas das polícias, civil e militar, e com a participação maciça dos comandos da polícia civil, militar, científica e dos oficiais e delegados. Esse processo de escuta foi muito interessante para qualificar aquele primeiro momento de escuta, realizado em 2008, para divulgar e realizar o Pacto pela Vida, dialogando com todas as instâncias de governo e com a sociedade como um todo.

Esse processo resultou na Conferência Estadual de Segurança Pública, que aconteceu em julho/2009, e que foi preparado em uma discussão importantíssima na conferência de Petrolina, no sertão do São Francisco, em que as populações indígenas discutiam com a polícia militar mecanismos de ajustes relacionados à atuação da polícia, em uma área muito complexa, que é ao mesmo tempo uma área indígena e uma área de drogas. A polícia militar conseguiu dialogar com essas populações no espaço da conferência e ajustamos várias das metas de projetos do Pacto pela Vida, e isso se deu no Estado como um todo.

Montamos o comitê gestor que é um modelo para mostrar como a gestão da segurança pública assume uma forma integradora sob o comando do governador. O comitê se reúne semanalmente desde que foi instalado, há mais de 2 anos, quase 2,5 anos. O governador participa uma vez por mês da reunião ordinária. A coordenação da política pública de segurança está sob a responsabilidade do Secretário de Planejamento, e isso é importante porque a Secretaria de Planejamento, no governo Eduardo Campos, articulou um modelo de gestão para o governo todo, ao mesmo tempo em que construiu, através do orçamento e do plano, um mecanismo de diálogo, que permite interações e interfaces baseadas em critérios científicos, racionais, políticos e técnicos e em uma visão estruturadora. Temos quatro câmaras técnicas dentro desse comitê gestor, além da câmara de defesa social. A Câmara de defesa social é presidida pelo Secretário de Defesa Social; a Câmara de ressocialização pelo Secretário de Ressocialização; um ex-desembargador aposentado, que havia sido presidente do Tribunal de Justiça, foi nomeado pelo governador para assumir a câmara de articulação com o Ministério Público e o Judiciário, já que boa parte do que fazemos tem impacto imediato sobre a atuação dos dois entes e era necessária a articulação e gerência de uma forma comum; e uma câmara setorial de prevenção social, cujo coordenador é o Secretário de Articulação Social, articulando todos os Secretários que tinham programas de prevenção à violência.

Esses quatro estão presentes semanalmente na reunião junto com o Secretário de Planejamento. Além deles, o comandante da polícia militar e seu diretor-geral de operações,

o comandante da polícia civil e seu diretor-geral de operações, diretor de polícia científica, o comandante dos bombeiros, e seu diretor-geral de operações e seus respectivos stafs, inclusive de planejamento. É importante notar que o governador, recuperando a capacidade da máquina pública de dar respostas, do ponto de vista efetivo, através da Secretaria de Planejamento, realizou concurso para gestores de carreira, que foram distribuídos para as Secretarias. A Secretaria de Defesa Social recebeu cerca quarenta desses gestores, técnicos fundamentalmente vinculados à execução das políticas. Isso é importante porque permite transformar essa linguagem em algo cotidiano para os gestores policiais, transformando-a numa linguagem para o governo todo - uma linguagem bastante específica, mas padronizada, baseada em indicadores e critérios de monitoramento e avaliação para toda área de segurança.

Isso foi fundamental para dar capacidade de gestão para a área de segurança quando ela não tinha capacidade de gestão. Esta gerência, por território, somente foi possível porque para cada qual tinha um gestor, que funcionava como um assessor dos delegados - da polícia militar e da polícia civil. Havia também o gestor sênior, nomeado pelo governador, que normalmente vinha de uma área importante do governo e que já tinha tradição de gestão - como a Secretaria da Fazenda - para coordenar, juntamente com o secretário de área, o Secretário de Defesa Social, os mecanismos de gestão. Articulamos o comitê gestor com as linhas de gestão do Pacto pela Vida.

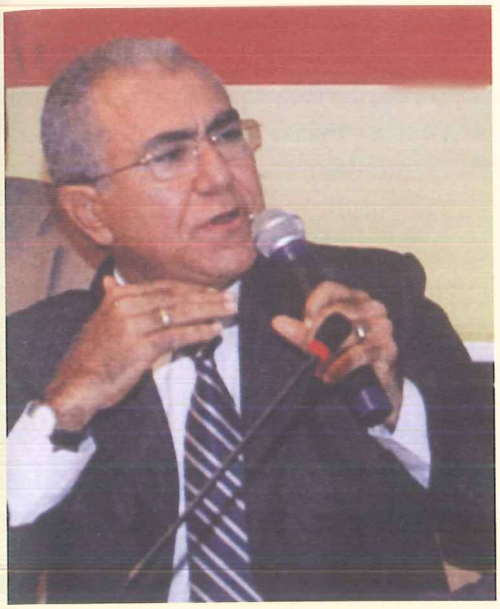
A câmara de prevenção social está voltada para prevenção no nível primário, secundário e terciário. Tem que trabalhar com o crime na sociedade; cuidará da prevenção para que pessoas, que já praticaram crimes, não pratiquem de novo, e as pessoas que foram vítimas não sejam vítimas novamente, e as que não praticaram e não foram vítimas, não tenham chance de fazê-lo. A Câmara de administração prisional cuida da custódia e das suas diferentes dimensões e do impacto que produz no Ministério Público e no Judiciário, já que sabíamos que, no curto prazo, a capacidade de resposta de reduzir o homicídio, crime violento, letal e intencional em Pernambuco nos obrigava a atuar principalmente na redução da impunidade, que tinha um aspecto subsistêmico e que precisava ser trabalhado de forma racional e científica, mas politicamente capaz - gerencialmente capaz.

Gestão territorializada: vinte e seis áreas integradas de segurança de Pernambuco - cinco na capital, cinco da região metropolitana, dezesseis no interior e oito territórios. Era importante e essencial interiorizar e focar naquelas áreas que tinham mais homicídios. São setenta e sete focos de atuação que, muitas vezes, são em municípios ou áreas intermunicipais, cinco áreas na capital - as áreas com maior número de homicídios, e aquelas que têm mais processos, que rodam com mais intensidade, e sobre elas é que interferimos inicialmente, à medida que o modelo se construiu e pode ser fortalecido.

Conclusão.

É fundamental o envolvimento do nível central para garantir a governança do Pacto pela Vida. Controle de recursos e da capacidade de produção de impacto nas organizações gerando mudanças, só pode vir se o nível central de governança estiver envolvido.

Nossos desafios são o aprofundamento, a reprodução e ampliação do modelo, especialmente do plano preventivo no sistema prisional e na integração com o sistema Judiciário e Ministério Público, para evitar os perigos da rotinização, da acomodação e dos processos naturais de migração do crime. A gestão integrada tem efeito no curto prazo e é factível dentro do atual quadro institucional. A sustentabilidade depende da capacidade de integração intersetorial, tanto do plano repressivo, quanto do preventivo e dos mecanismos permanentes de articulação com a sociedade e os outros poderes, especialmente com os municípios.



José Nival Freire da Silva

Secretário Adjunto da Secretaria de Segurança Pública - Ceará

O Ronda do Quarteirão é um projeto que está tendo uma aceitação popular muito grande, porque o viés é justamente o da integração. Não se faz mais polícia sem interação com a sociedade.

O projeto Ronda do Quarteirão teve impacto em outras áreas da segurança pública. É uma ideia inspirada do governador Cid Gomes, que nasceu durante a visita dele a uma comunidade e que, posteriormente, foi operacionalizada por setores da segurança pública, comandados pelo Coronel Brasil juntamente com a equipe da segurança pública.

Fortaleza - a região metropolitana - é dividida em quadrantes. Sabíamos que, com policiais presentes, o número de prisões iria aumentar, seria normal que isso acontecesse. O primeiro momento foi justamente para fortalecer nossos polos plantonistas, nossas delegacias 24h. Elas passaram por um reaparelhamento da parte estrutural para garantir o caráter de celeridade do Ronda. Passados 5 minutos do atendimento, a informação passa para o 190; se alguém for preso, irá para a delegacia. Apenas um policial permanece como testemunha juntamente com outra testemunha da polícia civil. Os demais retornam para sua área para que não se perca a essência do Programa, que é justamente a celeridade e presença junto à comunidade.

O Ronda também chegou no interior. Para a formação unificada de todos os policiais (civis, militares, bombeiros e também os peritos), foi criada uma academia estadual de segurança pública e extintas as academias existentes. Esta ação fortaleceu a união das polícias,

o que garantiu as conquistas, os êxitos alcançados. Esta academia faz contextualização e a formação com uma matriz curricular comum, e depois, logicamente, cuida das formações específicas - quem for ser bombeiro, a partir de determinado momento, segue a sua orientação, e a mesma coisa para o inspetor, e o delegado.

Houve também investimentos na inteligência policial, fortalecendo a perícia forense e a polícia científica, para que a investigação, unida com a perícia, consigam elucidar os crimes. Chegamos, nesses quatro anos, a investir, somente com os recursos do tesouro, aproximadamente R$ 400 milhões na área de segurança pública.

Priorizamos unificar a identidade desses polos plantonistas. Logo no início do governo foi feito um concurso nacional para que a delegacia de polícia, no Ceará, tivesse uma identidade, acabando com a situação existente - prédios diferentes, improvisados. Agora, têm a identidade do governo do Estado, facilitando o acesso das pessoas. Não houve somente o fortalecimento do aspecto físico, mas também no aumento do efetivo. Essa modernização passou também pelos equipamentos tecnológicos e de informação. Foram recuperadas vinte e cinco delegacias especializadas, com ênfase nas delegacias polos; aumentamos o número de funcionários e a capacidade de atendimento na parte de tecnologia, viabilizando um atendimento rápido. Temos hoje sete delegados, vinte inspetores, doze escrivães.

Num segundo momento, priorizamos o fortalecimento da perícia. Foi criada a perícia forense do Ceará, que despacha com o Secretário de segurança, a polícia militar, polícia civil, corpo de bombeiros, e a academia também.

Estamos conseguindo fazer, com a polícia forense, que o índice de criminalidade, homicídios de autoria desconhecida seja conhecido. Sem isso, se reforça a questão da impunidade. A perícia forense tem um viés, tem uma questão que é importante para a investigação e para a polícia – tem um conteúdo social. Não é admissível que tenhamos em uma cidade, distante 600 km, a ocorrência de um homicídio, uma violência e somente três horas depois um rabecão apareça para remover o corpo que está lá estendido. O governo do Estado está fazendo com que esse tempo diminua em respeito ao ser humano que não pode ficar três, quatro horas estendido no meio da rua, esperando chegar um carro do Estado.

Priorizamos também investimentos em equipamentos e viaturas, pois a topografia do sertão do Estado do Ceará, que difere dos outros Estados, tem praia, sertão e serras, o que torna necessária a compra de veículos resistentes a essa topografia. Por último, equipamos o Instituto de Identificação, que expede agora documentos com a mesma tecnologia que a Polícia Federal usa para expedir os passaportes; a carteira de identidade é fornecida com foto escaneada. Os documentos são expedidos na hora e gratuitamente.

Fortaleza, a 5ª capital do Brasil, não tinha divisão de homicídios, fazendo com que tivéssemos um nível de homicídios esclarecidos muito baixo. Temos hoje uma estrutura muito boa, moderna, inaugurada recentemente, e nosso índice para crimes esclarecidos já

está atingindo 50%. Ainda acho pouco, mas estamos no processo de comparecer ao local do crime, fazer o levantamento, com condições de fazer realmente um trabalho muito bom.

Temos uma escala de sete delegados, e poucos inspetores. Haverá a contratação de mais 800 inspetores para a polícia civil, além do pessoal terceirizado para guardar a estrutura, que é muito pesada.

O Ronda está indo para o interior, o que é vital, pois tínhamos uma realidade muito cruel: quando o governador assumiu existiam, no interior do Estado, em 184 municípios, somente 44 delegacias; estão sendo construídas 50, totalizando 94 unidades.

Estamos trabalhando com a interiorização desse padrão, com essa identidade visual para as pessoas facilmente chegarem às delegacias. As pessoas tinham e aversão às unidades do modelo anterior. Hoje, em muitos municípios, as delegacias de polícia são os prédios mais bem estruturados - as pessoas chegam até a tirar fotografia. Nos municípios onde essas delegacias são instaladas também instala-se a infraestrutura do delegado, do cartório, do inspetor, além do apoio da polícia militar, do gabinete do comandante do destacamento.

Agora, as delegacias construídas no interior, com o terreno cedido pelo município, recebe todos os equipamentos do Estado.

O governador assumiu, em 2007, e, logo em fevereiro, trouxe a defesa civil para o corpo de bombeiros, como manda a Constituição, porque é necessário o pessoal aquartelado para enfrentar qualquer situação. Em cumprimento à medida constitucional vamos atender de modo muito mais qualificado: foi criado o FDC - Fundo de Defesa Civil - no valor de R$ 5 milhões, para fazer frente àquelas despesas. O Corpo de Bombeiros está organizando um trabalho social com o pessoal da terceira idade e com os surfistas, que também são treinados, sendo voluntários nessas ações da defesa civil.

Queria falar de quanto o governador já fez durante a sua gestão. Temos 4.085 soldados, porque o Ronda fez com que o governador tivesse mais atitude para dar essa capilaridade também para o interior, com 106 delegados, 225 escrivães, 76 bombeiros, 76 peritos forenses, 40 auxiliar de perícia – isso para que fosse possível fazer frente àquela modernização de que falamos no início. De 1999 a 2002, foram investidos R$ 44 milhões; de 2003 a 2006, R$ 69 milhões; de 2007 a 2010, até agora, R$ 384 milhões, apenas com os fundos do tesouro.



Coronel Joel Brasil

Secretário - Executivo da Secretaria de
Segurança Pública do Ceará

Programa Ronda do Quarteirão.

Em 2006, o governador Cid Gomes encontrou um Estado onde os índices de criminalidade eram muito elevados. Consequentemente, uma sensação de insegurança muito grande e uma demanda reprimida da coordenadoria integrada de operações de segurança de 1.800 a 2.000 ocorrências. As pessoas procuravam o sistema de segurança e não eram atendidas. Foi feita uma pesquisa interna dentro da área da segurança pública e constatou-se que a insatisfação da população, em relação aos órgãos da segurança, era muito grande. Já não acreditavam mais, já não procuravam mais; nossas estruturas operacionais e logísticas estavam totalmente destruídas; não atendiam nem as necessidades das instituições que fazem a polícia militar e a civil e o corpo de bombeiros, como também a própria sociedade.

Surge a ideia de construir um programa, o programa Ronda do Quarteirão, um programa de policiamento comunitário ostensivo e preventivo, com patrulha 24h, oferecendo mais comodidade e segurança à população. Além disso, uma transformação gerencial na maneira de se fazer polícia. Aproveitamos a oportunidade para fazer uma transformação gerencial. Traçamos os objetivos em relação àquele quadro; tínhamos obviamente que diminuir o número de ocorrências, e o atendimento interligar e interagir com a comunidade, para que as tivessem novamente a sensação de segurança, com a diminuição, em longo prazo, dos índices de criminalidade, melhora na qualidade do atendimento e na autoestima do policial militar. O quadro que se encontrava era tão perverso que os próprios policiais estavam frustrados nas suas atividades, já não tinham mais comprometimento.

Pensamos em um grupo especial de trabalho, formado pelos integrantes da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Perícia Forense, representantes da Secretaria de Segurança Pública, Coordenadoria Integrada de Segurança e da nossa Coordenadoria de Operações, nos reunindo pelo menos uma vez por semana. Procuramos entender quais eram os problemas e como fazer para superá-los. Designamos um coordenador para controlar, coordenar e para ser o elemento de ligação entre esse grupo e o grupo gestor - o Comitê Gestor Intersetorial, formado no gabinete do governador - e com direta dele nas decisões. Participavam do comitê: o Chefe da Casa Civil, o Secretário Chefe do Gabinete do Governador. As reuniões eram semanais e contavam com a participação, em algumas delas, de representante da Procuradoria Geral do Estado, da área de marketing do Gabinete do Governador, do Comandante Geral, ou superintendente da Polícia Civil, e também o Perito Geral da Polícia Forense. Todos sabiam o que estava acontecendo e o que tinha que acontecer; todos discutiam diretamente com o governo do Estado e tudo era repassado para o grupo especial de trabalho. Então, as tarefas e as discussões eram repassadas para todos e, com isso, diminuímos as resistências.

O programa foi baseado em três pilares fundamentais: tecnologia, investimentos em policiais e na população. Na área da tecnologia, foram compradas viaturas novas que possuem um sistema de acompanhamento por GPRS ou GPS, de maneira que se pode saber o local onde ela está, facilitando muito o controle de deslocamento da viatura, e da sua melhor rota e o quanto gasta com combustível. Colocamos um terminal móvel de dados para qualquer pessoa que chegar próximo a essa viatura tenha todas as informações necessárias dos veículos furtados, pessoas desaparecidas, pessoas envolvidas ou não com mandato de prisão. Investimentos estão sendo feitos em nossa radiocomunicação. Tivemos que montar uma sala de vídeomonitoramento para recebermos todas as informações dessas viaturas, que têm três turnos de trabalho; todas são monitoradas; todas possuem câmaras embarcadas, com imagens transmitidas online para o nosso vídeomonitoramento. Foi criada uma cerca eletrônica para a área onde essas viaturas têm de permanecer. O vídeomonitoramento consegue também interagir com as viaturas, caso seja necessário algum apoio.

Outro ponto interessante: o governador, na sua campanha, disse que colocaria, nas viaturas, um telefone celular para que a comunidade, a população pudesse falar diretamente com essa viatura. Concluímos que perderíamos muito, pois a viatura pode estar num lugar e o policial noutro. Conseguimos então, juntamente com a telefonia local, desenvolver esse sistema em que, na área de Fortaleza, qualquer pessoa que ligar para o número 3457 - e mais o número da viatura - falará sim com a viatura; mas, o melhor disso é que essa ligação funciona como um ramal – primeiro passa pelo nosso centro de operações de segurança que grava a ligação em nosso banco de dados. Apesar de não ter interferência do sistema - quem atende na ponta é o policial -, a partir desse acompanhamento conseguimos identificar as ocorrências que, muitas vezes, alguns policiais deixam de fazer. Existe um telefone fixo e um monitor de sete polegadas que passa todas as informações e imagens das viaturas. Quando mandamos a ocorrência para essa viatura, naquele monitor de sete polegadas vai aparecer

o local onde a viatura se encontra, o local onde a ocorrência está aparecendo, o tempo e o melhor itinerário que ela terá de fazer; a equipe sai sabendo de antemão por onde irá e como fará aquela abordagem no local. Perto do retrovisor temos as duas câmaras: uma filma internamente a viatura, a outra externamente; uma câmara atrás e uma câmara interna, dentro da cela do compartimento de presos. Todas as imagens são remetidas para nosso centro de operação de segurança.

Quando a viatura sai dessa "cerca eletrônica", o centro de operações é informado e vamos saber o por que. Obviamente que quando passar próxima à fronteira e for solicitada pela população, a viatura atenderá o chamado e, em tempo real, estaremos informados e saberemos o que está acontecendo. Caso haja algum problema com as viaturas, teremos um suporte de viaturas reservas para fazermos as substituições – sempre uma viatura idêntica à que está saindo, com a mesma numeração, o mesmo telefone, recebendo todas as informações e com os mesmos policiais. Existem sensores em toda a viatura, somos informados sobre tudo o que acontece com ela – temos a informação online. O centro de operações está instalado em um batalhão – um dos doze batalhões da polícia comunitária que criamos.

Fizemos convênio com a UNB – Universidade de Brasília - e mudamos o perfil do curso de formação dos policiais, dividindo-o em três fases, todas eliminatórias, com provas específicas, exames médicos e formação. No treinamento, preparamos os policiais utilizando policiais antigos, que já trabalhavam e estavam em atividade, criando uma espécie de seleção interna, com aqueles que queriam mudar, trabalhando dentro dessa filosofia da polícia militar, diretamente com a sociedade, atendendo aos anseios locais daquela sociedade. Criamos uma nova forma de fazer o policiamento. Fizemos também uma parceria com a FIC - Faculdade do Ceará, que se responsabilizou por toda a parte da mediação comunitária e relações humanas; a parte militar, digamos, o uso da força e da abordagem policial, é dada por

Em relação à população, também tivemos que capacitá-la para que entendesse o que estava acontecendo. Estabelecemos parcerias, reforçando nosso conselho comunitário de segurança e, hoje, temos mais de 400 lideranças que participam do nosso conselho. Antes de lançar o programa chamamos a comunidade, verificando quais as demandas em relação ao policiamento, quais as necessidades, o que se esperava de um policiamento ostensivo na região. Os líderes comunitários, que também foram capacitados, passaram a ser multiplicadores do que pretendíamos, e queríamos fazer.

Fizemos a implantação do programa em três fases: na primeira, um projeto piloto, escolhemos cinco áreas da região de Fortaleza e da região metropolitana, levando em consideração o tipo de incidência criminal de cada local, a economia, a classe social da população e a topografia do terreno. Analisamos as especificidades. Por exemplo, se é um bairro rico, de crescimento vertical muito forte, a tipicidade criminal é mais direcionada aos furtos e roubos de veículos, principalmente nas vias secundárias, por trás da avenida beira-mar. Na região central, completamente diferente, com fluxo muito grande de pessoas, predomina o furto de celulares, na fila de ônibus, com aquele empurra-empurra. Fomos também para

o bairro violento, com um terreno muito ruim, com a ocorrência de crimes relacionados à droga, tráfico de drogas, homicídios, violência familiar, agressões físicas. Fomos também a um bairro de classe média, com topografia favorável, região que os marginais utilizam como via de passagem. Também fomos a uma cidade dormitório, onde predomina a violência contra a residência.

Começamos acompanhando a estatística desses cinco locais para traçarmos uma média e estabelecermos um padrão de atuação dentro do programa. Em seguida, ampliamos o projeto para três municípios da região metropolitana, colocando mais setecentos policiais e cento e vinte e duas viaturas - cada viatura representa uma área do Ronda. Na terceira fase, ampliamos o programa Ronda para todo o Estado do Ceará. Hoje, temos quarenta e sete municípios atendidos - o planejamento inicial era atender Fortaleza e a região metropolitana, mas a Assembleia, e demais prefeitos, reivindicaram que ampliássemos o programa até cidades com população superior a 50.000 habitantes. Para as cidades menores estamos desenvolvendo um outro programa, o Agente de Segurança, que estimula a criação das guardas municipais que trabalharão em conjunto com a polícia na questão da segurança. Temos duzentas e cinquenta e nove viaturas já distribuídas, todas elas com os itens já descritos anteriormente.

Há fatores relevantes para aplicação do programa. Primeiro, o reaparelhamento da polícia civil; seria impossível prepararmos policiamento ostensivo, que aumenta o número das pessoas presas, com uma demanda muito grande, sem reaparelhar a polícia. Foi uma oportunidade de melhorarmos o policiamento ostensivo, a presença da polícia e também reaparelhar a polícia civil, pois é fundamental a viatura permanecer 24 horas na área assistida. Também a reunião do grupo gestor foi fundamental, com a participação de todos que comandam as Instituições, para que pudéssemos mudar algumas práticas.

Tivemos alguns projetos que surgiram espontaneamente: a ronda nas escolas foi premiada por mérito funcional pela Secretaria de Planejamento e Gestão; no dia dos funcionários públicos, comemoram e reconhecem aqueles projetos executados que trazem benefício à sociedade; os soldados que trabalham no programa, por iniciativa própria, criaram o Turminha do Ronda. Eles batem nas escolas, conversam com os Diretores e discutem os assuntos, através de marionetes e brincadeiras, com os alunos e as pessoas que ali estão - tem surtido grande efeito no despertar da cidadania nas pessoas; o Ronda Cultural é do pessoal que gerencia o programa. Ele tenta falar a linguagem dos jovens, porque a maioria dos jovens, hoje, de 14 a 22 anos, está envolvida com drogas. Então, esse programa estimula e conversa na mesma linguagem desses jovens, conversa com eles através do Hip Hop, com o grafite, verificando como chegar e se aproximar deles; existe o programa desenvolvido para o turismo, dando maior assistência à beira-mar. Havia um problema muito grande de violência; a estrela da cidadania também é um programa agregado, criado pelos próprios policiais, por um capitão. Eles vão às escolas, conversam com as pessoas e, se houver, por exemplo, vinte alunos com alguma dificuldade em de matemática, o policial capacitado nesta matéria ministra aulas para os alunos. Ele conversa, interage e fica conhecido. O mais interessante é

que está sendo feito voluntariamente pelos policiais. É mais uma conscientização, mudança de pensamento. A comunidade entende que a polícia está ali para servi-la.

Esse telefone, coligado com o terminal do computador, juntamente com um centro de acompanhamento bem montado foi fundamental para diminuirmos o número de casos. As visitas comunitárias são interessantes, nunca tinham acontecido. As pessoas estão satisfeitas, pois o policial fala com cada um, se apresenta, entrega o ímã de geladeira, conversa com as pessoas, e isso tudo é acompanhado. O melhor é a visita solidária: se acontecer algum transtorno, por exemplo, pela manhã, se a equipe não consegue resolver, o turno da tarde visitará aquela pessoa, dirá que está lá, dirá o que está sendo feito. Essa reunião comunitária permanente também é fundamental no CCDS para avaliarmos o programa partindo da sociedade.

Não é um programa que surgiu e está pronto. Sofrerá ainda muitas modificações, está crescendo a cada dia e pretendemos ainda chegar em um patamar que seja o ideal.

Temos enormes dificuldades quanto ao processo licitatório. Para comprarmos os equipamentos necessários, temos que tomar muito cuidado, fazendo processos bem feitos, pois sabendo fazer as especificações não precisamos comprar o que é ruim. É fundamental fazer um processo licitatório muito bem feito, com uma equipe de gestores bem preparada, enquanto os profissionais de segurança estão nas ruas trabalhando diretamente em suas atividades. A gestão deve ficar ligada aos profissionais de gestão.

É necessário cuidado com o isolamento profissional, para que estas equipes não pensem que são melhores do as demais, assim como é necessário também cuidado com a inexperiência do efetivo policial. Corríamos esse risco porque estávamos recebendo pessoas inexperientes e colocando-as para exercer a atividade. Conseguimos fortalecer a cultura profissional e, desse modo, resgatar o sistema de segurança que, no Ceará, hoje, funciona muito bem, de modo integrado.

Visibilidade do sistema de segurança pública: hoje, temos uma identidade visual, as pessoas sabem o que é uma delegacia, onde é, qual é o carro da polícia militar, e qual é o seu fardamento.

Resultados, já temos: latrocínios, desde o começo do programa, conseguimos reduzir substancialmente; furto de veículos, também reduzimos; roubo às pessoas, as pessoas começaram a acreditar e elas começaram a denunciar. Hoje, estamos descendo e continuamos descendo; o roubo à residência idem - subimos, mas depois descemos. O mais importante é que o programa Ronda do Quarteirão é apenas mais um programa dentro de todo o sistema de segurança pública. Ele vem, acima de tudo, combater os crimes de baixo potencial ofensivo. Fizemos uma pesquisa analisando o que mais incomoda as pessoas que destaca os crimes contra a pessoa, a violência familiar, a agressão de vizinho, de trânsito, em detrimento até dos crimes contra a propriedade e do homicídio.

Outras ações estão sendo implementadas no Ceará, desde a construção da divisão de homicídios, a organização de uma equipe de inteligência. Também é fundamental t uma estratégia de divulgação para que sociedade entenda o que está sendo feito, para que ela acredite no que está sendo feito.

Painel política de transparência e participação







Ricardo Dantas

Secretário Especial da Controladoria
Geral de Pernambuco

Introdução

Quais são as principais consequências de se ter transparência, principalmente, no setor público? Primeiro ela leva acesso à informação, e por consequência fomenta o controle social, um é consequência do outro, transparência e fomento social. Outra conseqüência natural da transparência é a prevenção da corrupção, porque na hora que os gestores eventualmente mencionados saibam exatamente que todos os dados estão disponíveis ao acesso público isso previne uma possível corrupção, que nunca vai se acabar mas vai ser reduzida.

Quanto ao ordenamento jurídico pode-se dizer que já temos um arcabouço extenso. No primeiro momento com a Constituição de 1988 quando ela coloca como um dos princípios da administração pública o princípio da publicidade, onde os atos para serem convalidados precisam ser publicados. Outro ponto importante também presente na Constituição é o reconhecimento do acesso à informação como um direito fundamental. No caso da Constituição os ordenamentos tratam de princípios e de direitos de maneira geral, mas não são objetivos o suficiente, obrigando que o gestor tome atitudes concretas.

Na tentativa de se dar alguma objetividade e concretude aos processo de transparência no setor público, a Lei de responsabilidade fiscal de 2000, elencou um mínimo de demonstrativos que seriam obrigatoriamente publicados pelos gestores, tanto pelo município, como pelos Estados e pela União. Alguns desses demonstrativos seriam: o PPA - Plano plurianual, a LDO - Lei de diretrizes orçamentárias, as LOAS - Leis orçamentárias anuais,

a prestação de contas do gestor, os relatórios resumidos das execuções orçamentárias e a inovação da própria Lei de responsabilidade fiscal, chamada de relatórios de gestão fiscal.

Esses instrumentos, no entanto, ainda não eram suficientes porque não entravam no detalhe da execução orçamentária e financeira, não especificavam o detalhe da receita e muito menos da renúncia de receita, é então que se elabora a Lei Capiberibe, a Lei complementar nº 131, de 2003, que aponta balizamentos concretos que avançam em relação ao que se tinha previsto no PPA e na Lei de responsabilidade fiscal.

A Lei Capiberibe foi regulamentada pelo Decreto nº 7185 de maneira que alguns de seus conceitos foram definidos pelo Decreto. A Lei fala, por exemplo, que a informação da execução orçamentária e financeira tem que ser dada em tempo real. Para que isso fosse possível, com o número de acessos que se tem hoje no governo federal e no governo estadual, o custo para implantação desse conceito de tempo real, com esse imediatismo, seria muito alto e o Decreto traz o conceito do tempo real como sendo o 1º dia útil subsequente ao registro do ato praticado no sistema, nos dando 24 horas. Nos portais de transparência temos portanto, tudo que foi realizado até a meia-noite do dia anterior. A Lei ou o Decreto trouxeram também uma coisa, que nem a Lei de responsabilidade fiscal, nem a Constituição, traziam: o prazo de implantação.

E experiência concreta de Pernambuco

Feita esta introdução, pode-se discorrer sobre a experiência concreta do Estado de Pernambuco na área de transparência. Não se trata de uma ação por obrigação, mas sim por convicção, e isso está muito bem ilustrado no discurso de posse de Eduardo Campos, em janeiro de 2007: *"(...) a administração estadual será transparente. As contas do Estado serão disponibilizadas a todos os cidadãos via internet.(...)".*

Na tarde do dia 01 de janeiro o governador já convocou a todos e no dia seguinte instituímos um grupo para implantação do portal de transparência. O portal é uma dentre outras inovações adotadas pelo governo de Pernambuco desde o início. Outra delas é o controle interno, estruturado fora da Secretaria de Fazenda, uma tendência inaugurada pelo governo federal que vem sendo adotada pelos Estados, que acaba criando um órgão fora da secretaria ligado direto ao governador.

Eu, enquanto presidente dos órgãos nacionais de controle interno, junto com o senador Renato Casagrande, também do PSB, em 2009, levamos aos senadores esse pleito dos Secretários de controle de todo país, para propor uma PEC reconhecendo alguns balizamentos do controle interno. Primeiro, a necessidade de se criar uma carreira específica para o controle interno, um órgão vinculado diretamente ao governador, e de se estruturar minimamente quais seriam as funções desse controle interno. Elencamos, portanto, quatro macro-funções, são elas: a de auditoria, corregedoria, controladoria e ouvidoria. Quando falamos de transparência, falamos de duas dessas macro-funções. A primeira dela é a de

controladoria, que tem a função do controle interno voltado a subsidiar os gestores, em qualquer nível, a partir do fornecimento de informações estratégicas, produzindo informações para dentro e para fora do governo. Nos entanto dar transparência a esses dados não era o suficiente, por isso a importância do que nos traz o senador Capiberibe: o fomento ao controle social. Temos assim, uma outra macro-função garantida, a de ouvidoria, permitindo que os cidadãos sejam ouvidos, porque não adianta só dar o acesso à informação, voltando as costas ao cidadão.

Nesse mesmo discurso de posse do governador Eduardo Campos, em 2007, ele dizia que queria um modelo de gestão onde o cidadão fosse um ator capaz de contribuir com a melhoria da qualidade dessa gestão e isso só seria possível se tivéssemos um canal direto com os cidadãos, tendo como principal porta de entrada o canal da transparência. O portal, nos diversos governos, é um veículo duplo, que dá acesso à informação e também serve para ouvir a sociedade.

No caso específico de Pernambuco temos uma rede de ouvidoria, o SOU, um *softwear* único, que se comunica com todas as ouvidorias que estão interligadas, e o acesso é feito via o portal da transparência. A partir dessa ferramenta, portanto, podemos exercitar tanto o acesso à informação para a população, ouvi-la sobre qual é sua avaliação sobre o governo, quais são suas críticas e sugestões para a melhoria da gestão.

Criou-se também um portal para o cidadão e para os órgãos públicos de qualquer esfera do poder, que queiram se informar e acompanhar as ações e as contas do governo do Estado de Pernambuco. Os principais objetivos seriam acesso à informação sem burocracia e sem necessidade de senha ou cadastro, com a informação em linguagem acessível. Em consonância com a Lei do senador Capiberibe, não se deve haver burocracia, nem entraves para o acesso a essas informações. Nesse sentido, temos também no portal um glossário, disponível para a população, para que ela entenda os conceitos e informações apresentadas. Se, por exemplo, alguém não souber o que é "liquidação", quando passamos o *mouse* em cima da palavra, podemos clicar e aparece o conceito, sob o ponto de vista da legislação administrativo-financeira.

Voltando à lei do Senador Capiberibe, vamos observar seus principais pontos de avanço e contribuição. Uma das grandes novidades foi o tempo real que demandou dos Estados investimentos, em informática principalmente, para que disponibilizasse aos cidadãos informações sobre a execução orçamentária e financeira no primeiro dia útil após a ação executada. Na área da despesa, enquanto tínhamos pela Lei da responsabilidade fiscal, apenas os demonstrativos do orçamento e os demonstrativos contábeis, a Lei vai inovar para descer no detalhe da despesa, de maneira que temos o valor do empenho, o número, a liquidação, o tipo de pagamento, dentre outros detalhes.

Outra grande novidade é a indicação do beneficiário do pagamento, seja pessoa física ou jurídica, e a única exceção é para o caso da remuneração na folha de pagamento

de pessoal, ativos e inativos e pensionistas. O número, a data e modalidade do empenho, modalidade da licitação, número do processo de licitação, e o espelho do empenho, são algumas das informações mais detalhadas que mostram o item gasto, e pode-se ter, também, várias formas de consultar a despesa: pelo grupo de despesa, e dentro de cada grupo pode-se ver item por item; pelo nome do credor, entre outros.

Mais uma importante inovação é o detalhamento da receita, onde podemos apresentar por órgão que arrecada e por unidade gestores. Por exemplo, podemos entrar no detalhe da taxa que a polícia civil cobra para policiar bares e restaurantes. Depois pode-se ter também uma visão sobre a arrecadação prevista e a executada até um determinado momento.

No caso específico de Pernambuco, na disponibilização de todas essas informações, não fazemos apenas o que a lei exige, mas trabalhamos também com séries históricas, temos de 2002 a 2010 por exemplo, todos os dados disponíveis para todas essas consultas. Esse é um diferencial do portal de Pernambuco, e é um dos que têm a maior série histórica dentre os Estados, inclusive maior do que a própria União, com a possibilidade de consultar por liquidação, poder, órgão e por unidade gestora. Outra facilidade do portal de Pernambuco, que vai além da lei, é a facilidade de navegação e a interação com o usuário, em um canal direto com a ouvidoria geral do Estado.

Outro destaque muito importante no que se refere às políticas de transparência no governo de Pernambuco é o projeto Cidadão, cujo objetivo é o de fomentar o controle social, trazendo sempre mais e mais informações de interesse do cidadão. Como por exemplo, no caso das escolas públicas, informações sobre os horários de aula, com o nome de cada professor e o horário que eles tem que estar na aula, para assim monitorar se o professor está ou não dando aulas. Informações sobre a merenda escolar, entre outras de relevância para o cidadão.



João Alberto Capiberibe

Senador – PSB/Amapá

Uma reflexão sobre os antecedentes e fundamentos da transparência no setor público

Queria remontar ao Brasil do império, em 1808 com a chegada da família real. D. Maria e o príncipe regente D. João na fuga deixam Lisboa para trás, com 12-15.000 pessoas no cálculo feito pelos historiadores. Eles chegaram no Brasil, primeiro em Salvador e depois no Rio de Janeiro, instalaram-se, e viveram em torno de 12 anos. Ao longo desse tempo o governo sustentou todas essas famílias, fornecendo alimentação, tudo por conta da cantina real. Estou falando isso para mostrar que o patrimonialismo com o qual convivemos até hoje, esta confusão entre público-privado na sociedade brasileira,teve origem lá atrás. Atravessamos o império sem grandes modificações e até a Proclamação da República, em 1889, que representa um fato marcante, chegamos até o final do século 19 com uma sociedade brasileira republicana organizada por pouquíssimas pessoas. Como foi organizada por poucos, e porque foi organizada por poucos, uma das primeiras medidas da Constituição republicana de 1891 foi excluir o voto dos analfabetos. Ora não tínhamos ainda IBGE naquela época, mas o primeiro senso indicava que 88% da população era analfabeta. Então foram excluídos do voto, e ao longo do século 20 não votaram, os analfabetos (até 1985) e as mulheres (até 1932. O que significa dizer que o Estado republicano brasileiro foi organizado por menos de 5% dos brasileiros, a nata da elite, organizando o Estado para si, para usufruir desse Estado. Como o que acontece até os nossos dias, porque ainda temos um grave problema na sociedade brasileira da falta de controle dos gastos públicos.

Isso é comum, eu estava vendo um balanço do banco do povo do Amapá, que foi acumulando prejuízos nesses anos todos, com 2 anos de lucro permanente e depois a gestão temerária tomou conta e liquidou o banco, e fica por isso mesmo, porque há um entendimento de que a corrupção e a impunidade são uma instituição. São raríssimas as punições para esses crimes no país. Então como a república foi organizada por poucos, não havia como prestar contas da contribuição do cidadão.

Apenas muito depois universalizou-se o direito ao voto, mas ficou a cultura da falta de controle social dos gastos públicos e da sonegação de informação por parte d Estado. Nesse sentido, com a democracia, demos vários passos. Como foi demonstrado aqui, um dos mais importantes avanços foi a Lei de Responsabilidade Fiscal, incrivelmente combatida pelos governos de esquerda da época. Eu fui o único governador que apoiei a Lei desde o nascedouro, e nossos companheiros - na época eu era governador do PT - eram radicalmente contra.

Esse é o grande problema da sociedade brasileira, a falta de controle social. O cidadão vota em seus representantes e um mês depois boa parte deles não se lembram em quem votou. Se levarmos em conta que a carga tributária no Brasil é muito semelhante à carga tributária da Alemanha e do Canadá, mas quando você olha a estrutura desses países construídas com recursos do contribuinte, e a estrutura do Brasil existe uma grande diferença. Para se ter uma idéia, a Alemanha tem um sistema viário mais extenso do que a brasileira, e quantas Alemanhas não cabem dentro do Brasil? Umas dez. Mostraram, também, claramente que tiveram uma preocupação com a profissionalização da burocracia estatal, desde o século XIX, quando a primeira coisa que fizeram foi profissionalizar, um pouco do que vejo do esforço que o governo de Pernambuco está fazendo para profissionalizar a burocracia estatal.

No Brasil, quando o governo muda saem praticamente todos os gestores, eles são trocados porque são todos cargos de confiança, não tem carreira pública na carreira do Estado, para a administração pública brasileira, à exceção do Judiciário, e agora um pouco do Legislativo. Isso termina fazendo com que não se tenha de fato exercício permanente do controle social.

A transparência e o controle social na prática

Queria dar alguns exemplos do que é possível ser feito com as informações prestadas aqui no portal do governo de Pernambuco. Vou dar exemplo de uma auditoria visual. Depois de aprovada a Lei, promulgada, que passou a vigorar esse ano, porque havia prazo de um ano para que os Estados pudessem se adaptar, colocar seus portais, organizando seus bancos de dados - as prefeituras também entraram esse ano, as prefeituras com mais de 100.000 habitantes também são obrigadas a expor em tempo real. A Lei é clara, no sentido de que todos entes públicos do Executivo, Legislativo e Judiciário, têm que tornar seus gastos transparentes.

A Lei Complementar hoje é parte integrante da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei 101/2000. Queria alertar porque estabelecemos na Lei uma cláusula, obrigando os entes públicos a colocarem suas despesas e receitas na Internet e estabelecemos uma punição a mais do que existe na Lei de Responsabilidade Fiscal. No artigo 73 mostra, as infrações dos dispositivos desta Lei Complementar que serão punidas, segundo o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 o Código Penal. Portanto o gestor pode ser condenado à prisão. Acho muito difícil isso no Brasil, mas na medida em que a sociedade se organiza e exerce controle, é melhor não duvidar. A Lei no 1.079, de 10 de abril de 1950, o Decreto-Lei no 201, de 27 de fevereiro de 1967, bom, então existem punições duras para quem não apresentar sua receita de acordo com o que determina a Lei, em tempo real, com o detalhamento que já foi descrito aqui, incluindo o nome do fornecedor, tipo do produto, descrição, valor unitário, valor global e tudo aquilo que vimos do governo de Pernambuco. E agora com a lei da ficha limpa isso é complicadíssimo. Não é meu caso, entrei nessa Lei por outras razões, mas se o gestor for condenado pelo Tribunal de Contas, ou então por qualquer colegiado, ele vai ficar impedido de se candidatar, e aí o descumprimento pode fazer com que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, seja parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar nº 131, de 2009.

Vou dar exemplo de uma auditoria visual, faço isso muito no ***twitter***. Entro no portal dos Estados e vou levantando algumas informações, e depois mando mensagens para quem é do Estado, e já fiz isso várias vezes em alguns Estados, no Maranhão, por exemplo, quando descobri que a governadora tinha adquirido 600 litros de uísque. Já falo sobre o meu Estado, estava na Internet procurando no portal da transparência do governo e encontrei cinco empenhos destinados à reforma da casa do defensor público do Laranjal do Jari, um de R$ 26.000, outro de R$ 34.000 e de R$ 51.000. Preste atenção, execução e serviços de reforma, ampliação e adaptação na residência do defensor público, e outro de R$ 100.000, outro de R$ 78 e no total foram R$ 290.000 para reformar a casa. R$290.000 dá para fazer uma belíssima casa nova. Peguei e liguei para o vereador de lá e pedi para ele me mandar uma foto, e ele me mandou da casa reformada, essa é a casa, ela nova calculamos que valeria uns R$ 130-140.000 no máximo, então fica claro que tem que ser mandado para o Ministério Público investigar porque tem superfaturamento.

A informação por si só não quer dizer nada, se não tiver, e esse é o nosso papel político, como militantes, como partido político, dentro e fora do governo, porque no caso de Pernambuco, estamos no governo, no Amapá no final do ano vamos estar no governo, mas o partido vai agir fora do governo, para poder criar os fóruns locais de acompanhamento dos gastos públicos.

Nós fomos os pioneiros na exposição das receitas e despesas em tempo real, e comecei isso quando era prefeito na capital, em 1989, quando não tínhamos o computador, havia umas máquinas enormes, e mandei fazer um quadro enorme em frente à prefeitura, e

todo mês colocavam as despesas e as receitas, e quando entramos no governo, organizamos a base de dados. Em 1995 já tínhamos dado um salto melhor na informática e em 1999 chega à Internet no Amapá - no Brasil também acho que chegou em 1995. Em 2001 colocamos as receitas, não era em tempo real, era diária, no final do dia, não sei se o Secretário da fazenda está aqui, mas uma vez quase que fomos presos juntos porque defendíamos o dinheiro com tanta disposição, no dinheiro público tem mãos perigosas e em todo final do dia pegávamos os extratos bancários e colocávamos na Internet. O correto é que possamos acompanhar todas a contas – receitas e despesas dos governos – pela Internet, conta do IPVA, convênios, projetos, abertas, porque o princípio da transparência é que o dinheiro é do cidadão, público, e a Lei é clara, todas as despesas, todas, não abre exceção para nenhuma. Inclusive para os gastos dos funcionários dos governos, também deveriam entrar, o governo teria que fazer uma Lei para dizer os gastos sem prestação de contas públicas, por exemplo o serviço de informação, serviço de informação de polícia, por exemplo gastou R$1.000 para pagar o "caguete" que a polícia contrata, não pode fazer empenho para isso, mas o governo tinha que fazer uma Lei para isso. Eu fazia desse jeito na prefeitura, olha como evoluiu agora.

A idéia das receitas é colocar a conta aberta, por exemplo vou pagar meu IPVA, faço transferência da minha conta e quero ver lá entrando o meu nome e o dinheiro entrando na conta IPVA, e no dinheiro do Estado, e mais a transferência de 50% para os municípios. Nós podemos chegar no nível da transparência total na exposição das receitas. Na exposição das despesas, eu vi o detalhamento, tem um problema sério para o cumprimento da Lei, como vamos avaliar se a Lei está ou não sendo cumprida, vamos ter que criar mesmo esses fóruns de discussão, de debates e de acompanhamento para que na dúvida, se questionado, a justiça vai ter que se posicionar porque tem vários Estados que ainda não têm nada, até o Amapá está, mas a partir de janeiro vamos dar um salto muito grande, e o Camilo já assumiu compromisso em campanha e vai dar um salto, não só na receita, mas também em relação às despesas e nos serviços do governo, como no serviço de saúde. Eu acho genial o que Pernambuco está fazendo nas escolas, na saúde pode ser exposto tudo, desde a recepção dos hospitais até plantões médicos, o horário, quem é o médico que está no pronto socorro, no plantão, enfim.

Para concluir dizendo que estamos apenas começando com esse processo, estamos muito no começo, começamos no Amapá e lá era em tempo real, na hora que qualquer órgão do governo emitia uma nota de empenho ia para Internet direto e no Ministério da Ciência e Tecnologia, na gestão do companheiro Roberto Amaral, ele colocou também em tempo real e depois entrou o Eduardo, continuou, e mais tarde o governo resolveu unificar tudo e tirou da exposição em tempo real, para organizar o portal da transparência e terminou unificando. Hoje você pode entrar e as informações estão lá. Estava pesquisando, por exemplo, os gastos da universidade federal de Pernambuco, ou se pode entrar também em qualquer órgão público federal que temos acesso à todas informações. Então já temos uma experiência no PSB de construir a transparência, no Amapá, e logo depois o governo do Pernambuco veio e implantou realmente, e me lembro do discurso do governador na posse, implantando o

portal e a transparência das despesas e receitas públicas, e isso está evoluindo. A idéia é que a gente torne essa transparência das coisas públicas uma das principais bandeiras do partido, de todos os Estados brasileiros e dos municípios, e que possamos organizá-la no nível municipal. Acho que a partir de janeiro vamos começar a discutir isso, organizando fóruns de acompanhamento social dos gastos das receitas e das despesas públicas.



Aloísio Carvalho

Secretário da Controladoria e Ouvidoria - Ceará

A experiência concreta do Ceará

No caso do governo do Ceará, o governador Cid Gomes quando eleito criou a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará, o controle interno e a ouvidoria vinculados com o Estado e as Secretarias, e vinculado diretamente ao gabinete do governador, todos os órgãos que tinham como missão zelar pela qualidade e regularidade da administração dos recursos públicos e pela participação da sociedade na gestão das políticas públicas, contribuindo para o bem estar da sociedade cearense.

Dentre as várias ações que a Controladoria Geral do Estado fez, a partir de 2007, podemos destacar: a auditoria preventiva, a central de atendimento 155, o sistema de ouvidoria-SOU, o sistema de prestação de contas eletrônicas, o e-contas e o portal da transparência.

Muito se fala que os gastos públicos têm que ser vistos de uma forma muito importante e pontual, no que diz respeito à sua execução, a regularidade da execução, e o proveito que vai surtir e surgir para o cidadão, no nosso caso, no Estado do Ceará, existe a auditoria preventiva que tem como foco aferir sobre os riscos, auxiliando o gestor público. Para aferir os riscos pegamos as quatro últimas contas de gestão de cada um dos órgãos, e fizemos com eles o que denominamos de auditoria preventiva. Considera-se Auditoria Preventiva o conjunto de abordagens de auditoria exercidas sob a forma de orientação aos gestores públicos, buscando contribuir para assegurar condições que viabilizem o cumprimento dos objetivos institucionais de um Órgão ou Entidade, no âmbito de sua função de controle

interno, integrante do correspondente processo de gestão. Essa feição foi para o objetivo de fazer com que aquele gestor, ordenador de despesas, ao ser submetido ao crivo de contas do Tribunal de contas do Estado do Ceará, fosse examinado em suas contas de gestão. Não somos nós, do controle interno, que vamos dar de prêmio a cabeça daquele gestor, muito pelo contrário, queremos e devemos agir preventivamente, para que esses percalços ou ocorrências não se repitam, ou que se materializem menos. Dentro desse foco tivemos as comissões gestoras, o plano de ação para sanar as fragilidades.

A comissão gestora é para quando a Controladoria Geral do Estado chega em cada órgão, entidade, ente, ou no dirigente máximo, o Secretário, ou o presidente, ou seja, aquele órgão da administração direta ou indireta cria uma comissão para interagir com os auditores do controle interno, mostrando aos auditores aquelas fragilidades e aqueles riscos que existem naquele órgão ou naquela entidade. O plano de ação para sanar as fragilidades é feito tanto por parte do órgão que está sendo fiscalizado, como por um dos nossos auditores, mostramos àquele órgão quais são as imperfeições e as situações que são críticas e que podem causar riscos na execução dos recursos públicos. Dentro dessa linha conseguimos sanar fragilidades em quarenta e dois planos de ações e obtivemos, nesse monitoramento, uma média de 50% de êxito na prevenção e ocorrência dos riscos, ou seja de riscos que eram rotineiramente visto nas Secretarias e que passaram a não mais existir.

Por outro lado, aqui está e repousa uma coisa muito importante que o próprio controle externo do Estado do Ceará, e o Tribunal de contas nos diziam "Olha, é muito importante também percebermos que aquelas contas, mesmo as que estejam equivocadas e que tenham imperfeições, percebermos que o gestor tentou ao longo daquele exercício fazer as correções e a aplicação de como bem aplicar os recursos públicos." Além disso realizamos, portanto, dezesseis fóruns de auditoria preventiva, com a participação de aproximadamente 1600 servidores e gestores estaduais, e hoje mesmo estamos com uma atividade em Fortaleza, no 4º Encontro de controle interno.

Outra experiência importante é a central de atendimento 155. O governador Cid Gomes determinou que deveríamos ter no Estado do Ceará um *call center*, uma central de atendimento com ligação gratuita de segundas a sexta-feiras para que a população pudesse interagir com o governo do Estado do Ceará.

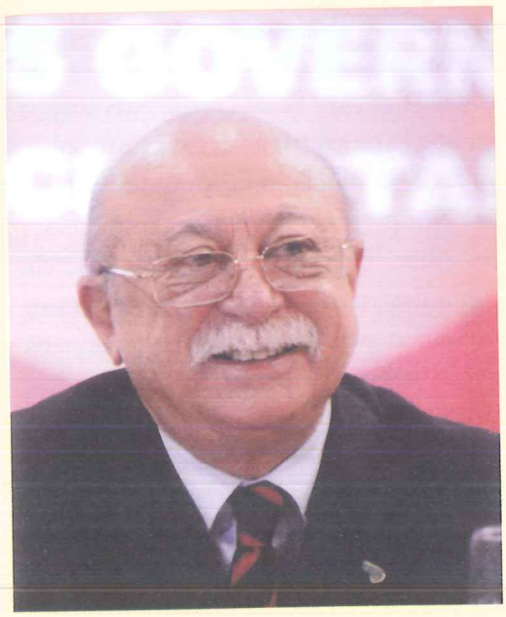
Mais uma iniciativa no âmbito das políticas de transparência e controle social é a ouvidoria móvel, onde mensalmente o governador Cid Gomes se desloca para 3 municípios do Estado do Ceará fazendo o que ele denomina "Governo na Minha Cidade" – o governo itinerante –, levando todos seus Secretários, sem distinção, e o que faltar tem que ter um motivo muito especial para tal. O governador costuma dizer "não quero ver elogios, mas o que forem críticas, denúncias e tudo que diga respeito à ação do governo do Estado que não está andando bem, quero saber". No sistema de ouvidoria temos também relatórios gerenciais que são passados diretamente para o governador Cid Gomes. Por exemplo, se for uma demanda para a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, ele registra a

demanda, o sistema vai para o ouvidor geral, com cópia para o Secretário do Estado ter ciência do que é demandado e somente o governador Cid tem a ação de todas as demandas que dizem respeito a todas as áreas do governo do Estado.

Outra iniciativa, o sistema SOU, foi desenvolvido a partir de 2007 para que o cidadão possa fazer suas manifestações de forma eletrônica, pelo www.cge.ce.gov.brque é o sistema de ouvidoria. Se alguém não quer se dar ao trabalho de ligar para o 144, pode entrar na internet e registrar eletronicamente a sua demanda. Quando alguém preenche uma informação, que também pode ser anônima se a pessoa assim preferir, aparece o número do protocolo e a senha para cada um possa acompanhar com está a sua manifestação ou pedido.

Outros sistemas também foram atualizados no atual governo assim como o sistema de prestação de contas eletrônicas, o e-contas, que será disponibilizado a partir de 2011, porque só conseguimos implementar efetivamente a partir das contas de 2009, para serem apresentadas em 2010.

Temos também, o portal da transparência que disponibiliza as informações detalhadas sobre as despesas de cada órgão fiscal do Estado, com um glossário – para garantir que a linguagem adotada seja compreendida pelo cidadão – com link direto para a CGE de Pernambuco. Existe no Portal também o sistema de monitoramento das obras do governo, uma ferramenta extremamente importante. O governo estabelece que cada obra do governo acima de R$ 3 milhões tem que ter um sistema de monitoramento, mostrando em tempo real o andamento de cada uma delas – situação das obras, com fotos, etc.



Roberto Amaral

Vice-Presidente Nacional do PSB

Companheiras e companheiros militantes, companheiros de mesa, antes de mais nada nosso agradecimento pela participação de todos e nossos cumprimentos, todos estamos de parabéns, a iniciativa deste seminário foi importantíssima, e não pode cair no vazio, e as manifestações que acabamos de ouvir dizem que é um sentimento coletivo, não podemos permitir que experiências tão ricas como essas não se repitam. Ao lado de todas sugestões que chegaram, também temos a ideia de criarmos algo que estamos chamando de Gabinete de Acompanhamento, para acompanhamento diário das administrações, com a presença profissionalizada de técnicos, especialistas e analistas, que possam acompanhar nossas administrações, e também temos uma preocupação para que essas administrações sejam vitoriosas, como administrações do PSB. É importantíssimo para nós o sucesso, do Eduardo, do Capiberibe, e do Camilo e do Ricardo, mas queremos que isso possa se constituir no sucesso do PSB e que seja a marca do PSB como governante.

Nós recebemos, e ai de nós se não estivermos à altura, o mandato da soberania popular. O povo brasileiro por intermédio do que há de mais importante no sistema representativo, que é o voto, o povo brasileiro aprovou nossas administrações e apontou os nossos companheiros para que sejam conduzidos seis Estados da Federação. O povo brasileiro apesar de todas as deformações da democracia representativa brasileira, aumentou nossa bancada federal, tanto na câmara como no senado, apesar dos esforços fascistas reacionários, que querem impedir a presença de Capiberibe e da Janete no senado e na câmara.

Isso tudo é para festejar, mas acima de tudo para nos levar à reflexão. Não podemos decepcionar. Sinto que esse plenário vive essa preocupação e ela não pode ser apenas dos nossos seis governadores. O sucesso deles vai beneficiar a todos nós e qualquer insucesso vai cair por cima de nós, e temos uma grande responsabilidade, muito maior do que a responsabilidade eleitoral, muito maior do que a da vitória política, temos a responsabilidade de manter de pé a opção, a expectativa, o projeto e o socialismo com democracia. Nós somos hoje certamente, não sei se a última, mas talvez a única opção de construção dessa proposta. Não podemos dar de barato que a direita conquistou a classe média, temos que disputar a classe média brasileira, com quem sempre dialogamos. Sempre fizemos e reiteramos nossa opção pelos oprimidos, somos um partido que ergueu a bandeira dos marginalizados, e ele viu acima de tudo a bandeira da incorporação das grandes massas à cidadania, e somos também o partido da classe média progressista, também o partido da média e pequena empresa, também o partido dos intelectuais, dos professores e dos proletários avançados, somos o partido que pode construir a modernidade, pode construir uma nova expectativa de governança pela esquerda, pode construir um novo programa da esquerda e pode construir uma nova visão de administração de esquerda.

Cid Gomes e Eduardo Campos mostraram que são capazes. A partir desses dois governos, pelo que fizeram em seus Estados, podemos lançar não apenas nossa marca para dizer para a sociedade o diferencial de uma administração de esquerda. Não fomos eleitos para fazer a reforma socialista, está longe de nós, nós fomos eleitos para fazer uma administração voltada para os interesses das maiorias, e quanto mais maioria marginalizada, soterrada pela classe dominante, mais temos compromissos com essa bandeira.

Nossa vitória foi aritmética e política. Todas essas duas vitórias, todavia, são como nuvens, passam e mudam de configuração e temos que dizer à história que estamos à altura do desafio, que vamos transformar esses momentos fugazes, que foram as duas vitórias, que desaparece no dia seguinte, vamos transformar isso em uma meta, e em uma constância. Esse é o nosso desafio e que passa também pela nossa bancada, que tem que ser diferenciada, passa também por aqueles que vierem nos representar no futuro governo Dilma, que não estarão e não poderão estar lá representando a si mesmos. Estarão representando a coletividade socialista, não apenas o nosso partido, mas todos socialistas democráticos desse país, teremos que ser a contradição dentro do governo, a esquerda dentro do governo, e esse governo, mais do que o do Lula, vai precisar da nossa presença ativa, a presença ativa da esquerda, a presença ativa dos socialistas com proposições. Só assim será justificada uma coalizão tão ampla, tão ampla que corre risco de descaracterização. Portanto companheiros, nossa vitória não é ponto de chegada é ponto de partida, talvez seja o começo de uma nova era do nosso partido, nova era que depende um pouco de sua direção, que vai depender fundamentalmente da nossa militância, que precisa ser animada, alimentada, informada e instruída e que precisa estar presente em todos os segmentos da atividade política do país.

Hoje no almoço, conversando com alguns companheiros sobre alguns problemas

graves que vivemos desde 85 - quando nos reestruturávamos -; falava de nossa dificuldade na inserção do movimento de classe, de inserção no movimento estudantil, nos movimentos sociais em geral. O tamanho de um partido de esquerda, e o partido socialista, se dá a partir da contabilidade de seus parlamentares e de seus governadores, mas isso não diz o tamanho do todo, o tamanho maior é a soma e a inserção da sociedade.


PSB
OS DESAFIOS
Fundação Mangabeira
APENAS QUANDO SOMOS INSTRUÍDOS PELA
REALIDADE É QUE PODEMOS MUDÁ-LA."




OS DESAFIOS
OS GOVERNOS
OCIALISTAS
Fundação João Mangabeira
AS QUANDO SOMOS INSTRUÍD
IDADE É QUE PODEMOS MUD


PSB
"APENAS QUANDO SOMOS INSTRUÍDOS PELA
REALIDADE É QUE PODEMOS MUDÁ-LA."

Observatório de Políticas Públicas e Colegiado de Secretários Estaduais

No encerramento do Seminário a Fundação João Mangabeira, na pessoa de seu Presidente, Carlos Siqueira, encaminhou duas propostas, uma relacionada à criação do Observatório de Políticas Públicas, outra prevendo a instituição de um Colegiado de Secretários Estaduais do PSB, dedicado inicialmente a debater e disseminar boas práticas de gestão. O plenário do Seminário aprovou o encaminhamento das propostas aos governadores, a título de recomendação. A exposição de motivos apresentada por Carlos Siqueira ao plenário foi a seguinte:

Criação no âmbito da Fundação, com apoio dos governos, de um ***Observatório de Políticas Públicas Estaduais***. Caberá à Fundação João Mangabeira prover as informações necessárias aos trabalhos do Observatório, o que se fará disponibilizando planos e ações de governo, bem como programas e projetos relevantes, que ocorram ao longo dos mandatos. Será responsabilidade dos governos estaduais, a sua vez, disponibilizar as informações que serão publicizadas pela TV João Mangabeira.

Complementarmente ao Observatório, instituir um ***Colegiado de Secretários Estaduais***, coordenado pela Fundação, em que se possa discutir periodicamente, sempre com aprovação dos Governadores, as experiências, dificuldades e soluções que estão sendo encontradas nas gestões estaduais do PSB, de maneira que, além de acompanhar o desempenho e o desenvolvimento das ações de cada governo, haveria uma instância de cooperação técnica, que permitisse aprimorar a atuação de todas as equipes de governo.

Essas duas propostas são recomendações do Seminário aos governadores e equipes de governo, para que daqui a quatro anos, quando estivermos fazendo a avaliação dos governos empossados em 1° de janeiro, em um novo seminário, possamos ter essas experiências enriquecidas, organizadas e disponíveis para os novos quadros que estarão administrando mais Estados que o PSB administra hoje.

Nessas condições, criadas as duas instâncias propostas acima, poderemos dar à opinião pública brasileira, nesse futuro que almejamos e pelo qual trabalhamos, uma demonstração ainda maior, da mais ampla eficiência administrativa. Evidenciaremos a natureza da condução política de governos socialistas, afirmando definitivamente uma marca socialista de gestão, uma marca do PSB. Marca de eficiência, de condução política capaz de mostrar a capacidade do nosso partido em ampliar seus horizontes para além de governos estaduais. Esse deve ser nosso objetivo e nosso empenho, magnificado pela forma participativa e cooperativa com que nossos governos haverão de colaborar entre si, no desenvolvimento de uma práxis socialista de condução da coisa pública.



Impressão
TC GRÁFICA E EDITORA LTDA - EPP
SIG/Sul Quadra 03 Bloco C Loja 46
CEP 70610-430 - Brasília-DF
Tel.: (61) 3344 2510 / 3344 2332 - Fax: 3344 1712
e-mail: tcgrafica@terra.com.br

"Nada queremos tirar à democracia, mas queremos acrescentar-lhe muitas coisas"

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSB
Socialismo e Liberdade

Fundação João Mangabeira

Sede própria - SHIS QI 5, Conjunto 2, Casa 2
CEP 71615-020 - Lago Sul - Brasília, DF
Telefax: (61) 3365-4099 / 3065-5277 / 3365-5279
www.fjmangabeira.org.br
www.tvjoaomangabeira.com.br